

Anais do VI Simpósio  
de Iniciação Científica



REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA

**LIBERTAS**

ISSN 2238-782X

Vol. 7, N. 2, dez. 2017  
<http://riclibertas.libertas.edu.br>



**Revista de Iniciação Científica da Libertas - ISSN 2238-782X**

*A Revista de Iniciação Científica da Libertas-Faculdades Integradas é um espaço de publicação e divulgação de pesquisas realizadas em áreas correlatas aos cursos de graduação mantidos pela Instituição. Tem o propósito de demonstrar à comunidade acadêmica resultados e contribuições em âmbito de iniciação científica, proporcionando a interação entre corpo docente e discente. O corpo editorial é composto por professores da Libertas.*

**Periodicidade:** Semestral

Cursos de graduação da Libertas - Faculdades Integradas

Mantenedora: Fundação Educacional Comunitária de São Sebastião do Paraíso (FECOM)

**Endereço Postal:**

Departamento de Pesquisa e Extensão  
Libertas - Faculdades Integradas  
Av. Wenceslau Bráz, 1018/1038 - Lagoinha  
São Sebastião do Paraíso - MG CEP: 37.950-000  
e-mail: pesquisaextensao@libertas.edu.br

**Conselho Editorial da Revista de Iniciação Científica da Libertas:**

Prof. Me. Alysson Alexander Naves Silva	<a href="mailto:alyssonsilva@libertas.edu.br">alyssonsilva@libertas.edu.br</a>
Prof. Me. André de Paiva Bonillo Fernandes	<a href="mailto:andrefernandes@libertas.edu.br">andrefernandes@libertas.edu.br</a>
Prof. Dr. Darlan Einstein do Livramento	<a href="mailto:darlanlivramento@libertas.edu.br">darlanlivramento@libertas.edu.br</a>
Prof. Me. Olney Bruno da Silveira Junior	<a href="mailto:olneyjunior@libertas.edu.br">olneyjunior@libertas.edu.br</a>
Profa. Esp. Stefânia Aparecida Belute Queiroz	<a href="mailto:stefaniaqueiroz@libertas.edu.br">stefaniaqueiroz@libertas.edu.br</a>
Profa. Ma. Stephanie Duarte Esteban	<a href="mailto:stephanieesteban@libertas.edu.br">stephanieesteban@libertas.edu.br</a>

**Comissão Organizadora e Comissão Científica do VI Simpósio de Iniciação Científica:**

Prof. Me. Alysson Alexander Naves Silva  
Prof. Dr. Darlan Einstein do Livramento  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Iácara Santos Barbosa Oliveira  
Prof. Me. Lucas Mateus Lima  
Prof. Me. Marco Aurélio Pieri Zeferino  
Prof. Me. Marco Cesar de Carvalho  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariana Gondin Mariutti Zeferino  
Prof.<sup>a</sup> Esp. Renata Rodrigues de Oliveira  
Prof.<sup>a</sup> Esp. Stefânia Aparecida Belute Queiroz  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Stephanie Duarte Esteban

**Avaliadores dos trabalhos apresentados no VI Simpósio de Iniciação Científica:**

Prof. Me. Alysson Alexander Naves Silva  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Amanda Francieli de Almeida  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Ana Silvia Fidelis Belluzzo  
Prof. Me. André de Paiva Bonillo Fernandes

Prof.<sup>a</sup> Ma. Dalva Kellen Dizaro Rafael Antonio  
Prof. Dr. Darlan Einstein do Livramento  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Denize Alves de Almeida  
Prof. Me. Dorival Moreira Machado Junior  
Prof. Esp. Edson Vander de Assunção  
Prof. Me. Ely Fernando do Prado  
Prof. Me. Fernando Roberto Proença  
Prof. Dr. Flávio Augusto Maretti Sgrilli Siqueira  
Prof. Me. Francisco Lucio de Rodrigues Silva  
Prof. Me. Humberto Luis Versola  
Prof. Ma. Iácara Santos Barbosa Oliveira  
Prof. Me. Julio Cezar da Silva  
Prof. Me. Julio Henrique Machado  
Prof. Me. Lucas Mateus Lima  
Prof. Me. Luis Alberto Teixeira  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Luisa Maria Caleiro Acerbi Manfrin  
Prof. Me. Luiz Fernando Pimenta Gil  
Prof. Me. Marcelo Suzart de Padua  
Prof. Me. Marco Aurélio Pieri Zeferino  
Prof. Me. Marco Cesar de Carvalho  
Prof. Ma. Maria do Carmo Lopes Toffanetto Rossitto Bassetto  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Mariana Gondim Mariutti Zeferino  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Michele Cia  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Nariman de Felício Bortucan Lenza  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Natássia Carmo Lopes Queiroz Ferreira  
Prof. Me. Olney Bruno da Silveira Junior  
Prof.<sup>a</sup> Esp. Renata Rodrigues de Oliveira  
Prof. Me. Sandro Donizete Caetano da Silva  
Prof.<sup>a</sup> Esp. Stefania Aparecida Belute Queiroz  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Stephanie Duarte Esteban  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Tânia Mara Pinto de Sousa  
Prof.<sup>a</sup> Ma. Vilma Vieira Miao Oliveira  
Prof.<sup>a</sup> Dra. Walisete de Almeida Godinho Rosa

## APRESENTAÇÃO

É com satisfação que apresentamos aos autores, professores, pesquisadores e ao público em geral os anais em meio digital do VI Simpósio de Iniciação Científica, evento promovido pela Libertas – Faculdades Integradas e organizado pela Coordenação de Pesquisa e Extensão. Em 2017, o simpósio aconteceu nos dias 16 e 17 de outubro de 2017. Agradecemos aos pesquisadores, professores e estudantes que contribuíram para o sucesso do evento enviando trabalhos nas diferentes áreas pertinentes aos cursos de graduação da instituição que são: Administração, Ciências Contábeis, Direito, Enfermagem, Engenharia Civil e Sistemas de Informação. Foram submetidos 230 trabalhos ao evento, sendo aceitos 107 trabalhos para a seção de painéis e 63 trabalhos para apresentação oral, totalizando 170 trabalhos aceitos. Entre os participantes estavam estudantes e professores da Libertas – Faculdades Integradas, Universidade do Estado de Minas Gerais – Campus Passos, Centro Universitário Estácio de Sá – Ribeirão Preto e Associação do Centro de Reabilitação Neurológica e Equoterapia (Amorequo). Destacamos e agradecemos a colaboração dos nossos colegas que, gentilmente, contribuíram na avaliação dos painéis apresentados no simpósio. A Libertas - Faculdades Integradas tem realizado anualmente o Simpósio de Iniciação Científica e publicado os Anais do evento com os resumos dos trabalhos apresentados na Revista de Iniciação Científica (ISSN: 2238-782X). O conteúdo aqui apresentado é de inteira responsabilidade dos autores.

São Sebastião do Paraíso, 15 de dezembro de 2017.

Prof. Me. Alysson A. Naves Silva  
Coordenador de Pesquisa e Extensão  
Libertas – Faculdades Integradas

# SUMÁRIO

A BUSCA POR COLABORADORES TREINADOS E CAPACITADOS, UM DESAFIO DO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO .....	10
A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA PARA A TOMADA DE DECISÃO:NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS.....	11
ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DE FROTA PRÓPRIA E TERCEIRIZADA DE UMA FÁBRICA DE RAÇÃO DO SUDOESTE DE MINAS GERAIS.....	12
ANÁLISE DOS PROCESSOS DE GESTÃO DE PESSOAS NA CULTURA COOPERATIVISTA. ....	13
ANÁLISE ESTRATÉGICA EM UMA EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO EM SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG.....	14
APLICAÇÃO DA METODOLOGIA LEAN MANUFACTURING EM UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE: UM ESTUDO DE CASO .....	15
APLICAÇÃO DO PONTO DE EQUILIBRIO EM UMA CONCESSIONÁRIA DE MOTOS DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG .....	16
AS VANTAGENS DE SE ASSOCIAR A UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO: UM ESTUDO DE CASO.....	17
AVALIANDO A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO EM UMA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG.....	18
CIDADES CRIATIVAS: O POTENCIAL DE EMPRESAS E INSTITUIÇÕES COMO FORMA DE ATRAÇÃO DE TURISTAS CONTRIBUINDO COM A ECONOMIA DO MUNICÍPIO .....	19
CONCEPÇÃO, ANÁLISE E APLICAÇÃO DA FERRAMENTA CANVAS PARA O MODELO DE NEGÓCIO DE UMA OFICINA MECÂNICA DE UMA EMPRESA NO RAMO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE VEÍCULO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG.....	20
CONFINAMENTO BOVINO: ZOOTÉCNICA DE BOVINOCULTURA DE CORTE EFICAZ.....	21
CONTABILIDADE GERENCIAL: A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE GERENCIAL EM UM BUFFET INFANTIL DA MICRORREGIÃO.....	22
CUSTO DE OCIOSIDADE NA INDÚSTRIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ENTIDADE DO SETOR DE MATERIAIS CIRÚRGICO.....	23
DECADÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NOS IMPOSTOS INDIRETOS.....	24
DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÃO MOBILE PARA ACOMPANHAMENTO DE TREINO UTILIZANDO FRAMEWORK7.....	25
DESENVOLVIMENTO DE UM PROTÓTIPO IMPRESSORA 3D DE BAIXO CUSTO .....	26
DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA PARA AUXILIAR NA IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULOS DE ALUNOS E COLABORADORES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO.....	27
DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA PARA GERENCIAMENTO DE UMA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA .....	28
DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS CONTADORES SOBRE A CONTABILIDADE RURAL: A ABORDAGEM AOS ESCRITÓRIOS.....	29
ESTUDO COMPARATIVO DOS MÉTODOS DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO E VARIÁVEL EM UMA INDÚSTRIA QUÍMICA.....	30
ESTUDO DA CARGA TRIBUTÁRIA QUE INCIDE NOS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, O CASO DA MANTEIGA ..	31

ESTUDO DA GESTÃO DE DIFERENTES GERAÇÕES DENTRO DE UMA EMPRESA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO.....	32
ESTUDO DA RESPOSTA DO FEIJOEIRO COMUM ( PHASEOLUS VULGARIS L.) A APLICAÇÃO DE DIFERENTES DOSES DE MOLIBDÊNIO (MO).....	33
ESTUDO DE CASO: GESTÃO DE CUSTOS NA CAFEICULTURA FAMILIAR .....	34
ESTUDO DE INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA INSPEÇÃO DA QUALIDADE EM UMA EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE NO SUDOESTE DE MINAS GERAIS .....	35
FATORES INFLUENTES NA ROTATIVIDADE DE COLABORADORES NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DE S S PARAISO.....	36
GESTÃO DAS PERDAS NO PROCESSO PRODUTIVO DE UMA EMPRESA FABRICANTE DE PRODUTOS HOSPITALARES: ESTUDO DE CASO .....	37
IMPACTOS DA CONTABILIZAÇÃO DO LEASING FINANCEIRO NOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS.....	38
INFLUÊNCIA DE DIFERENTES CONCENTRAÇÕES DE NÍQUEL, APLICADO VIA FOLIAR, SOBRE O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO FEIJOEIRO COMUM (PHASEOLUS VULGARIS L.) .....	39
JOGO COMPUTACIONAL PARA MELHORAR A UTILIZAÇÃO DO MOUSE PELAS PESSOAS DA TERCEIRA IDADE.....	40
MÉTODOS QUALITATIVOS: HISTÓRIA DE VIDA E HISTÓRIA ORAL .....	41
MONITORAMENTO DE REDES COM ZABBIX E ARDUINO .....	42
O COMPORTAMENTO DOS CONSUMIDORES PERANTE OS DIFERENTES ESTILOS DE MÚSICAS.....	43
O FATOR MOTIVACIONAL NAS ORGANIZAÇÕES: COMO MANTER A MOTIVAÇÃO NAS EQUIPES DE TRABALHO. ....	44
COMPARAÇÃO ENTRE RACIOCÍNIO CAUSAL E EFFECTUAL .....	45
OS ESTIMULOS MOTIVACIONAIS NAS ORGANIZAÇÕES E CORRELAÇÕES SOB A ÓTICA DAS TEORIAS MOTIVACIONAIS.....	46
OS PROCESSOS DA CERTIFICAÇÃO QUE LEVAM EM CONSIDERAÇÃO A QUALIDADE DO CAFÉ.....	47
PESQUISA COM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, QUE FECHARAM NOS ÚLTIMOS ANOS, EM SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG.....	48
PRODUTIVIDADE AGREGADA A QUALIDADE DE VIDA .....	49
PRODUTOS AGRÍCOLAS MINIMAMENTE PROCESSADOS: A OFERTA E A DEMANDA DA MANDIOCA NA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO .....	50
RECOMPENSA ORGANIZACIONAL: ESTRATÉGIA DE REMUNERAÇÃO.....	51
SAI-3 SISTEMA AUTÔNOMO INTRAVENOSO PARA ATÉ 3 MEDICAMENTOS.....	52
TURISMO RURAL E SUAS POTENCIALIDADES: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE TURISMO RURAL NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA.....	53
USO DO RECONHECIMENTO DE VOZ PARA CONTROLE DE UM ROBÔ .....	54
A APLICABILIDADE DAS IDEIAS DE ZYGMUNT BAUMAN COMO CONTRAPONTO AO DIREITO PENAL DO INIMIGO DE GÜNTHER .....	55
A APLICAÇÃO DA MEDIAÇÃO EM PROCESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA COMO MÉTODO EFICAZ PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS .....	56

A ATUAÇÃO DO ADVOGADO CRIMINALISTA NO INQUÉRITO POLICIAL.....	57
A CASSAÇÃO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE QUANDO O MOTIVO DA CONCESSÃO FOR FRAUDULENTO .....	58
A COLABORAÇÃO PREMIADA NA LEI DO CRIME ORGANIZADO – LEI Nº 12850/13 .....	59
A COMPETÊNCIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DO JÚRI PARA JULGAR O CRIME DE LATROCÍNIO .....	60
A CRISE NA EXECUÇÃO PENAL E O CAOS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO .....	61
A DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO E O PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO .....	62
A INCONSTITUCIONALIDADE SISTÊMICA DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DO EMPREGADOR .....	63
A INTERVENÇÃO DO AMICUS CURIAE NO PROCESSO CIVIL.....	64
A LEGALIDADE DA UTILIZAÇÃO DE DADOS ARMAZENADOS NAS REDES SOCIAIS .....	65
A LEI 13.465/2017 E AS NOVAS PERSPECTIVAS DO DIREITO REAL DE LAJE .....	66
A MEDIAÇÃO .....	67
A NOVA ÓTICA DA PROVA PERICIAL E SUA IMPORTÂNCIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO	68
A POSSIBILIDADE DA PESSOA JURÍDICA COMO BENEFICIÁRIA DE USUCAPIÃO.....	69
A PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL.....	70
A PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL: UM PROBLEMA A SER RESOLVIDO .....	71
A PRODUÇÃO DE PROVAS DE OFÍCIO PELO JUIZ E SEUS LIMITES .....	72
A PROTEÇÃO DO ADOLESCENTE NO ÂMBITO DO ATO INFRAACIONAL .....	73
A RECUPERAÇÃO JUDICIAL PERANTE A FALÊNCIA .....	74
A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR NO ACIDENTE DE TRABALHO .....	75
A RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS NOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE.....	76
A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA E SUA (IN)APLICABILIDADE AOS DELITOS DE LAVAGEM DE CAPITALS .....	77
A VIDEOCONFERÊNCIA NO PROCESSO PENAL: CONSTITUCIONALIDADE E A VIABILIDADE DE SUA APLICAÇÃO PRÁTICA .....	78
AÇÃO CIVIL PÚBLICA NO DIREITO AMBIENTAL COMO PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE NATURAL .....	79
ADEQUAÇÃO DA JUSTIÇA UNIFORME A TODOS SEM PRIMAZIA POLÍTICA .....	80
AFERIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA DE SETORES BRASILEIROS ATRAVÉS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA) – PERÍODO DE 2014 A 2016.....	81
AS INOVAÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE ÉTICA DA OAB E A PUBLICIDADE .....	82
ASPECTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL E ADMINISTRATIVO NA TUTELA DO MEIO AMBIENTE .....	83
ASPECTOS JURÍDICOS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE FOMENTO ECONÔMICO.....	84
ASPECTOS JURÍDICOS DO SUPERENDIVIDAMENTO: POLÍTICAS PÚBLICAS OU RESTRIÇÃO AO CRÉDITO? .	85
AUTONOMIA DO DELEGADO: EXCLUDENTE DE ILICITUDE DISPENSA PRISÃO EM FLAGRANTE .....	86
CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: A INCONSTITUCIONALIDADE DA RESTRIÇÃO À UTILIZAÇÃO DE TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL EM CONTAGEM RECÍPROCA .....	87

DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E A VIOLÊNCIA CONTRA OS IDOSOS: ANÁLISE DA DIGNIDADE DO ENVELHECIMENTO .....	88
DIREITO PENAL, COMPLIANCE E A NOVA ÉTICA EMPRESARIAL.....	89
DIREITOS DA PERSONALIDADE FRENTE A LIBERDADE DE IMPRENSA.....	90
ESTUPRO DE VULNERÁVEL CONTRA MENOR DE 14 ANOS: UMA ANÁLISE DA VULNERABILIDADE ABSOLUTA E RELATIVA.....	91
EXCLUSÃO SOCIAL E RESPONSABILIDADE ESTATAL PELA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICIENTES EM DIREITO .....	92
EXECUÇÃO PENAL NO ESTADO DE ALAGOAS E SERGIPE .....	93
INTERDIÇÃO CIVIL E CURATELA: ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE DA FLEXIBILIZAÇÃO DA CURATELA PARA O PSICOPATA HOMICIDA.....	94
MAIS IMPOSTO, MENOS RECEITA: A IMPLICAÇÃO DA CURVA DE LAFFER NO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO.....	95
MEDIAÇÃO DE CONFLITOS .....	96
NOÇÕES FUNDAMENTAIS SOBRE A LEI 9.296/96 - LEI DE INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS.....	97
O COMPROMETIMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO FACE À DÍVIDA PÚBLICA .....	98
O CONCURSO DE PESSOAS NO CRIME DE INFANTICÍDIO E SUA PUNIBILIDADE .....	99
O DIREITO À SAÚDE E A RESERVA DO MÍNIMO POSSÍVEL: UM PARADOXO NAS MÃOS DO PODER JUDICIÁRIO .....	100
O DIREITO DOS ANIMAIS: LIBERTAÇÃO ANIMAL .....	101
O EXAME ADMISSIONAL COMO EXPECTATIVA (OU NÃO) DE CONTRATAÇÃO.....	102
O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMO INSTRUMENTO DE REALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAI.....	103
O IMPACTO DA MÍDIA TELEVISIVA COMO APARELHO IDEOLÓGICO NOS JULGAMENTOS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA .....	104
O TRATAMENTO ALTERNATIVO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A PÁTRIA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL.....	105
OS ACORDOS DE LENIÊNCIA À LUZ DA LEI ANTICORRUPÇÃO: UMA VISÃO ADMINISTRATIVA DE SEUS EFEITOS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO .....	106
OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO TRABALHO E A INCONSTITUCIONALIDADE DA TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE .....	107
OS REFLEXOS NO DIREITO SUCESSÓRIO DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA HOMÓLOGA POST MORTEM.....	108
POLUIÇÃO SONORA: UM ESTUDO DOS INSTRUMENTOS LEGAIS PARA SUA PREVENÇÃO E REPRESSÃO	109
PRECEDENTES JUDICIAIS E SEGURANÇA JURÍDICA NO DIREITO BRASILEIRO .....	110
PRECEDENTES JUDICIAIS: APLICAÇÃO, ELEMENTOS E CONCEPÇÕES DO TERMO. ....	111
REFUGIADOS AMBIENTAIS À MARGEM DO DIREITO INTERNACIONAL .....	112
RELEITURA DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS .....	113

RESPONSABILIDADE CIVIL: ABANDONO AFETIVO E MATERIAL DOS FILHOS PARA COM OS PAIS IDOSOS .....	114
SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS AÉREAS SOBRE IMÓVEIS RURAIS: CRITÉRIOS DE UMA JUSTA INDENIZAÇÃO EM RAZÃO DAS LIMITAÇÕES E RESTRIÇÕES IMPOSTAS AO PROPRIETÁRIO .....	115
SÍNDROME DE BURNOUT: CONSEQUÊNCIAS PARA TRABALHADORES E EMPRESAS .....	116
TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA .....	117
VALOR IRRISÓRIO NO PEDIDO DE FALÊNCIA DA EMPRESA, IMPOSSIBILIDADE.....	118
A IMPORTÂNCIA DA EQUOTERAPIA NO TRATAMENTO DE CRIANÇAS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM .....	119
A INEFICÁCIA NO CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO .....	120
ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO .....	121
DIFICULDADES SENTIDAS POR CUIDADORES DE PACIENTES EM CUIDADOS PALIATIVOS.....	122
ESCALA DE CINCINNATI : CONHECIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DE MINAS GERAIS .....	123
FATORES DE RISCO PARA USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA GESTAÇÃO .....	124
PAPEL DO ENFERMEIRO NO DIAGNÓSTICO PRECOCE E TRATAMENTO DA FENILCETONÚRIA – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA.....	125
PERCEPÇÃO DO ENFERMEIRO DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO AO GERENCIAMENTO DE CONFLITO .....	126
PERFIL DE CUIDADORES DE PACIENTES EM CUIDADOS PALIATIVOS.....	127
PERFIL DE GESTANTES ATENDIDAS EM UNIDADES DE SAÚDE DE ITAMOGI-MG.....	128
PÓS-OPERATÓRIO DE CIRURGIA ORTOGNÁTICA: DIFICULDADES DA EQUIPE DE ENFERMAGEM.....	129
UM OLHAR SOBRE O ACOLHIMENTO MATERNO NO CONTEXTO DAS PUÉRPERAS PORTADORAS DO HIV .....	130



## A BUSCA POR COLABORADORES TREINADOS E CAPACITADOS, UM DESAFIO DO RECRUTAMENTO E SELEÇÃO

*Andreia Marques Maciel de Carvalho - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Passos); Amanda Felisberto da Silva - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Isabella Cristina Ribeiro Vieira - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Sabrina de Oliveira - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Priscila Barros Storch Soares - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos)*

**E-MAIL:** andreiafearp@gmail.com; amanda.s.felisberto@hotmail.com;  
amanda.s.felisberto@hotmail.com; sabrinaoliveira2381@gmail.com; priscilastorch@gmail.com

### RESUMO

Este trabalho tem por objetivo analisar e proporcionar um amplo entendimento e até contribuir para as organizações a fazerem um recrutamento e seleção com qualidade e, ainda, oferecer treinamentos e capacitações com competência. Para tal pesquisa, vale ressaltar que se utilizou da pesquisa exploratória por acreditar que tem como caráter explicitar e proporcionar maior entendimento sobre o uso de treinamentos e capacitação iniciando dentro da seleção. Sendo assim buscou-se expor as características que compõem o desenvolvimento do colaborador na empresa, acreditando que isso seja fundamental para o alcance de resultados positivos dentro dessa perspectiva. Implantar um programa de treinamento no quadro funcional é uma estratégia que poderá ser trabalhada para responder às necessidades de qualquer organização em função das necessidades do mercado, de modo a capacitar seus colaboradores no momento do recrutamento para melhor desenvolver suas habilidades e novas competências, agregando valor à organização. Pode se observar que na pesquisa exploratória feita, o colaborador sendo treinado e capacitado, tende a ter mais motivação para exercer sua função e com isso a organização pode ter um crescimento mais satisfatório. Pode se observar que as organizações que oferecem treinamento a seus futuros e atuais colaboradores possuem um diferencial perante a concorrência, pois esses desenvolvem suas tarefas de forma eficaz e contribuem para o desenvolvimento e crescimento desta organização. Para que se tenha eficiência no treinamento e capacitação do colaborador, é preciso antes de tudo estar motivado e sentir que ele pode de fato ser capacitado pela empresa. Para isso é necessário um planejamento bem elaborado de acordo com o que foi visto. Com as constantes mudanças de mercado e competitividade cada vez maior, surgindo diariamente novas tecnologias, é preciso que não só o contratado como a organização se adaptem constantemente a essas mudanças, a qual somente permanecerá no mercado quem estiver capacitado, treinado e motivado a atender as exigências do mesmo, daí a importância fundamental para esta capacitação interna e constante da organização sendo exclusivamente responsabilidade dela na contratação. Investimento em treinamentos e capacitação é investimento em qualidade de serviço e como consequência melhor atendimento ao público alvo.

**Palavras-Chave:** RECRUTAMENTO E SELEÇÃO, TREINAMENTO, CAPACITAÇÃO, COLABORADORES.





## A CONTABILIDADE COMO FERRAMENTA PARA A TOMADA DE DECISÃO: NA PERSPECTIVA DOS PROFISSIONAIS CONTÁBEIS

SANDRA ANTONIA FRANKLIN BRASILEIRO - Centro Universitário Estácio (Uniseb - Ribeirão Preto)

E-MAIL: sandrafbras@gmail.com

### RESUMO

O artigo é apresentar a Contabilidade como uma ferramenta relevante na gestão das empresas, onde as informações contábeis são determinantes na tomada de decisão. Evidencia a sua contribuição nas informações para o processo de gerenciamento das empresas. Durante anos, a contabilidade era considerada como geradora de informações tributárias, porém, com o mercado competitivo, passa a ser observada como um instrumento gerencial que auxilia os gestores no planejamento tributário, execução e controle, decisão de investimentos. A metodologia apoiou-se da pesquisa bibliográfica e qualitativa aos principais temas que descrevem a Contabilidade como fundamental na gestão empresarial e na aplicação de um questionário a um grupo de contadores da cidade de Passos/MG. Com base no questionário e estudos realizados, concluiu-se que a base para as etapas do processo de tomada de decisão consiste em informações adequadas, confiáveis, de representação fidedigna, com relevância, compreensibilidade e que possam ter comparabilidade, sobre todas as variáveis. Mostrou que a contabilidade é uma ferramenta indispensável, que suas informações geradas são recursos que contribuem na definição de objetivos, no estabelecimento de metas, avaliação e decisão de investimentos. A informação correta é fator decisivo para a continuidade das empresas diante de um cenário de constantes mudanças econômicas e sociais. Concluiu para que as empresas possam ter sua continuidade, elas precisam tomar decisões baseadas em informações fornecidas pela contabilidade e com a devida análise do contador. A partir dos objetivos do artigo que foi identificar e demonstrar como a contabilidade é uma importante ferramenta para a tomada de decisão e após estudos e análises do questionário apresentado, foi possível responder satisfatoriamente o problema, o resultado afirma que a contabilidade como geradora de informações ocupa um papel fundamental no auxílio aos gestores na tomada de decisão. Neste sentido, o presente trabalho discorreu a Contabilidade como produtora e provedora de informações contábeis adequadas e estruturadas que são essenciais para a tomada de decisão dos administradores. Cabe ressaltar que o contador ainda não tem o seu devido reconhecimento, porém, para muitos o contador deixou de ser gerador de informações para os órgãos fiscalizadores e reguladores para exercer seu papel fundamental no processo de tomada de decisão das empresas.

**Palavras-Chave:** CONTABILIDADE. GESTÃO DE EMPRESAS. INFORMAÇÃO CONTÁBIL.





## ANÁLISE DA UTILIZAÇÃO DE FROTA PRÓPRIA E TERCEIRIZADA DE UMA FÁBRICA DE RAÇÃO DO SUDOESTE DE MINAS GERAIS

*Cristiano Vitor da Costa Junior - Libertas - Faculdades Integradas; Darlan Einstein do Livramento - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** cristianovitorjr@hotmail.com

### RESUMO

O artigo apresenta um estudo sobre a logística e serviço ao cliente como estratégia competitiva nas empresas. Algumas empresas optam por terceirizar o serviço prestado visando reduzir os custos. Porém por observar que muitas vezes as expectativas com relação ao nível de serviço ficam abaixo do esperado, as mesmas optam por frota própria que prioriza o nível do serviço evitando falhas. O objetivo geral desse estudo é descrever os fatores que influenciam a utilização de frota própria ou terceirizada em uma empresa. Tais informações a serem obtidas constituem-se em pré-requisitos impostos por um mercado cada vez mais competitivo no ramo de transportes com frota própria ou terceirizada. Os objetivos específicos são: estudar sobre o sistema de logística utilizado no transporte de produtos relacionado a uma unidade fabril na produção de ração; comparar os fatores da contratação das frotas próprias ou terceirizadas, analisar e confrontar através da literatura as estratégias que deverão ser utilizadas durante o processo de escolha das frotas. A pesquisa foi descritiva, tendo cunho qualitativo, e como método de coleta de dados foi usado a entrevista com roteiro fechado com a representante da empresa, localizada em São Sebastião do Paraíso – MG. Neste contexto o trabalho justifica-se na análise da logística do transporte rodoviário de cargas, buscando por meio deste estudo, gerar dados que auxiliem no processo decisório, abordando as vantagens e desvantagens deste serviço no ato da contratação de frotas. A partir dos resultados obtidos pode-se entender a dinâmica existente entre a empresa e a frota própria e terceirizada e como essa relação, quando efetiva, pode agregar valor para o consumidor final e se tornar um diferencial competitivo.

**Palavras-Chave:** LOGÍSTICA. TRANSPORTE. FROTA.



## ANÁLISE DOS PROCESSOS DE GESTÃO DE PESSOAS NA CULTURA COOPERATIVISTA.

*Amanda Felisberto da Silva - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Passos); Olney Bruno da Silveira Junior - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Isabella Cristina Ribeiro Vieira - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Sabrina de Oliveira - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Priscila Barros Storch Soares - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos)*

**E-MAIL:** amanda.s.felisberto@hotmail.com; olney.junior@uemg.br; isabellacrvieira@gmail.com; sabrinaoliveira2381@gmail.com; priscilastorch@gmail.com

### RESUMO

O cooperativismo tem alavancado diversos setores produtivos da sociedade, assim como o de produtores rurais, representados por uma maioria de pequenos e médios o modelo cooperativista faz todo o sentido para ampliar o poder de negociação, proporcionar maior desenvolvimento social, geração de renda, manutenção do trabalho e sucessão familiar para o homem do campo. Neste ambiente repleto de ambiguidades se faz necessário um modelo de gestão de cooperativas que garanta princípios de eficiência, eficácia e efetividade. Assim, foram escolhidas como objetos de pesquisa as cooperativistas dos produtores rurais que participaram da publicação oficial do Sistema OCEMG – Anuário de Informações Econômicas e Sociais em um raio de 100 km da cidade de Passos-Minas Gerais. Neste contexto teve como objetivo geral investigar como a cultura organizacional cooperativista impacta na implantação e operacionalização dos processos de gestão de pessoas e suas inter-relações culturais com os princípios cooperativistas. A pesquisa tem abordagem qualitativa é classificada como descritiva, de campo e bibliográfica, e utiliza de métodos de entrevista e questionário para a coleta de dados. Inicialmente foi realizada uma pesquisa para levantamento bibliográfica quanto aos processos de gestão de pessoas na cultura cooperativista, elaborando posteriormente de acordo com o material coletado um questionário contendo questões sobre as formas de gestão propostas nas bibliografias. Os resultados obtidos apontam para a aplicação prática dos princípios do cooperativismo como componentes da cultura organizacional, porém o modelo de gestão de pessoas apresenta ainda ineficiências, como: processos de atração de pessoas não padronizados e com baixa adesão em processos sistematizados; nenhum tipo de avaliação de desempenho e retroalimentação aos colaboradores, não foi encontrado o uso de planos de cargos e salários nem avaliação de desempenho nas cooperativas estudadas, porém projetos para a implementação estão sendo estudados por todas, contudo há projetos de treinamento e desenvolvimento em todas as cooperativas. E algumas eficiências como o monitoramento de informações para atendimento à legislação trabalhista e um clima organizacional confiável e respeitoso. A pesquisa deixa em aberto para trabalhos futuros a necessidade de desenvolver ferramentas de gestão nas principais lacunas diagnosticadas através desses resultados nesse setor tão importante social e economicamente.

**Palavras-Chave:** COOPERATIVISMO, GESTÃO DE PESSOAS, CULTURA ORGANIZACIONAL





## ANÁLISE ESTRATÉGICA EM UMA EMPRESA DE DISTRIBUIÇÃO EM SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO-MG

*Lucimeire Cristina Neto - Libertas - Faculdades Integradas; Sara Rebeca Felipe - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** lucimeire\_cristina@yahoo.com

### RESUMO

Atualmente, o mundo é globalizado e com alta tecnologia e, com isso, as empresas vêm se tornando cada vez mais competitivas. Diante disso, é necessário que a empresa se posicione, busque por oportunidades de crescimento e identifique possíveis ameaças. Uma importante ferramenta que pode ser fundamental ao administrador é a análise estratégica, que permite que a empresa conheça e entenda sobre o seu mercado, clientes, fornecedores, concorrentes e fatores que interferem em seu desenvolvimento. O objetivo geral deste estudo foi realizar a análise estratégica em uma empresa de distribuição em São Sebastião do Paraíso, MG. Os objetivos específicos foram: estudar o histórico da empresa, a rede que ela pertence (fornecedores, distribuidores e consumidores) e as estratégias adotadas; identificar os pontos positivos e negativos da empresa; e compreender as ameaças e oportunidades do ambiente externo para a empresa. A metodologia foi de cunho qualitativo e como método de coleta de dados foi utilizada a entrevista com roteiro semi-estruturado com o representante da empresa de distribuição em São Sebastião do Paraíso, MG. A partir desta análise foi possível entender a ferramenta na prática.

**Palavras-Chave:** ESTRATÉGIA. PLANEJAMENTO. ANÁLISE SWOT.



## APLICAÇÃO DA METODOLOGIA LEAN MANUFACTURING EM UMA EMPRESA DE PEQUENO PORTE: UM ESTUDO DE CASO

*Isabella Cristina Ribeiro Vieira - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Passos); Amanda Felisberto da Silva - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Lo-Ruana Karen Amorim Freire Sanjulião - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Sabrina Oliveira - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Priscila Barros Storch Soares - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos)*

**E-MAIL:** isabellacrveira@gmail.com; amanda.s.felisberto@hotmail.com; loruanna@yahoo.com.br; sabrinaoliveira2381@gmail.com; priscilastorch@gmail.com

### RESUMO

A grande competitividade vivida no ambiente empresarial é um estímulo significativo ao próprio desenvolvimento da empresa, que para sobreviver, precisa reduzir custos, aumentar sua produtividade e a própria qualidade oferecida. Para tanto, é necessário que a empresa, independente de seu porte, possua um programa de qualidade. Diante dos fatos, este trabalho tem como objetivo apresentar um plano de implantação dos princípios Lean Manufacturing em empresas do setor alimentício, através de um estudo de caso da lanchonete “O Rei da Gula”. Os métodos foram compostos por pesquisa bibliográfica dos mecanismos observados durante a execução do desenvolvimento do projeto e observação direta da realidade analisada antes, durante e depois da implantação das novas metodologias que visavam a melhoria do processo produtivo. Os resultados do estudo realizado permitem afirmar que a implantação dos passos da filosofia Lean pode ser um diferencial competitivo ao executar a avaliação de novos processos, como também viabilizar alterações nos métodos existentes já implantados na organização, além de contribuir para o aumento da produtividade que no caso da empresa estudada diminuiu o gargalo do processo tornando-o mais lucrativo, e, por conseguinte, influenciou na motivação dos colaboradores funcionais. O quantitativo de melhora no lucro da empresa teve um aumento aproximado de 50% depois de implantação da produção enxuta.

**Palavras-Chave:** MICRO E PEQUENA EMPRESA; COMPETITIVIDADE, LEAN MANUFACTURING.





## APLICAÇÃO DO PONTO DE EQUILÍBRIO EM UMA CONCESSIONÁRIA DE MOTOS DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG

*HERNANDES CINTRA ROSA - Libertas - Faculdades Integradas; ROBERTO SILVA RODRIGUES -  
Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** hernandescintra@hotmail.com; robertosrodrigues@msn.com

### RESUMO

A partir da constituição de uma empresa, espera-se a eminência de retornos satisfatórios dos investimentos seja com prestação de serviços ou produtos comercializados. Saber em qual momento começa a ter o retorno previsto, é importante para tomada de decisão em curto ou longo prazo. A contabilidade de custos é a ferramenta que proporciona maior êxito no controle e decisão. Frente a crise financeira instaurada no Brasil, quedas consecutivas do PIB (Produto Interno Bruto) desde 2015 e um recuo na indústria de motocicletas do ano de 2015 para 2016, faz-se necessário analisar e colocar em prática a contabilidade de custos. Para realização deste estudo buscou-se conhecer a contabilidade de custos, os custos fixos e variáveis e o ponto de equilíbrio. Este trabalho trata-se de um estudo de caso em uma concessionária de motos de São Sebastião do Paraíso - MG, tem como característica principal bibliográfica e documental enquadrando-se em estudo quantitativo, com objetivo de encontrar o ponto de equilíbrio na venda de motocicletas novas, e foram descobertas quantas motos por modelo devem ser vendidas para cobrir os custos gerados e que o ponto de equilíbrio variou entre 1,3 a 26,2 motocicletas. Sendo assim com o acompanhamento mensal do ponto de equilíbrio e suas vendas, tomadas decisões eficazes, resultará em um número positivo no final do ano.

**Palavras-Chave:** PONTO DE EQUILÍBRIO. CUSTOS. CONTABILIDADE



## AS VANTAGENS DE SE ASSOCIAR A UMA COOPERATIVA DE CRÉDITO: UM ESTUDO DE CASO.

*Fábio Ferreira de Souza - Libertas - Faculdades Integradas; José Ribeiro dos Santos - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** ju1fa1lu1@outlook.com; joseribeiro@nossocredito.coop.br

### RESUMO

Diante dos momentos de incertezas econômicas vivenciadas no mercado financeiro, associar-se em uma cooperativa de crédito ao invés de optar por uma instituição financeira tem sido uma saída para quem deseja usufruir de seus produtos e serviços que são oferecidos pelos bancos tradicionais, porém com tarifas e taxas de juros diferenciadas nas operações financeiras, além de participarem nas decisões e dos resultados (sobras) da instituição. Este artigo apresenta um estudo de caso, sendo abordada uma pesquisa sobre as vantagens de se associar a uma cooperativa de crédito em momentos de incertezas econômicas. Desta abordagem, surge o seguinte questionamento, qual o diferencial oferecido pelas cooperativas de crédito em relação a outras instituições financeiras? Nesse contexto, este artigo apresenta como objetivo geral: identificar as vantagens oferecidas pela cooperativa em relação a outras instituições. Definiu-se como objetivos específicos: comparar as vantagens oferecidas pelas cooperativas de crédito; entender o conceito de cooperativas de crédito e quais os benefícios proporcionados nos produtos e serviços, e por fim apresentar o cenário econômico atual que se encontra o cooperativismo de crédito. Os procedimentos metodológicos adotaram a abordagem quantitativa, utilizando a pesquisa descritiva e exploratória, envolvendo o levantamento bibliográfico que deu embasamento teórico no problema pesquisado. Foi realizada a aplicação de 40 (quarenta) questionários onde os resultados foram confrontados diante do problema de pesquisa, chegando à conclusão de que a maioria dos participantes questionados é associada a uma cooperativa de crédito, encontram-se satisfeita com o atendimento prestado pelas cooperativas de crédito e evidenciou ainda que os participantes da pesquisa não possui conhecimento das vantagens oferecidas pelas cooperativas de crédito, mas percebem um diferencial nos produtos e serviços ofertados em relação a outras instituições financeiras, no que diz a respeito do atendimento diferenciado, nas menores taxas de mercado e na participação das decisões e resultados obtidos no final do exercício. Por fim, este estudo proporcionou uma troca de conhecimentos e experiências, buscando contribuir na formação acadêmica.

**Palavras-Chave:** COOPERATIVAS DE CRÉDITO, VANTAGENS E DIFERENÇAS.





## **AVALIANDO A IMPORTÂNCIA DO PLANEJAMENTO E CONTROLE DA PRODUÇÃO EM UMA INDÚSTRIA DE MÁQUINAS AGRÍCOLAS DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG**

*Diego Donizete Umbelino - Libertas - Faculdades Integradas; Dalva Kellen Dizaro Rafael Antonio - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** umbelinodiego@hotmail.com; dalvaantonio@libertas.edu.br

### **RESUMO**

A produção e comercialização de café é uma das principais fontes geradoras de renda da cidade de São Sebastião do Paraíso - MG e região. Muitos produtores ainda fazem a colheita manualmente, porém com a mecanização e os benefícios que esta traz o mercado tem oferecido cada vez mais instrumentos e equipamentos com excelente desempenho para atender a diversas necessidades do produtor rural. A SWZ Máquinas uma empresa no segmento de máquinas agrícolas, está no mercado desde 2008, suprimindo a necessidade do cafeicultor durante e no pós-colheita do café. Com o desenvolvimento da competitividade empresarial, faz-se necessário o uso de ferramentas estratégicas para organizar sistematicamente a empresa. Neste viés o Planejamento e Controle da Produção (PCP) é uma destas estratégias. Com base no exposto, surgiu o seguinte problema de pesquisa: Quais as facilidades e dificuldades na implantação do PCP em uma empresa do segmento agrícola? Como forma de assegurar um maior controle do processo de produção, essa pesquisa foi elaborada. Considerou-se como objetivo geral apontar a relevância de um Planejamento e Controle da Produção para uma indústria de máquinas agrícolas; especificamente na região de Minas Gerais no segmento de máquinas agrícolas. E os objetivos específicos são: fazer um levantamento teórico acerca do tema, identificar as vantagens e desvantagens na implantação do Planejamento e Controle da Produção e identificar as vantagens de mercado com esta ferramenta em uso. Foi realizada uma pesquisa de natureza descritiva, tendo aspectos de análise qualitativa, caracterizado por uma pesquisa do tipo bibliográfica e documental através de entrevista com gerentes da SWZ Máquinas, utilizado como técnica para a coleta de dados.

**Palavras-Chave:** PLANEJAMENTO DA PRODUÇÃO. CONTROLE DA PRODUÇÃO. MÁQUINAS AGRÍCOLAS.



## CIDADES CRIATIVAS: O POTENCIAL DE EMPRESAS E INSTITUIÇÕES COMO FORMA DE ATRAÇÃO DE TURISTAS CONTRIBUINDO COM A ECONOMIA DO MUNICÍPIO

*Juliana Capato Peixoto - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** julianacapatop@gmail.com

### RESUMO

A Rede de Cidades Criativas foi criada pela Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) com a intenção de promover cooperação entre as cidades que possuem a criatividade como um fator estratégico para o desenvolvimento urbano sustentável. Este presente artigo trata-se de uma pesquisa bibliográfica, de caráter qualitativo, realizado através de levantamento bibliográfico com o auxílio de livros e artigos, que procura informar em seu problema de pesquisa como as empresas e instituições podem utilizar a cidade criativa como forma de atração de turistas, contribuindo com a economia do município e melhorando, assim, a qualidade de vida dos cidadãos. O objetivo geral é mostrar como a criatividade, através do conceito da rede de Cidades Criativas, pode auxiliar no crescimento econômico através da iniciativa de empresas e instituições na cidade de São Sebastião do Paraíso – MG. Tem como objetivos específicos fazer uma revisão bibliográfica e conceituar Cidades Criativas, apresentando, assim, um estudo de como as instituições e as empresas podem utilizar os requisitos e características de uma cidade criativa como forma de atrair turistas, trazendo, conseqüentemente, uma contribuição na economia do município e na qualidade de vida dos cidadãos.

**Palavras-Chave:** CIDADES CRIATIVAS. DESENVOLVIMENTO REGIONAL. INOVAÇÃO SÓCIO-ECONÔMICA. COOPERAÇÃO.



## CONCEPÇÃO, ANÁLISE E APLICAÇÃO DA FERRAMENTA CANVAS PARA O MODELO DE NEGÓCIO DE UMA OFICINA MECÂNICA DE UMA EMPRESA NO RAMO DE ATIVIDADE DE COMÉRCIO E SERVIÇOS DE VEÍCULO DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG

*André Luiz Vieira - Libertas - Faculdades Integradas; Anderson Carlos de Aguiar - Libertas - Faculdades Integradas; Olney Bruno da Silveira Junior - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** andre\_vieira96hotmail.com; anderson\_aguiar92@hotmail.com; olneyjunior@libertas.edu.br

### RESUMO

O presente estudo procurou estratificar as possibilidades de entendimento e aperfeiçoamento sobre o modelo de negócio Canvas em oficina mecânica de uma empresa no ramo de comércio e serviço de veículos automotivos. Com objetivo geral de identificar as possibilidades de entendimento e aperfeiçoamento do modelo de negócio de uma oficina mecânica em uma empresa no ramo de atividade comércio e serviço de veículo por meio da ferramenta Canvas. Os objetivos específicos foram: apresentar a evolução do conhecimento sobre modelo de negócios, suas características e importância; enunciar os passos para o processo do desenvolvimento / implantação da ferramenta Canvas; desenvolver e/ou interpretar o mecanismo do modelo de negócio Canvas em uma oficina mecânica de uma empresa do ramo de atividade comércio e serviço de veículos automotivos; caracterizar os pontos fortes e fracos, possibilidades e impossibilidades da experimentação. A metodologia de abordagem qualitativa caracterizada como estudo de caso e também bibliográfico, e coleta de dados a partir de entrevista com roteiro semi-estruturado com colaboradores do setor e posteriormente foi realizada análise e desenvolvimento do mesmo. O resultado final da pesquisa é o detalhamento do modelo de negócio utilizado pela oficina mecânica, sua adequação ao modelo Canvas quando foi possível o entendimento a partir da visão dos colaboradores e então é possível aos gestores propor inovações e oportunizar adequações no modelo de negócio atual.

**Palavras-Chave:** MODELO DE NEGÓCIO. VALOR. PERCEPÇÃO. OPORTUNIDADES.





## CONFINAMENTO BOVINO: ZOOTÉCNICA DE BOVINOCULTURA DE CORTE EFICAZ

MARIANA APARECIDA ALVES - *Libertas - Faculdades Integradas*; ANTONIO CARLOS DE BRITO JUNIOR - *Libertas - Faculdades Integradas*; DARLAN EINSTEIN DO LIVRAMENTO - *Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** marialves161823@gmail.com; odontovidaparaiso@gmail.com; delivramento@yahoo.com.br

### RESUMO

O presente artigo busca apresentar as vantagens da produtividade de carne bovina em confinamento. Portanto, o objetivo deste estudo é estudar a engorda bovina em confinamento, como tempo de produção e custo-benefício, objetivando o ganho de produtividade na produção do gado de corte, com base em um estudo realizado na fazenda Cabriúva, em São Sebastião do Paraíso - MG. Temos aqui os seguintes objetivos específicos: compreender a técnica de confinamento bovino de corte e acompanhar os procedimentos realizados, com o intuito de apontar o sucesso desta técnica. A referida pesquisa é de cunho qualitativo, e foi realizada por meio de uma coleta de dados na referida fazenda, dividida em 3 (três) etapas, onde a primeira consiste na coleta de peso e observação de um grupo de garrotes, a segunda, no acompanhamento da alimentação dos exemplares selecionados, e a terceira com a coleta de peso e observação desses garrotes ao ponto do abate. Ainda, foram citados diversos autores que apontam os riscos e as vantagens da produção em confinamento, e foi feita uma entrevista com os proprietários da Fazenda Cabriúva, no intuito de apontar a parte prática desta modalidade.

**Palavras-Chave:** CONFINAMENTO BOVINO. TÉCNICAS DE ENGORDA. PRODUÇÃO DE GADO DE CORTE.



## CONTABILIDADE GERENCIAL: A IMPORTÂNCIA DO CONTROLE GERENCIAL EM UM BUFFET INFANTIL DA MICRORREGIÃO

*Estela Frigato - Centro Universitário Estácio (Uniseb - Ribeirão Preto); Andreia Marques Maciel de Carvalho - Centro Universitário Estácio Uniseb*

**E-MAIL:** estelafrigato87@gmail.com; andreia.maciel@estacio.br

### RESUMO

A contabilidade gerencial surgiu no período da Revolução Industrial e vem se desenvolvendo para atender as necessidades das empresas até os dias de hoje. Este ramo da Contabilidade está direcionado para o planejamento, controle, avaliação e tomada de decisão. Para se aplicar a contabilidade gerencial utiliza-se diversos métodos e, neste trabalho aplicou-se o Modelo de Custeio Variável e o Modelo por Absorção em um estudo de caso de um buffet infantil na microrregião de Ribeirão Preto/SP. O estudo se justifica por sua importância no planejamento de novos negócios e no auxílio na administração da empresa. O objetivo do estudo é demonstrar as ferramentas que podem ser utilizadas na gestão do negócio e as formas de torna-lo viável economicamente. A metodologia utilizada foi a qualitativa, descritiva, entrevista e estudo de caso. Os possíveis resultados demonstrarão que o negócio pode ser gerenciado de forma eficaz com o modelo adequado de contabilidade gerencial, proporcionando uma melhor gestão do negócio e maximização de seus resultados.

**Palavras-Chave:** CONTABILIDADE, CONTABILIDADE GERENCIAL, SISTEMAS DE CONTROLE, CUSTEIO VARIÁVEL



## CUSTO DE OCIOSIDADE NA INDÚSTRIA: UM ESTUDO DE CASO EM UMA ENTIDADE DO SETOR DE MATERIAIS CIRÚRGICO

*Eliane Yuri Kitano - Libertas - Faculdades Integradas; Jerfson Abreu Brito - Libertas - Faculdades Integradas; Lucas Mateus Lima - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** eliane.japa@outlook.com; jerfson.abreu@hotmail.com; lucaslima@libertas.edu.br

### RESUMO

Esta pesquisa é classificada como qualitativa, sendo um estudo de caso em uma indústria de materiais cirúrgicos, a qual analisa a apuração do custo de ociosidade na produção. Foi definida a seguinte questão de pesquisa: Quais são as características encontradas ou necessárias para a apuração do custo de ociosidade em uma indústria do setor de materiais cirúrgicos? A justificativa está relacionada à importância de reconhecer a existência da ociosidade e buscar meios para sua mensuração, visualizando o impacto no custo do produto, considerando a competitividade no mercado. Para isso é essencial que se tenha conhecimento detalhado do processo fabril. O objetivo geral do estudo é verificar os principais fatores geradores do custo de ociosidade no processo produtivo da entidade estudada, utilizando-se de análise documental. Assim, contribuindo com análises das características relevantes encontradas na apuração do custo de ociosidade em volume e valor. A empresa estudada opera através de células de produção para cada tipo de produto e a cada mês existe uma meta de produção em horas e em quantidade. A obtenção dos dados foi realizada através de planilhas de controle interno e extração de relatórios do sistema de informação referentes a oito meses do ano de 2016. Através dos dados, foi possível identificar quais fatores causam a ociosidade produtiva. Obteve-se uma visão fiel do impacto financeiro das horas ociosas que, apesar da entidade adotar esse método, atualmente ela não possui a visibilidade financeira apurada durante esta pesquisa, pois o custo ocioso é absorvido pelos produtos através da mão de obra, ou seja, esse impacto afeta diretamente o custo do produto vendido, no entanto, não sendo identificados. Como resultado, verificou-se valores impactantes no custo de produção. Conclui-se que, além da necessidade de apurar as causas da ociosidade e sua mensuração, é necessário que haja o entendimento das particularidades da entidade, verificando sua estrutura de produção e comercialização. Neste caso analisado, não foi identificada a existência de sazonalidade e sim outros fatores internos e externos, os quais resultaram em ociosidade produtiva. Foi apurado e apresentado o impacto na entidade analisada, considerando suas distinções e perfil de produção e comercialização, e também um comparativo do cálculo de apuração do custo de ociosidade proposto pela literatura com os valores obtidos durante a análise do caso neste estudo.

**Palavras-Chave:** CUSTOS INDUSTRIAIS.CUSTO DE OCIOSIDADE.MATERIAIS CIRÚRGICOS.



## DECADÊNCIA DO CRÉDITO TRIBUTÁRIO NOS IMPOSTOS INDIRETOS

*Jessica Cezarini dos Santos - Libertas - Faculdades Integradas; Humberto Luis Versola - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** jessicacezarini@hotmail.com; humberto.versola@yahoo.com.br

### RESUMO

Passando pela história do Brasil Colônia até nos dias atuais, podemos constatar que o direito tributário é uma forma de determinar a relação entre o contribuinte e o fisco, existindo uma intervenção por parte do Estado para conseguir o aumento de seus impostos. Revelando certo interesse por parte do Estado em não deixar nenhum real passar por despercebido em caráter de sonegação e para que isso ocorra de forma efetiva o Estado utiliza um sistema de cruzamento de dados. Já a pessoa do contribuinte cada vez mais utiliza artifícios para sonegar, até porque quem não sonega não permanece no mercado este habito vem desde a época do Brasil Colônia. Em 14º lugar no ranking de países com maior carga tributária está o Brasil, todavia veremos que o contribuinte tem alguns institutos que lhe beneficia, exemplo esse é quando o Estado deixa de lançar um imposto por determinado prazo ocorrendo assim a decadência. Esse instituto por sua vez gera inúmeros debates no mundo jurídico, sendo também um dos refúgios utilizado pelo contribuinte para deixar de pagar um imposto. Sendo a decadência uma modalidade que menos acontece no mundo tributário porque a pessoa do Estado utiliza de todos os meios para sempre estar em dia com os lançamentos de impostos.

**Palavras-Chave:** DECADÊNCIA, CRÉDITO TRIBUTÁRIO, IMPOSTOS INDIRETOS, LANÇAMENTO POR HOMOLOGAÇÃO.



## DESENVOLVIMENTO DE APLICAÇÃO MOBILE PARA ACOMPANHAMENTO DE TREINO UTILIZANDO FRAMEWORK7

LUIZ GUILHERME SANTOS BORGES MARIANO - *Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** lgluizguilherme@hotmail.com

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo investigar sobre o desenvolvimento de uma aplicação híbrida utilizando o framework7. Esta aplicação poderá proporcionar aos profissionais de academias uma administração com maior facilidade dos treinamentos semanais e também facilitar o acesso aos treinos e avaliações físicas de cada aluno. Para o desenvolvimento, as principais linguagens utilizadas são: HTML, CSS e JavaScript. A importância deste trabalho é demonstrar o desenvolvimento de aplicações híbridas complexas para atendimento profissional com qualidade e satisfação do usuário.

**Palavras-Chave:** APLICAÇÃO MÓVEL. HÍBRIDO. ACADEMIA. ACOMPANHAMENTO DE TREINO. FRAMEWORK7



## DESENVOLVIMENTO DE UM PROTÓTIPO IMPRESSORA 3D DE BAIXO CUSTO

*Jean Karlos Pimenta de Souza - Libertas - Faculdades Integradas; Ely Fernando do Prado - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** jeankarlosnem@gmail.com

### RESUMO

O seguinte trabalho tem como objetivo a criação de um protótipo máquina de baixo custo que possibilite a impressão de modelos tridimensionais. Esta máquina de automatização utilizará um formato de movimentação semelhante à um centro de usinagem com os eixos X , Y e Z. Foi utilizada um micro controlador Arduino para processar a movimentação dos motores do equipamento com precisão. A proposta é desenvolver uma impressora 3D utilizando somente materiais recicláveis, como guias lineares e motores de impressoras descartadas, além de peças de um leitor de DVD. Após o desenvolvimento do trabalho, percebe-se que lixos eletrônicos podem ter outro fim, sendo reaproveitados para criação de novos equipamentos promovendo maior sustentabilidade. O resultado desse projeto é a possibilidade de impressão de um objeto 3D com precisão e baixo custo.

**Palavras-Chave:** IMPRESSORA 3D, SUSTENTABILIDADE, ARDUINO, AUTOMATIZAÇÃO.



## DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA PARA AUXILIAR NA IDENTIFICAÇÃO DE VEÍCULOS DE ALUNOS E COLABORADORES DE UMA INSTITUIÇÃO DE ENSINO

*Leonardo de Paula Silva - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** silvaleo1113@gmail.com

### RESUMO

O fluxo de pessoas que frequentam a Libertas Faculdades Integradas é alto. Muitas dessas pessoas se deslocam até a instituição por meio de veículos, principalmente em carros e motos. A instituição possui um estacionamento de carros somente para os professores e colaboradores, disponibilizando para os alunos o estacionamento exclusivo de motos. No entanto, vários alunos se deslocam de carro e os estacionam nas proximidades da instituição. Estes ficam expostos a riscos, assim como os veículos que estão no estacionamento da fundação, porém como menor intensidade. Frequentemente os incidentes que ocorrem são, como exemplo, disparo de alarmes, paradas em locais inapropriados, batidas por outros condutores, dentre outros. Muitas vezes, estes incidentes demoram ser resolvidos devido à dificuldade em encontrar o condutor do veículo, pois o mesmo não está próximo ao veículo. Este trabalho de curso (TC) teve como objetivo desenvolver um sistema para auxiliar na identificação dos condutores dos veículos de alunos e colaboradores da instituição, amenizando os problemas relatados e proporcionando mais agilidade na localização do condutor e a comunicação com o mesmo. Foi desenvolvido um sistema web, integrado ao Portal Acadêmico da Libertas. A partir do uso deste sistema os problemas relatados poderão ser amenizados.

**Palavras-Chave:** SISTEMAS DE INFORMAÇÃO, DESENVOLVIMENTO WEB, VEÍCULOS, INSTITUIÇÃO, INTEGRAR, PORTAL LIBERTAS.



## DESENVOLVIMENTO DE UM SISTEMA PARA GERENCIAMENTO DE UMA CLÍNICA DE FISIOTERAPIA

*Patrícia Angélica Aparecida Honório - Libertas - Faculdades Integradas; Alysson Alexander Naves Silva  
- Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** patricia-honorio@outlook.com; alyssonsilva@libertas.edu.br

### RESUMO

Este trabalho tem como objetivo desenvolver um sistema para agendamento de horários em uma clínica de fisioterapia, visando à padronização e melhoria no controle de informações, além de proporcionar maior segurança e confiabilidade. O sistema é destinado a armazenar em um mesmo local todas as informações relacionadas ao paciente. Usualmente esses registros são feitos em papel, porém esse método é de difícil manuseio e pode resultar na perda de informações relacionadas aos pacientes. O sistema desenvolvido contém dados de pacientes, funcionários, controle de agendamentos, acompanhamento de osteopatia e auxilia no gerenciamento da clínica, facilitando o armazenamento e manuseio. A implantação do sistema deve facilitar o atendimento além de melhorar a qualidade no armazenamento.

**Palavras-Chave:** AGENDAMENTO DE HORÁRIOS. DESENVOLVIMENTO DO SISTEMA. CONTROLE DE DADOS.



## DIFICULDADES ENCONTRADAS PELOS CONTADORES SOBRE A CONTABILIDADE RURAL: A ABORDAGEM AOS ESCRITÓRIOS.

RONILDO ANTUNES DE SOUZA - *Libertas - Faculdades Integradas*; ERICK DE OLIVEIRA HENRIQUE - *Libertas - Faculdades Integradas*; JÚLIO CEZAR DA SILVA - *Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** ronildospfc01@hotmail.com; erick\_veh@hotmail.com; juliocontss@hotmail.com

### RESUMO

Um dos pilares da economia brasileira é o agronegócio, e no município de São Sebastião do Paraíso – MG não é diferente. A cidade se destaca pelo grande volume e a qualidade da produção de café. Como a contabilidade é uma ferramenta fundamental para o planejamento e crescimento de todos os setores, é essencial que os produtores rurais a utilizem, porém, os contadores sofrem algumas dificuldades para realizar a escrituração desses produtores. Diante disso, o artigo teve como objetivo geral analisar quais são as maiores dificuldades desses profissionais quanto à contabilidade rural. Como objetivos específicos, buscou verificar se estes produtores fazem planejamentos com o auxílio da contabilidade. Além disso, buscou-se também descobrir com que frequência os produtores rurais realizam a entrega dos documentos ao escritório de contabilidade. Foi utilizado um método quantitativo e pesquisa de campo, com a realização de coleta de dados através de questionários com questões fechadas, aplicado a 20 escritórios de contabilidade. Os resultados obtidos com a pesquisa demonstram que a maior dificuldade encontrada pelos contadores para realizarem a escrituração das propriedades rurais é a falta de conhecimento dos produtores quanto à importância da contabilidade.

**Palavras-Chave:** DIFICULDADES DOS CONTADORES. PRODUTOR RURAL. PLANEJAMENTO.



## ESTUDO COMPARATIVO DOS MÉTODOS DE CUSTEIO POR ABSORÇÃO E VARIÁVEL EM UMA INDÚSTRIA QUÍMICA

Camila Aparecida de Castro - Centro Universitário Estácio (Uniseb - Ribeirão Preto); Andréia Marques Maciel de Carvalho - Centro Universitário Estácio (Uniseb - Ribeirão Preto)

E-MAIL: camycaastro@gmail.com

### RESUMO

Resumo Atualmente, o cenário da economia brasileira vivencia um momento de turbulência e instabilidade afetando diretamente o processo de continuidade das empresas, a principal frase dos administradores é a seguinte: “o país está em crise e temos que reduzir os custos”. A maioria dos empresários não sabem como lidar com a crise e, para adaptar-se a essa realidade, empresas buscam alternativas que as mantenham no mercado gerando resultados positivos. Nesse propósito, a Contabilidade de Custos desempenha um papel relevante dentro as organizações, gerando informações precisas e confiáveis, por meio dos métodos de custeio, que auxiliam os gestores no controle operacional, custeio de produtos, controle administrativos, gerenciais e principalmente no processo de tomada de decisão. O tema abordado nessa pesquisa científica são os métodos de custeio, fundamentado através de um estudo comparativo entre os métodos de custeio por absorção e variável em uma indústria química. A finalidade deste estudo é identificar e comparar as principais diferenças na apuração dos custos dos produtos com métodos aplicados, com o intuito de disponibilizar informações que contribuam para a melhoria no processo de gestão da empresa. A lucratividade da empresa depende, de um apropriado e rigoroso acompanhamento dos custos, uma vez que as margens sobre o preço de venda estão cada vez menores, devido à alta concorrência. Por esse motivo, a justificativa da pesquisa é a relevância da Contabilidade de Custos e Contabilidade Gerencial para as empresas, uma vez que ambas auxiliam todo o processo de tomada de decisão com o propósito de corrigir problemas, potencializando resultados satisfatórios. Este trabalho é realizado em uma indústria química na cidade de Jardinópolis/SP. O objetivo geral do estudo é demonstrar o resultado operacional da empresa com a utilização dos métodos de custeio, estruturando as informações contribuindo com processo de tomada de decisão. Assim, o trabalho tem a pretensão de alcançar objetivos específicos: identificar os principais produtos da empresa e aplicar os métodos de custeio; analisar a estrutura de custo da empresa; demonstrar os métodos de custeio por absorção e variável; apresentar os resultados gerenciais obtidos. A metodologia utilizada para este estudo é a pesquisa bibliográfica, estudo de caso aplicado, pesquisa empírica com coleta de dados e pesquisa qualitativa por meio de análise dados.

**Palavras-Chave:** CONTABILIDADE DE CUSTOS; CUSTEIO POR ABSORÇÃO; CUSTEIO VARIÁVEL, CONTABILIDADE GERENCIAL





## ESTUDO DA CARGA TRIBUTÁRIA QUE INCIDE NOS PRODUTOS ALIMENTÍCIOS, O CASO DA MANTEIGA

*Fabio Aparecido de Andrade - Libertas - Faculdades Integradas; João Pedro Ribas de Faria - Libertas - Faculdades Integradas; Stefania Aparecida Belute Queiroz - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** fabioandradessp@hotmail.com; jprfssp@hotmail.com; stefaniaqueiroz@libertas.edu.br

### RESUMO

No Brasil, o sistema tributário não é de fácil compreensão pois há um grande número de impostos: ICMS, IPI, PIS e COFINS. De acordo com o tema, identificou-se o seguinte problema de pesquisa: Quais são os impostos que incidem nos produtos alimentícios desde a fabricação e a entrega final, e qual o percentual em relação ao preço? Para responder o problema de pesquisa foi definido como objetivo geral: verificar quais são os impostos que incidem nos produtos alimentícios desde a fabricação até a entrega final e analisar qual o percentual em relação ao preço. Para alcançar o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema; b) levantar quais são os impostos que incidem desde a produção de venda da manteiga; c) relacionar os impostos em cada etapa do processo; d) identificar qual a carga tributária que incide na manteiga em relação ao preço. Para realizar esta pesquisa utilizou-se uma abordagem qualitativa, o tipo de pesquisa é descritiva, o método de pesquisa foi o estudo de caso em uma empresa fabricante de manteiga situada no interior de Minas Gerais e a técnica para a coleta de dados é a entrevista semiestruturada. Com os resultados obtidos verificou-se que os impostos incidentes no caso da manteiga são: IR, CSLL, PIS, COFINS, ICMS, que representam 35% no preço final quando adquirido pelo consumidor.

**Palavras-Chave:** SETOR ALIMENTÍCIO. IMPOSTOS. CARGA TRIBUTÁRIA. MANTEIGA



## ESTUDO DA GESTÃO DE DIFERENTES GERAÇÕES DENTRO DE UMA EMPRESA FAMILIAR: UM ESTUDO DE CASO

*Maria Clara Del Bel Montanhini - Libertas - Faculdades Integradas; Rebeca Meireles Ferreira - Libertas - Faculdades Integradas; Stefania Aparecida Belute Queiroz - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** clarinhadelbel@hotmail.com; beca99.meireles@gmail.com; stefaniaqueiroz@libertas.edu.br

### RESUMO

A empresa familiar caracteriza-se, como aquelas com capital aberto ou fechado, iniciadas por um membro da família que, as passou ou tem a intenção de passar, a um herdeiro direto ou parente por casamento. Poderá haver membros da família participando da gestão da empresa. Nesse caso, pode ocorrer falta de compromisso e responsabilidade pela razão da sucessão ocorrer dentro de uma mesma família. Com base no exposto, esta pesquisa tem como questão problema: Como é feita a gestão de uma empresa composta por familiares de diferentes gerações? Para responder o problema de pesquisa tem-se como objetivo geral identificar como é realizada a gestão de diferentes gerações nas empresas familiares. Para alcançar o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema; identificar as diferentes gerações existentes na empresa e levantar quais são as vantagens e desvantagens da gestão. Sendo assim, a justificativa encontrada para a realização desse estudo é a importância desse tema para entender o cotidiano de uma empresa familiar com gerações diferentes participando das tomadas de decisões. Para a realização da pesquisa utilizou-se uma abordagem qualitativa, o tipo de pesquisa é de caráter descritivo, o método para a realização será o estudo de caso e a técnica para a coleta de dados será entrevistas. Espera-se por meio dos resultados da pesquisa alcançar os objetivos propostos e responder o problema de pesquisa.

**Palavras-Chave:** SUCESSÃO FAMILIAR; GERAÇÕES X, Y E Z; EMPRESA FAMILIAR; ESTUDO DE CASO



## ESTUDO DA RESPOSTA DO FEIJOEIRO COMUM ( PHASEOLUS VULGARIS L.) A APLICAÇÃO DE DIFERENTES DOSES DE MOLIBDÊNIO (MO)

*Ian Lucas de Oliveira Rocha - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Passos); Rafael Lima Guimarães - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Larissa Castro Pereira - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Darlan Einstein do Livramento - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos)*

**E-MAIL:** ian.rocha1997@outlook.com; rafaellimarlg@gmail.com; Larissacastro2288@hotmail.com; delivramento@yahoo.com.br;

### RESUMO

Na cultura do feijoeiro, o molibdênio (Mo) é um dos micronutrientes que tem despertado grande interesse, principalmente em função dos resultados que vêm sendo obtidos com a adubação molíbdica foliar. Para as plantas, ele é considerado um elemento essencial, por ser componente das enzimas redutase do nitrato e nitrogenase. Sua carência afeta o metabolismo do N e se apresenta como uma das possíveis causas da baixa produtividade observada na cultura do feijão. O objetivo desse trabalho foi avaliar o efeito do Mo como potencializador dos processos ligados à metabolização de N pelas plantas. O delineamento experimental foi o de blocos casualizados com quatro repetições constituídos das doses de Mo (0,40 e 80 g/ha), aplicadas por via foliar, aos 25 dias após a semeadura, por meio de pulverizador manual, na forma de molibdato de amônio. No início do florescimento, aos 64 DAS, as plantas dos vasos foram colhidas e separadas em folhas, ramos e raízes. Em seguida foram submetidas a secagem em estufa durante 72 horas para posterior determinação dos teores de nutrientes (dados não apresentados). As características vegetativas e reprodutivas avaliadas foram: altura de planta, quantidade de folhas, largura e comprimento de trifólios, diâmetro de caule. A área foliar e radicular foi obtida através da aquisição de imagens e processadas através do AFSOft® e Safira® – (EMBRAPA). Nas avaliações de característica de parte aérea, apenas a altura de plantas e área foliar apresentaram diferenças estatísticas entre os tratamentos ( $p < 0,05$  Scott-Knott). A altura de plantas foi maior na dose de 4 g de Mo/ha. Independente da dose de Mo, a presença do elemento na solução de pulverização, promoveu maior área foliar nas plantas, quando comparado com a dose 0 g de Mo/ha. Na avaliação de raízes, não houve diferenças entre os tratamentos para as características: volume e área radicular, diâmetro médio ponderado de raízes. Conclui-se que a pulverização das plantas com Mo, promoveu efeitos significativos no crescimento de plantas, principalmente na altura e área foliar.

**Palavras-Chave:** ADUBAÇÃO FOLIAR; MOLIBDÊNIO; PHASEOLUS VULGARIS L.





## ESTUDO DE CASO: GESTÃO DE CUSTOS NA CAFEICULTURA FAMILIAR

*André Luiz Volpe - Libertas - Faculdades Integradas; Darlan Einsten do Livramento - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** andreluizzvolpe@hotmail.com

### RESUMO

A gestão de custo de produção na cafeicultura familiar é importante para enfrentar a concorrência diante de um mercado cada vez mais acirrado. A empresa rural tem o desafio de estar estruturada e preparada para enfrentar grandes oscilações do mercado, crises e riscos climáticos que o empreendimento está exposto. Nesse aspecto, o produtor deve efetuar a gestão de custos em sua propriedade rural, pois, um melhor gerenciamento pode ser crucial para a atividade. O objeto de estudo desse trabalho foi a Fazenda Ponte Alta, localizada no município e São Sebastião do Paraíso-MG. O objetivo geral deste trabalho foi entender a importância do levantamento dos custos de produção para a atividade. O objetivo específico foi verificar as variáveis envolvidas na composição do custo total, avaliar as variáveis que mais influência no custo em questão, e apresentar alterações na gestão do sistema de produção de forma que possa melhorar os resultados. A pesquisa é um estudo de caso de abordagem qualitativa, como método de coleta de dados foram utilizados relatórios de custos fornecidos pelo produtor das safras 2012/2013 a 2016/2017. Os resultados obtidos mostram a importância de fazer a gestão de custos. Insistir em talhões poucos produtivos é um desperdício de recursos e tempo. A busca por uma alta produtividade é decisiva.

**Palavras-Chave:** GESTÃO CUSTO. AGRICULTURA FAMILIAR. CAFEICULTURA



## ESTUDO DE INSTRUMENTOS UTILIZADOS NA INSPEÇÃO DA QUALIDADE EM UMA EMPRESA DE FABRICAÇÃO DE PRODUTOS PARA SAÚDE NO SUDOESTE DE MINAS GERAIS

*Jessica Rodrigues Cheleider - Libertas - Faculdades Integradas; Maria Luiza Nascimento Lara Veçoso - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** jessica\_cheleider@yahoo.com.br; celularcia.jacui@outlook.com.br

### RESUMO

O estudo analisou a qualidade de instrumentos, resultados e os problemas que podem interferir na qualidade dos produtos, durante análise e testes utilizados para critério de acreditação de certificação compulsória e produtos hospitalares em uma indústria no sudoeste de Minas Gerais. A importância da certificação para produtos para saúde é um diferencial competitivo no mercado da área da saúde, além de ser uma exigência regulatória. A família dos produtos para saúde que foi analisada é denominada de equipos parenteral de uso único. Para tanto, os objetivos específicos foram: estudar os procedimentos de análise da qualidade que influenciarão no processo de certificação dos produtos para saúde; e demonstrar as incertezas e medição que podem existir nos instrumentos durante no processo de calibração; fazer análise temporal da variação dos resultados na avaliação da qualidade utilizando os instrumentos: aprovados x reprovados. A metodologia do estudo aplicada foi pesquisa exploratória de cunho quantitativo e documental. O estudo exploratório quantitativo foi realizado por meio de estudo experimental em laboratório e se baseou nos resultados estatísticos de variação de valores resultantes dos testes de análises de qualidade dos produtos e tendência de calibração. O estudo documental relatou à forma de proceder com a análise de qualidade dos produtos. A partir destes estudos foram verificados e analisados se os resultados afetam ou não na qualidade dos produtos hospitalares.

**Palavras-Chave:** CALIBRAÇÃO. ANÁLISE DE QUALIDADE. CERTIFICAÇÃO COMPULSÓRIA.



## FATORES INFLUENTES NA ROTATIVIDADE DE COLABORADORES NOS ESCRITÓRIOS DE CONTABILIDADE DE S S PARAÍSO

*RAFAEL DOMINGOS DAS DORES - Libertas - Faculdades Integradas; LEONARDO HENRIQUE CORDEIRO NUNES - Libertas - Faculdades Integradas; JULIO CEZAR DA SILVA - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** rdomingos09@gmail.com; leonardolhcn123@gmail.com; juliocontss@hotmail.com

### RESUMO

Os escritórios de contabilidade, assim como todas as empresas, sofrem com os impactos do giro admissional e demissional de colaboradores, principalmente pelos custos gerados nesse ciclo que vão desde o treinamento de um novo profissional aos custos de rescisão. Diante disso, esse artigo tem por objetivo geral demonstrar as possíveis causas da variabilidade e quanto relativo é o Turnover no universo estudado e como objetivos específicos apresentar de forma clara e objetiva sobre o que leva os colaboradores dos escritórios de contabilidade a deixarem seus empregos; e transparecer possíveis fatores que demonstram essa rotatividade. No referencial teórico ficou evidenciado que a alta rotatividade traz consigo danos às empresas, especialmente no aspecto financeiro, e deve ser evitada até certo ponto. Em busca de respostas para perguntas que somente quem vivencia tal situação pode responder, teve-se de ir a campo, coletar presencialmente os Emails dos colaboradores para enviar um questionário com perguntas sobre o tema. Estudo de cunho descritivo-exploratório, com abordagem quantitativa e de campo. Para a coleta de dados utilizou-se de um questionário online, na plataforma do Google Forms, elaborado com dez perguntas de múltipla escolha. Foi aplicado um método de amostragem sobre o universo estudado com nível de confiança de 90% e erro amostral de 10%, representando o universo de modo geral sem estudá-lo como um todo. Os questionários foram entregues aos colaboradores via e-mails e obteve-se um total de 98 questionários respondidos. Na análise dos resultados, concluiu-se que a rotatividade foi menor que a esperada demonstrando o interesse dos colaboradores de ficarem nos escritórios e o principal fator de Turnover, é a falta de reavaliação monetária. Outro dado que a pesquisa trouxe é que os escritórios apresentam ambiente de trabalho bom, quanto a aparelhagem, ambiente e condições de trabalho, descartando este item como fator influente. Há também a vontade do empregado em permanecer na área, já que a maioria possui graduação ou tem vontade de obtê-la, mas eles não estão certos se essa graduação irá trazer melhorias para eles no cunho salarial. Vale reforçar que a pesquisa aborda a rotatividade na opinião do colaborador, logo a rotatividade encontrada não representa a rotatividade real do setor, pois para isso precisaríamos de informações que somente os contadores têm, por isso a necessidade de uma pesquisa futura que aborde este tema na opinião do contador.

**Palavras-Chave:** COLABORADORES, GESTÃO DE PESSOAS, TURNOVER





## GESTÃO DAS PERDAS NO PROCESSO PRODUTIVO DE UMA EMPRESA FABRICANTE DE PRODUTOS HOSPITALARES: ESTUDO DE CASO

*Kellen Aparecida Neves - Libertas - Faculdades Integradas; Stefânia Aparecida Belute de Queiroz - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** kellenavs@gmail.com

### RESUMO

Segundo Shingo (1996) “a perda é qualquer atividade que não contribui para as operações”. A identificação e análise das perdas no processo produtivo são fundamentais para que se possa eliminá-las. Para a sua eliminação devem ser feitas a verificação e a constatação de suas causas centrais. O sistema Toyota de produção (STP) contribui através de uma metodologia na qual as perdas são identificadas com o uso de diversas ferramentas para que suas fontes causadoras possam ser investigadas e sofrer as devidas intervenções (MARQUES E MELLO, 2013). Com base no exposto surgiu o seguinte problema de pesquisa: como é feita a gestão das perdas no processo produtivo de uma empresa fabricante de produtos hospitalares? Para responder o problema de pesquisa tem-se como objetivo geral: Estudar a gestão das perdas no processo produtivo de uma empresa fabricante de produtos hospitalares. Para alcançar o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: 1- Fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema; 2 - Identificar quais são as perdas que acontecem no processo produtivo; 3 - Verificar qual o destino das perdas do processo produtivo; 4 - Descrever como é a gestão das perdas encontradas no processo produtivo. Esta pesquisa justifica-se segundo a sua importância uma vez que uma gestão de perdas ineficiente acarreta em custos para empresa além do impacto ambiental ocasionado. Esta pesquisa terá uma abordagem qualitativa, será do tipo descritiva, o método utilizado será o estudo de caso e a técnica para a coleta de dados será a entrevista, a observação não participante e a análise de documentos. Espera-se com os resultados da pesquisa alcançar os objetivos propostos e responder o problema de pesquisa e contribuir com informações relevantes para os gestores da área e com o meio acadêmico.

**Palavras-Chave:** CONTROLE DE PERDAS. GESTÃO DE PERDAS. INDÚSTRIA DE PRODUTOS HOSPITALARES.





## IMPACTOS DA CONTABILIZAÇÃO DO LEASING FINANCEIRO NOS INDICADORES ECONÔMICOS E FINANCEIROS.

*Suellen Rosa do Amaral - Centro Universitário Estácio (Uniseb - Ribeirão Preto); Vanessa Aneli Borges - Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto; Andreia Marques Maciel de Carvalho - Centro Universitário Estácio de Ribeirão Preto*

**E-MAIL:** [suellenamaral@yahoo.com.br](mailto:suellenamaral@yahoo.com.br); [vanessa.borges@live.estacio.br](mailto:vanessa.borges@live.estacio.br); [andrea.maciel@estacio.br](mailto:andrea.maciel@estacio.br)

### RESUMO

O termo leasing é descrito como arrendamento mercantil, sendo classificado em duas modalidades: financeiro e operacional. O leasing é um contrato entre as partes “arrendador” e “arrendatário”. O arrendador é o proprietário do bem, sendo que durante a vigência do contato e através de pagamentos, esse bem fica em posse e usufruto do arrendatário, ou seja, é transmitido o direito de uso de um ativo por um período de tempo determinado, através de pagamentos, podendo este ao final do contrato ser adquirido, devolvido ou prorrogado o prazo. Antes da Lei nº 11.638/2007 entrar em vigor, o arrendatário classificava as operações do leasing em suas demonstrações contábeis como despesa, no momento do pagamento das respectivas prestações, pois como o arrendatário não possuía o título de propriedade dos bens arrendados, não poderia registrar essas operações no ativo e no passivo. Em virtude dessa operação, durante décadas as empresas aproveitaram esse benefício, pois os bens arrendados e os passivos provenientes desse contrato ficavam efetivamente mantidos “fora do balanço”, descaracterizando a essência da operação de leasing, por não evidenciarem se foram ou não transferidos para as companhias aéreas os riscos e benefícios da posse dos ativos, causando um impacto significativo na estrutura patrimonial da companhia, influenciando os indicadores econômicos e financeiros, assim como na tomada de decisão do usuário de informação contábil. Foi então que os conselhos FASB e IASB decidiram desenvolver uma nova abordagem à contabilização do leasing, que iria resultar no reconhecimento dos ativos e passivos identificados como provenientes de um contrato de leasing. A nova abordagem seria tratar todos os contratos de leasing como a aquisição de um direito de utilização do bem arrendado durante o prazo de locação. O presente trabalho tem como objetivo responder a seguinte pergunta de pesquisa: qual o impacto da contabilização do leasing financeiro nos indicadores econômicos e financeiros das empresas aéreas TAM e GOL? Para isso, foram analisados os demonstrativos contábeis das companhias aéreas nos período de 2010 a 2016. A pesquisa utilizada foi descritiva, de natureza qualitativa, realizada por meio de análise documental. O mercado de aviação civil foi selecionado, por ser grande usuário do regime de leasing como forma de “aquisição” de suas aeronaves. As companhias aéreas TAM e GOL foram selecionados por serem as maiores companhias da aviação civil nos anos analisados.

**Palavras-Chave:** LEASING FINANCEIRO, AVIAÇÃO CIVIL, INDICADORES DE LIQUIDEZ, INDICADORES DE ENVIDAMENTO.



## INFLUÊNCIA DE DIFERENTES CONCENTRAÇÕES DE NÍQUEL, APLICADO VIA FOLIAR, SOBRE O CRESCIMENTO E DESENVOLVIMENTO DO FEIJOEIRO COMUM (PHASEOLUS VULGARIS L.)

*Ian Lucas de Oliveira Rocha - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Passos); Rafael Lima Guimarães - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Larissa Castro Pereira - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Darlan Einstein do Livramento - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos)*

**E-MAIL:** ian.rocha1997@outlook.com; rafaellimarlg@gmail.com; Larissacastro2288@hotmail.com; delivramento@yahoo.com.br;

### RESUMO

O Níquel é um micronutriente essencial que pode afetar o crescimento e o desenvolvimento das plantas, dentre os efeitos positivos deste, destaca-se a sua participação na estrutura e funcionamento da enzima urease, que atua na hidrólise da ureia e influencia o complexo enzimático hidrogenase, aumentando a eficiência da fixação de nitrogênio em fabáceas e, portanto, capaz de afetar a produtividade das mesmas. O objetivo desse trabalho foi avaliar a ação do Ni como potencializador dos processos ligados a fisiologia da planta. O delineamento experimental foi o de blocos casualizados com quatro repetições constituídos das doses de Ni (0,15, 30, 45 e 60 g/ha), aplicadas via foliar, aos 25 dias após a semeadura, por meio de pulverizador manual, na forma de cloreto de níquel. No início do florescimento, aos 64 DAS, as plantas dos vasos foram colhidas e separadas em folhas, ramos e raízes. Em seguida foram submetidas a secagem em estufa, a 65°C, durante 72 horas, para posterior determinação dos teores de minerais (dados não apresentados). As características vegetativas e reprodutivas avaliadas foram: altura de planta, quantidade de folhas, largura e comprimento de trifólios, diâmetro de caule. A área foliar e radicular foi obtida através da aquisição de imagens e processadas através do AFSOft® e Safira® – (EMBRAPA). Nas características vegetativas avaliadas apenas a altura de plantas, não apresentou diferenças entre os tratamentos ( $p < 0,05$  Scott-Knott). O número de folhas foi menor apenas para o tratamento 60 g de Ni/ha, quando comparado com os demais. A largura de folha, foi maior para o tratamento onde não foi aplicado níquel, seguido pelas doses 15, 30 e 45 g de Ni /ha. Na avaliação do comprimento de folhas, os tratamentos 0 e 15 g de Ni/ha apresentaram maiores valores. A área foliar foi maior nos tratamentos 0 e 30 g de Ni/ha. Para as raízes, foi observado que: o volume de raízes foi superior estatisticamente no tratamento 30 g de Ni/ha. A área de raízes, foi maior para os tratamentos 15, 30 e 45 g de Ni/ha em comparação com os demais tratamentos. As raízes foram os componentes da planta que mais apresentaram alterações no seu crescimento em função da presença de Ni nos tratamentos. A dose de 60g de Ni/ha, promoveu efeitos negativos no crescimento das plantas, tanto na parte aérea quanto em raízes.

**Palavras-Chave:** ADUBAÇÃO FOLIAR; NÍQUEL; PHASEOLUS VULGARIS L.





## JOGO COMPUTACIONAL PARA MELHORAR A UTILIZAÇÃO DO MOUSE PELAS PESSOAS DA TERCEIRA IDADE

*Paula Maia de Souza - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Passos); Maria Andressa de Paula Silva - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Fernando Roberto Proença - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos)*

**E-MAIL:** paulamaiasouza@gmail.com; andressadipaula@hotmail.com; fernandoroberto@gmail.com

### RESUMO

A expectativa de vida dos brasileiros tem aumentado nos últimos anos, gerando o crescimento da população na terceira idade. Outro crescimento notável foi no desenvolvimento e uso de novas tecnologias, com isso tem se falado muito nos conceitos de inclusão social e inclusão digital. As pessoas da terceira idade, por não terem tido contato com as novas tecnologias no decorrer de suas vidas, tendem a ter mais dificuldade no aprendizado e na utilização das mesmas, e uma das principais dificuldades enfrentadas pela maioria dessas pessoas ao ter contato pela primeira vez com um computador consiste na utilização adequada do mouse. Atualmente existe uma grande variedade de aplicativos e jogos educacionais, porém em sua maioria destinados às crianças e adolescentes. Sendo assim, foi desenvolvido um jogo computacional educativo com o objetivo de auxiliar e melhorar a utilização do mouse pelas pessoas da terceira idade. O jogo denominado “Mouseando” foi desenvolvido para facilitar a compreensão do idoso, com uma interface amigável, fontes maiores, imagens claras e intuitivas. A missão deste jogo consiste no jogador coletar os lixos que estão presentes no ambiente (praças, parques, ruas, etc.). Essa coleta é feita através do mouse do computador. Cada fase do jogo o jogador utiliza uma determinada funcionalidade do mouse, como por exemplo, clique com o botão esquerdo, clique com o botão direito, duplo clique, etc. Esse jogo foi disponibilizado e utilizado pelas pessoas da terceira idade que participam do projeto social denominado Universidade Aberta para a Maturidade (UNABEM), projeto da Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG) unidade acadêmica de Passos, tendo como intuito auxiliar e melhorar a utilização do mouse através desse jogo. Inicialmente foi definida uma atividade a ser realizada antes e depois dos alunos terem acesso ao jogo, onde construíram desenhos simples a partir de formas geométricas, utilizando o mouse. A partir dos tempos cronometrados e coletados nas duas aplicações da atividade, verificou-se que houve uma redução do tempo gasto de 60,2% para a conclusão da atividade. Sendo assim, conclui-se que o jogo “Mouseando” contribuiu positivamente para o aprendizado do uso correto do mouse pelas pessoas da terceira idade.

**Palavras-Chave:** TERCEIRA IDADE. INCLUSÃO DIGITAL. DESENVOLVIMENTO DE JOGOS. JOGOS EDUCATIVOS. MOUSE.





## MÉTODOS QUALITATIVOS: HISTÓRIA DE VIDA E HISTÓRIA ORAL

*Stephanie Duarte Estéban - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** stephanieesteban@libertas.edu.br

### RESUMO

A ciência firmou-se como um campo de conhecimento sólido ao tentar entender o mundo através de uma sistematização e uma acumulação do conhecimento produzido sobre os fenômenos. Ao tentar compreender uma realidade, faz-se necessária a busca de definições como ponto de partida. Nesse sentido, esse ensaio teórico propõe uma breve discussão sobre metodologia qualitativa, dando ênfase aos métodos de História de Vida e História Oral e às características que o diferenciam dos demais. Uma das características que define a ciência é a existência de um método específico que visa sistematizar o conhecimento produzido. Segundo Goldenberg (2000), método seria a observação sistemática dos fenômenos da realidade através de uma sucessão de passos, orientados por conhecimentos teóricos, buscando explicar a causa desses fenômenos, suas correlações e aspectos não-revelados. De forma geral, pode-se dividir os métodos da ciência em duas categorias: qualitativos e quantitativos. Goldenberg (2000, p. 62) contribui muito para a discussão do uso das metodologias quantitativas e qualitativas. De acordo com a autora “[...] a escolha de trabalhar com dados estatísticos ou com um único grupo ou indivíduos, ou com ambos, depende das questões levantadas e dos problemas que se quer responder”. Mais adiante a autora acrescenta que o importante é ser flexível e criativo para explorar todos os possíveis caminhos e não reafirmar a ideia positivista de que os dados qualitativos comprometem a objetividade, a neutralidade e o rigor científico. Indubitavelmente há muitos métodos e técnicas a serem desenvolvidos em pesquisa qualitativa, emprestados, ou não, de outras áreas. Não importa a técnica ou método a serem usados e sim a utilidade e conteúdo das informações que ajudarão a tomada de decisões ou que aumentará o conhecimento sobre determinado assunto (IKEDA, 2009). Devido a essa consciência sobre a escolha do método, a abordagem qualitativa na Administração vem sendo menos rechaçada e mais difundida. Assim, a pesquisa qualitativa envolve uma série de conceitos, métodos, técnicas e procedimentos, que são misturadas e tornam-se pouco claras para o pesquisador. Por outro lado, oferece excelentes oportunidades para desenvolver pesquisas em Administração, principalmente no que se refere a estudos comportamentais (IKEDA, 2009). A proposta, pois, de um entendimento dos métodos qualitativos, como os aqui abordados, favorece o florescimento de estudos qualitativos em gestão.

**Palavras-Chave:** MÉTODOS QUALITATIVOS; HISTÓRIA DE VIDA; HISTÓRIA ORAL





## MONITORAMENTO DE REDES COM ZABBIX E ARDUINO

*Robson Bueno de Oliveira - Libertas - Faculdades Integradas; Dorival Moreira Machado Junior - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** robsonbueno079@gmail.com; dorivaljunior@libertas.edu.br

### RESUMO

O intuito do projeto é utilizar a ferramenta de monitoração de redes Zabbix, e a placa de prototipagem Arduino, para que ambas trabalhem em conjunto em uma rede de telecomunicações, e executem ações pré-programadas, que serão responsáveis por reduzir os custos e o tempo de resolução de problemas simples e rotineiros. A ferramenta Zabbix será configurada para monitorar todos os equipamentos dispostos na rede, desde tráfego até temperatura dos dispositivos, já a placa de prototipagem Arduino ficará responsável por executar as ações requisitadas pelo Zabbix. Para que o Zabbix envie comandos remotamente para o Arduino que estará disposto no local onde estão os dispositivos monitorados, serão criados Scripts que vão acionar a placa para que as ações configuradas nos Scripts, como reiniciar o equipamento sejam executadas. Para que haja comunicação entre as ferramentas, não só será necessário a configuração do Zabbix com os Scripts criados, mas também serão feitas as configurações na placa Arduino, para que ambas fiquem conectadas e executem as tarefas em tempo real.

**Palavras-Chave:** ARDUINO. AUTOMAÇÃO. ZABBIX. IOT.



## O COMPORTAMENTO DOS CONSUMIDORES PERANTE OS DIFERENTES ESTILOS DE MÚSICAS

*Renan Felipe de Souza Medeiros - Libertas - Faculdades Integradas; Jean Duarte Fernandes - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** renanfelype3@hotmail.com; jean.ssp@hotmail.com

### RESUMO

O presente estudo analisou o comportamento dos consumidores perante à exposição de variados estilos musicais. Assim como a cor e a iluminação podem acrescer ou depreciar a ambientação geral da loja, a música ambiente também é um dos fatores que mais influenciam o consumidor na hora da compra. Assim, o objetivo geral desse trabalho foi avaliar o comportamento do consumidor dentro de uma loja de vestuário quando submetido a estilos musicais diferentes (sertanejo, pagode e pop rock) ou na ausência de música ambiente. Os objetivos específicos foram: entender a relação entre a ambientação da loja e o comportamento do consumidor; compreender empiricamente a influência de estilos musicais; e, por fim, analisar a influência dos estilos musicais em uma loja de vestuário. Assim, para tanto, realizou-se uma experiência em uma loja de vestuário em São Sebastião do Paraíso (MG). Neste estabelecimento foi executada uma experiência com três estilos de músicas (sertanejo, pagode e pop-rock) e a falta de música ambiente, como grupo de controle. Os dados foram coletados através de um questionário estruturado com indagações que buscou aferir o comportamento do consumidor mediante os três estilos de músicas ou sem a presença de música ambiente. O parecer indicou se algum e qual estilo de música teve influência positiva ou negativa no comportamento do consumidor perante os outros estilos ou frente à ausência de música ambiente.

**Palavras-Chave:** COMPORTAMENTO DO CONSUMIDOR. MÚSICA AMBIENTE. LOJA DE VESTUÁRIO.





## O FATOR MOTIVACIONAL NAS ORGANIZAÇÕES: COMO MANTER A MOTIVAÇÃO NAS EQUIPES DE TRABALHO.

INÁCIO FERREIRA DA SILVA JÚNIOR - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Passos)

E-MAIL: inacio.junior@educacao.mg.gov.br

### RESUMO

O FATOR MOTIVACIONAL NAS ORGANIZAÇÕES: COMO MANTER A MOTIVAÇÃO NAS EQUIPES DE TRABALHO. O presente estudo visa demonstrar as variáveis que influenciam a motivação no trabalho, bem como, os desafios em manter funcionários motivados, ressaltando o diferencial da motivação em um ambiente Organizacional. Atualmente a Globalização torna o mercado muito competitivo eliminando fronteiras e criando um mercado único e global, o grande desafio é sem dúvida, conseguir dominar a mudança através de estratégias que permitam dominar esses novos desafios. Há uma crise geral de motivação que afeta as diversas categorias profissionais e torna-se impossível gerir qualquer atividade humana quando o trabalho perdeu completamente o sentido. Diante dessa realidade, procurou-se analisar a questão da motivação em ambientes organizacionais através de um passeio por diversas teorias, pesquisas e estudo sobre o assunto, os quais mostraram uma imensa confusão diante da controvérsia entre os diversos pensadores, fato esse que acabou por gerar enganos e mal entendidos sobre o tema; o que não exime a importância destas teorias e a sua contribuição inestimável nesse processo de descoberta no âmbito das organizações. Existe um mundo desconhecido no vasto campo da motivação humana, mas há a convicção de que a motivação é sim uma ferramenta de vital importância para sobrevivência das organizações. De acordo com Maximiano (2000), a palavra motivação (derivada do latim *motivus*, *movere*, que significa mover) indica o processo pelo qual um conjunto de razões ou motivos explica, induz, incentiva, estimula ou provoca algum tipo de ação ou comportamento humano. Portanto motivação pode ser definida como um motivo que leva a ação é tudo aquilo que leva a pessoa a determinado comportamento. O estudo destaca importantes citações de grandes autores sobre o conceito de motivação, visando à satisfação das pessoas nas organizações. É importante que o ambiente organizacional se torne mais flexível, pois conflitos podem surgir a qualquer momento, mas depende do gestor da empresa, escolher a melhor maneira de solucionar estes conflitos. xx ]]]]]]

**Palavras-Chave:** MOTIVAÇÃO; ORGANIZAÇÕES; VARIÁVEIS.





## COMPARAÇÃO ENTRE RACIOCÍNIO CAUSAL E EFFECTUAL

*Rafaela Aparecida Furin - Libertas - Faculdades Integradas; Victória Barros Colombaroli - Libertas - Faculdades Integradas; Stephanie Duarte Estéban - FEA-RP/USP*

**E-MAIL:** rafaelfurin@gmail.com; victoria-0502@hotmail.com; ste\_duarte@hotmail.com

### RESUMO

O empreendedorismo é importante na criação e no desenvolvimento dos negócios. Empreender é a junção de pessoas e processos para transformar ideias em oportunidades. Dentre os novos conceitos e processos a respeito do empreendedorismo, o raciocínio effectual se destaca como uma nova compreensão de trabalho dentro dos estudos do empreendedorismo. O pensamento comum, baseado no raciocínio causal, parte de um objetivo pré-determinado e de um conjunto de meios disponíveis para procurar a melhor forma de atingir o objetivo. No pensamento effectual, não se começa com um objetivo pré-determinado e sim com um conjunto de meios a partir dos quais surgirão objetivos diferentes, variando de acordo com as pessoas incorporadas no processo. O artigo, portanto, comparou a forma de criação de novas empresas, através do raciocínio causal e effectual. Os dados foram analisados de acordo com o conteúdo obtido através de livros, artigos científicos e outros, ou seja, foi realizada pesquisa bibliográfica. Buscou-se, pois, comparar os raciocínios utilizados pelo empreendedor no momento da criação de seu negócio.

**Palavras-Chave:** EMPREENDEDORISMO. RACIOCÍNIO CAUSAL. RACIOCÍNIO EFFECTUAL



## OS ESTÍMULOS MOTIVACIONAIS NAS ORGANIZAÇÕES E CORRELAÇÕES SOB A ÓTICA DAS TEORIAS MOTIVACIONAIS

*Emanuela Martins de Oliveira - Libertas - Faculdades Integradas; Elaine Cristina de Araújo Nunes Sousa - Libertas - Faculdades Integradas; Olney Bruno da Silveira Junior - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** emanuela.martins@outlook.com; nuneselainesousa@gmail.com;  
olney@observatorioconsultoria.com.br

### RESUMO

O presente artigo tem como objetivo estudar as teorias de motivação e a aplicação das teorias de processo em empresas do município de São Sebastião do Paraíso - MG. Para que este objetivo fosse alcançado foi efetuado um levantamento bibliográfico a respeito das teorias de motivação e realizou-se uma pesquisa em duas empresas que lançam mão dos recursos motivacionais para obterem melhores resultados junto a seus colaboradores. Ao longo do referencial teórico foi possível observar que os estímulos motivacionais em uma organização são vistos como ferramentas úteis ao empregador, fazendo com que o funcionário se sinta motivado a produzir mais. Assim, este artigo teve como ponto de partida o seguinte problema: Como as Teorias Motivacionais de Processo são aplicadas nas Organizações? A partir dessa questão foi realizada uma pesquisa na qual se analisou os estímulos motivacionais existentes nas empresas de acordo com as Teorias Motivacionais de Processo. O embasamento teórico foi realizado por meio da pesquisa bibliográfica versando sobre motivação, as Teorias Motivacionais de Processo, suas possibilidades no ambiente organizacional e as disfunções ocorridas, além do impacto sobre a produtividade dos empregados. A metodologia será de abordagem qualitativa, classificada como bibliográfica e exploratória. A técnica utilizada para coleta de dados será por meio de um questionário fechado, e a análise de conteúdo por categorias foi utilizada para entendimento dos dados. Então como resultado prático, esse trabalho pode demonstrar como as Teorias motivacionais de Processo podem ser utilizadas no dia a dia das organizações e as possibilidades de melhoria nos resultados.

**Palavras-Chave:** MOTIVAÇÃO. TEORIAS MOTIVACIONAIS DE PROCESSO. ORGANIZAÇÃO. ESTÍMULOS. PRODUTIVIDADE.





## OS PROCESSOS DA CERTIFICAÇÃO QUE LEVAM EM CONSIDERAÇÃO A QUALIDADE DO CAFÉ

*Ana Carolina de Oliveira - Libertas - Faculdades Integradas; Camila Helena de Paula - Libertas - Faculdades Integradas; Darlan Einstein do Livramento - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** carolinassp@outlook.com; mila.helena@hotmail.com; delivramento@yahoo.com.br

### RESUMO

O agronegócio do café vem crescendo cada vez mais, tornando-se de extrema importância a qualidade do produto. Neste contexto este trabalho tem como problema de pesquisa: Quais são os processos da certificação existentes que levam em consideração a qualidade do café? Assim, o presente estudo tem como objetivo conhecer os processos, bem como as técnicas de cultivo de cafés especiais. Para alcançar o objetivo geral, foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema; b) analisar todos os processos necessários para a implantação de uma certificação, c) identificar os pontos positivos e negativos encontrados na aplicação das normas exigidas e d) conhecer os processos de cultivo e colheita de cafés especiais. Para isso será realizado um estudo de caso na Fazenda Grupo Sertão, localizada em Carmo de Minas, MG, a pesquisa terá uma abordagem qualitativa e a técnica para a coleta de dados será a entrevista. Este trabalho justifica-se devido à importância da qualidade do café exigida tanto pelo mercado, quanto pelos consumidores. Espera-se com a realização desta pesquisa alcançar os objetivos propostos e responder o problema de pesquisa.

**Palavras-Chave:** CERTIFICAÇÃO. CAFÉ. QUALIDADE. AGRICULTURA. CAFÉS ESPECIAIS.



## PESQUISA COM MICRO E PEQUENAS EMPRESAS, QUE FECHARAM NOS ÚLTIMOS ANOS, EM SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO - MG

*Karime Dib - Libertas - Faculdades Integradas; Stefania Aparecida Belute Queiroz - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** karime\_dib@yahoo.com.br; stefaniaqueiroz@libertas.com

### RESUMO

No cenário atual, há dificuldades encontradas pelas Micro e Pequenas Empresas - MPEs de manterem-se em crescimento, ou até mesmo ativas, devido à situação da economia do país. Implicando para os contadores uma responsabilidade no auxílio aos gestores das MPEs na tomada de decisão. Perante esse contexto, este artigo procurou explorar a seguinte questão: Na percepção dos contadores da cidade de São Sebastião do Paraíso- MG, quais os motivos que levaram as empresas a encerrarem suas atividades? Para responder a questão de pesquisa tem-se como objetivo geral verificar-se, na percepção dos contadores, quais motivos levaram MPEs a fecharem. Para alcançar o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema; levantar quais os motivos que levam a mortalidades das MPEs, na percepção dos contadores e por fim verificar como a mortalidade das MPes pode ser evitada, na visão dos contadores. Este trabalho justifica-se devido à atual situação do país, e a importância das micro e pequenas empresas para a economia local. Para a realização da pesquisa foi utilizada uma abordagem quantitativa, o tipo de pesquisa é descritiva, o método para a coleta de dados foi o levantamento ou Survey e técnica para a coleta de dados foi o questionário. Percebeu-se que, os motivos que levaram o encerramento das atividades das micro e pequenas empresas, na percepção dos contadores são: gestão ineficiente, falta de capital de giro, falta de recursos financeiros e peso da carga tributária.

**Palavras-Chave:** MICRO E PEQUENAS EMPRESAS. RELAÇÃO CONTABILIDADE X EMPRESA. MORTALIDADE DAS MICRO E PEQUENAS EMPRE





## PRODUTIVIDADE AGREGADA A QUALIDADE DE VIDA

*Sabrina de Oliveira - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Passos); AMANDA FELISBERTO DA SILVA - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Andréia Marques Maciel de Carvalho - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Priscila Barros Storch Soares - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Isabella Cristina Ribeiro Vieira - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos)*

**E-MAIL:** amanda.s.felisberto@hotmail.com; sabrinaoliveira2381@gmail.com;  
andreiafearp@gmail.com; priscilastorch@gmail.com; isabellacrvieira@gmail.com

### RESUMO

As organizações atualmente precisam sobreviver diante de uma grande competitividade, onde gestores e trabalhadores precisam aprender a lidar com pressões, cobranças e em contrapartida não podem permitir uma queda na produtividade. Portanto a implementação de projetos diversos, inclusive de interação entre todos os envolvidos na organização (independentemente de hierarquia) podem trazer resultados de melhoria e um diferencial competitivo. O presente trabalho apresenta como objetivo pesquisar como a qualidade de vida no trabalho interfere no desempenho da produtividade do colaborador dentro de uma empresa. O presente estudo foi realizado por meio de pesquisas bibliográficas. Dessa forma pode-se concluir que a produtividade dos colaboradores é realmente influenciada pela qualidade de vida no trabalho, pois eles não querem apenas salário, querem trabalhar num local seguro e onde se sintam bem, possibilitando o desenvolvimento pessoal e profissional. Sendo assim o desenvolvimento da qualidade de vida no trabalho deve fazer parte de qualquer organização que deseja se tornar competitiva no mercado.

**Palavras-Chave:** QUALIDADE DE VIDA; TRABALHO; PRODUTIVIDADE.



## **PRODUTOS AGRÍCOLAS MINIMAMENTE PROCESSADOS: A OFERTA E A DEMANDA DA MANDIOCA NA CIDADE DE SÃO SEBASTIÃO DO PARAÍSO**

*MAYRA DE PADUA SILVA - Libertas - Faculdades Integradas; PATRICIA FRANCIELE DE CASTRO - Libertas - Faculdades Integradas; DARLAN EINSTEIN DO LIVRAMENTO - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** patriciaf.castro@hotmail.com

### **RESUMO**

Os produtos minimamente processados são alimentos pré-preparados que passam por processos de descascamento, sanitização, lavagem, corte, pré-cozimento e embalagem apropriada para manter o produto em seu estado fresco. O objetivo geral desse estudo foi compreender como se comporta a oferta e a demanda de um produto minimamente processado em um município no estado de Minas Gerais. Dessa maneira, tornou-se necessário compreender o processamento mínimo da mandioca, analisar a demanda e levantar informações sobre a oferta em relação a esse produto para os varejistas do município. Trata-se de uma pesquisa descritiva com estudo qualitativo, sendo a coleta de dados realizada através de entrevista com roteiro semiestruturado com um fornecedor e o representante de dois supermercados de São Sebastião do Paraíso – MG. Ao final da pesquisa concluiu-se que este é um espaço dentro das atividades de produção que se encontra ainda em expansão, uma vez que somente agora estão se iniciando os movimentos de exportação deste produto bem aceito pelo mercado consumidor, em função da praticidade e da qualidade que procura manter.

**Palavras-Chave:** MINIMAMENTE PROCESSADOS. OFERTA. DEMANDA. MANDIOCA.



## RECOMPENSA ORGANIZACIONAL: ESTRATÉGIA DE REMUNERAÇÃO

*Sabrina de Oliveira - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Passos); Amanda Felisberto da Silva - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Isabela Cristina Ribeiro Vieira - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Priscila Barros Stich Soares - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Andreia Marques Maciel Carvalho - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos)*

**E-MAIL:** [sabrinaoliveira2381@gmail.com](mailto:sabrinaoliveira2381@gmail.com); [Amanda.s.felisberto@hotmail.com](mailto:Amanda.s.felisberto@hotmail.com);  
[isabellacrvieira@gmail.com](mailto:isabellacrvieira@gmail.com); [priscilastorch@gmail.com](mailto:priscilastorch@gmail.com); [andreaifearp@gmail.com](mailto:andreaifearp@gmail.com)

### RESUMO

A recompensa organizacional é o assunto desta pesquisa que tem como delimitação do tema a remuneração estratégica. O objetivo desse trabalho é apresentar estratégias de remuneração nas organizações nos dias atuais sempre levando em consideração as características, planejamentos atuais e futuros, que façam com que os seus colaboradores sejam recompensados de acordo com as suas habilidades, competências, desempenho, conhecimentos e resultados, além das atividades e responsabilidades do cargo. É de extrema importância que as empresas administrem as práticas de remuneração como um diferencial e sempre direcionando sua força de trabalho para colher melhores resultados, é tarefa dos gestores identificar os componentes da remuneração estratégica que se adequem melhor com a organização e seus colaboradores. O artigo é um estudo bibliográfico e por meio da pesquisa realizada concluiu-se que esses componentes de remuneração estratégica são capazes de proporcionar uma recompensa organizacional que seja mais eficiente e eficaz para as partes relacionadas.

### Palavras-Chave:





## SAI-3 SISTEMA AUTÔNOMO INTRAVENOSO PARA ATÉ 3 MEDICAMENTOS.

*Dorival Moreira Machado Júnior - Libertas - Faculdades Integradas; Rubens Lopes Júnior - Libertas - Faculdades Integradas; Denize Alves de Almeida - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** dorivaljunior@gmail.com; rubensitamogi@hotmail.com; denizealmeida@libertas.edu.br

### RESUMO

O processo de administração de medicamento intravenoso é uma tarefa crítica e que só é realizado por profissionais de saúde. Existem situações em que mais de um tipo de medicamento precisa ser administrado de forma simultânea ou sequencial de modo que é necessário um monitoramento de todo o processo que muitas vezes pode durar horas. Considerando ainda a discrepância entre quantidade de pacientes e profissionais de saúde para atendimento, este projeto tem como objetivo propor uma solução tecnológica que automatize o procedimento de administração de soro de forma autônoma mas com monitoramento, acionamento e controle totalmente online, o que facilitaria a assessoria a diversos pacientes à distância. O sistema previamente denominado “Sistema Autônomo Intravenoso para até 3 Medicamentos” (SAI-3), comportará até três tipos de medicamentos diferentes. O sistema deverá permitir ainda: controlar a frequência de gotejamento, tempo para que o medicamento seja administrado e detectar possíveis falhas no sistema ou término do procedimento. Para compor o protótipo proposto, serão utilizados: micro controladores NODEMCU e Raspberry Pi.

**Palavras-Chave:** NODEMCU RASPBERRY SISTEMA AUTÔNOMO INTRAVENOSO



## **TURISMO RURAL E SUAS POTENCIALIDADES: ESTUDO DE CASO EM UMA EMPRESA DE TURISMO RURAL NO PARQUE NACIONAL DA SERRA DA CANASTRA**

*Diego Jose Rodrigues Costa - Libertas - Faculdades Integradas; Rondineli Straus - Libertas - Faculdades Integradas; Darlan Einstein do Livramento - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** diegorodriguescosta@hotmail.com; rond.straus@gmail.com; darlanlivramento@libertas.edu.br

### **RESUMO**

O turismo começou a se desenvolver no Brasil no início da década de 80, e tinha por atrativo cidades litorâneas e centros urbanos e aos poucos foi se deslocando para o meio rural dando uma nova identidade de turismo no país. A região eco turística da Serra da Canastra tem mais de 200 mil hectares e abrange seis municípios: São Roque de Minas, Vargem Bonita, Delfinópolis, Sacramento, São João Batista do Glória e Capitólio. A maior atração é o Parque Nacional da Serra da Canastra, criado em 1972 para proteger as nascentes do rio São Francisco e que tem a portaria principal a 8 km de São Roque de Minas. Dentro do Parque Nacional estão alguns dos mais belos cartões postais do Brasil, como a cachoeira Casca D'Anta, de quase 200 metros, a primeira grande queda do velho Chico. Sendo assim, esta pesquisa tem como questão-problema: Quais são as questões ambientais relacionadas às atividades do turismo rural na região do Parque Nacional da Serra da Canastra? Para responder o problema de pesquisa foi definido como objetivo geral: identificar quais são as questões ambientais relacionadas às atividades do turismo rural no Parque Nacional da Serra da Canastra. Para alcançar o objetivo geral foram definidos os seguintes objetivos específicos: a) fazer uma revisão bibliográfica sobre o tema; b) levantar quais são as questões ambientais...c) quais as medidas tomadas afim de mitigar os impactos ambientais. Este trabalho justifica-se devido a sua importância em relação as questões ambientais atuais, frente a importância do Parque Nacional da Serra da Canastra. Para a realização desta pesquisa será utilizada uma abordagem qualitativa, o tipo de pesquisa será descritiva, o método será o estudo de caso e a técnica para a coleta de dados será a entrevista. Espera-se com os resultados obtidos alcançar os objetivos propostos e responder o problema de pesquisa.

**Palavras-Chave:** TURISMO. RURAL. PRESERVAÇÃO.





## USO DO RECONHECIMENTO DE VOZ PARA CONTROLE DE UM ROBÔ

*Marisa Pedroso Silva - Libertas - Faculdades Integradas; Ely Fernando do Prado - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** marisapedrosos@gmail.com

### RESUMO

Atualmente está cada vez mais comum o surgimento de robôs que possuem interações muito semelhantes com a de humanos. Não se trata mais apenas de apertar um botão para que o robô execute alguma ação. Hoje os robôs podem funcionar através de comandos falados pelo usuário sem que ele precise digitar ou pressionar alguma coisa. Este trabalho tem como objetivo mostrar o uso da tecnologia de reconhecimento de voz em um robô que executa ações como movimentar-se para frente e para trás, acender LEDs e reproduzir sons. Todos os comandos por voz são ditos para um aplicativo que também foi desenvolvido no trabalho e enviados para uma placa controladora.

**Palavras-Chave:** ROBÓTICA, RECONHECIMENTO DE VOZ, PLACA MICROCONTROLADORA



## A APLICABILIDADE DAS IDEIAS DE ZYGMUNT BAUMAN COMO CONTRAPONTO AO DIREITO PENAL DO INIMIGO DE GÜNTH

*Duiany Fabrício Marques - Libertas - Faculdades Integradas; Michele Cia - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** duiany@yahoo.com.br; michelecia@libertas.edu.br

### RESUMO

O Direito Penal do Inimigo é uma teoria originária das ideias do Alemão Günther Jakobs e que encontrou abrigo em diversas partes do mundo em virtude do aumento da criminalidade, principalmente nos grandes centros. Tal teoria, apesar de defendida por muitos, coloca de lado importantes direitos e garantias fundamentais, tratando certas categorias de indivíduos como inimigos a ser combatidos, mesmo que seja necessário imputar a eles punições mais severas, com poucas ou nenhuma garantia processual. O presente trabalho pretende discorrer acerca dos principais pontos sobre o tema, analisando para isso, além da obra de Jakobs, responsável por cunhar a teoria, a obra de Zygmunt Bauman, que, apesar de não tratar diretamente sobre o Direito Penal do Inimigo, lança ideias que se contrapõem ao enrijecimento do Direito Penal proposto por Jakobs.

**Palavras-Chave:** DIREITO PENAL INIMIGO BAUMANN JAKOBS



## A APLICAÇÃO DA MEDIAÇÃO EM PROCESSO DE DIREITO DE FAMÍLIA COMO MÉTODO EFICAZ PARA RESOLUÇÃO DE CONFLITOS

*Vanusa Cristina Lemes Correia - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** vanusacristina.correia@gmail.com

### RESUMO

Ao longo dos anos, percebe-se que a família passa por diversas transformações, estas, que muitas das vezes, tende a afastar os entes familiares, tornando-os mais solitários e desencadeando a falta de diálogo inviabilizando a resolução dos conflitos pessoais através de uma simples conversa, causando desequilíbrio e não compartilhamento do poder familiar. Tendo em vista esta falta de diálogo no núcleo familiar, nota-se que a busca por tutela jurisdicional vem crescendo desordenadamente, abarrotando o judiciário com processos de família. Observando esta crescente demanda de litígios familiares percebe-se a necessidade de buscar uma alternativa de resolução de conflitos mais adequada, para que os litigantes possam resolver as desavenças de maneira consensual, pacificando-os para que possam resolver seus conflitos de maneira saudável sem desestruturar as relações parentais. As estratégias de mediação podem ser úteis, para redistribuição do poder familiar, bem como, reestabelecer o diálogo, pois a mediação é uma forma de solução de conflitos em que um terceiro imparcial estimula os litigantes a encontrar uma solução aceitável para ambos, sem a necessidade de um julgamento, facilitando a comunicação entre as partes, visando uma composição consensual da lide.

**Palavras-Chave:** FAMÍLIA-CONFLITO-MEDIAÇÃO.



## A ATUAÇÃO DO ADVOGADO CRIMINALISTA NO INQUÉRITO POLICIAL

*Leticia Márcia de Melo Alvarenga - Libertas - Faculdades Integradas; Vanessa Rita Duarte - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** leticiaalvarenga\_melo@hotmail.com; vanessarduarte@outlook.com

### RESUMO

A atuação do advogado criminalista no inquérito policial O inquérito policial é um instrumento administrativo, informativo, investigatório, contido no código de processo penal, que visa reunir provas e materialidade do crime e fornecer ao órgão da acusação fundamentos para se iniciar a ação penal, porém vale ressaltar que a ação penal poderá ser proposta independentemente do inquérito policial. Além disso, o inquérito policial colhe elementos para o deferimento das medidas cautelares decididas pelo juiz. A finalidade do inquérito não é punitiva, mas sim, investigatória, pois trás informações consistentes que permitem ao titular da ação exercer o jus “persequendi in judicio”. Em data de 12 de janeiro de 2016 foi publicada a Lei 13.245/2016, que altera o artigo 7º, do Estatuto da Ordem dos Advogados do Brasil (Lei 8.906/94). Estabelece o inciso XXI do artigo 7º do EOAB que é direito do advogado “assistir a seus clientes investigados durante a apuração de infrações, sob pena de nulidade absoluta do respectivo interrogatório ou depoimento e, subsequentemente, de todos os elementos investigatórios e probatórios dele decorrentes ou derivados, direta ou indiretamente, podendo, inclusive, no curso da respectiva apuração, o qual poderá apresentar razões e quesitos. Com efeito, a nova redação do Estatuto da OAB, muito embora não tenha promovido uma revolução na fase pré-processual, ressaltou que a presença do advogado é extremamente recomendável em toda a persecução penal, até mesmo na fase inquisitorial, atuando como mais uma garantia de credibilidade do procedimento policial. Agora, é direito do advogado “examinar, em qualquer instituição responsável por conduzir investigação, mesmo sem procuração, autos de flagrante e de investigações de qualquer natureza, findos ou em andamento, ainda que conclusos à autoridade, podendo copiar peças e tomar apontamentos, em meio físico ou digital”. A inovação fica por conta da ampliação do acesso a investigações de qualquer espécie e em qualquer órgão (polícia judiciária, Ministério Público, órgãos reguladores, tribunais de contas, etc.), mesmo as já concluídas, com cópias e apontamentos podendo ser tomados por todos os meios tecnológicos disponíveis (xerocópia, fotografia digital, escaneamento, gravação de mídias portáteis, etc.). O exame de autos de prisão em flagrante, a desnecessidade de juntada de procuração e a possibilidade de cópia de peças já estavam na redação anterior do Estatuto e foram mantidos.

**Palavras-Chave:** INQUÉRITO, INVESTIGAÇÃO, ADVOGADO.





## A CASSAÇÃO DA EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE QUANDO O MOTIVO DA CONCESSÃO FOR FRAUDULENTO

*Letícia de Paula Soares - Libertas - Faculdades Integradas; Alan Ribeiro - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** [letticialeups@hotmail.com](mailto:letticialeups@hotmail.com); [alanribeirodireito@gmail.com](mailto:alanribeirodireito@gmail.com)

### RESUMO

O presente estudo pretende ressaltar discussões tragas pela doutrina a respeito de fatores processuais penais como as possíveis revisões criminais ou ainda recursos acerca de sentenças condenatórias. Tendo em vista referido tema, cabe ressaltar que segundo a doutrina de Renato Marcão, 2016, p. 949, pode-se conceituar a revisão criminal como aquela destinada a rescindir decisão judicial que tenha transitado em julgado sendo a mesma desfavorável ao réu. Assim, segundo conceituado temos a possibilidade não de um recurso mas de uma revisão quanto a sentença condenatória. Dentre essas possibilidades o autor relaciona ainda possibilidades de extinção de punibilidade como por exemplo o perdão judicial. Sabe-se ainda que há a previsão dos recursos que efetivam o direito ao duplo grau de jurisdição. Havendo portanto a possibilidade tais revisões, Picelli ressaltava em sua doutrina sobre o princípio vedação de revisão pro societate, a qual se adere por meio do Pacto de San José da Costa Rica, através do qual há a impossibilidade de revisão em prol da sociedade ainda que em razão de erro judiciário. Neste caso, surge a discussão quanto a reforma da decisão quando, segundo o referido autor, é dado causa pelo próprio acusado, como por exemplo nos casos extinção de punibilidade. A própria doutrina trás o exemplo a apresentação de certidão de óbito, o que segundo previsão legal, trata-se de extinção da punibilidade. Sendo breves considerações, o artigo acerca do tema pretende abranger as possibilidades de cassação da extinção da punibilidade quando o motivo da concessão for fraudulento, trazendo posicionamento doutrinário, jurisprudencial, bem como eventuais discussões sobre o tema. Pretende ainda abranger as previsões legais bem como constitucionais acerca do fato.

**Palavras-Chave:** EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE, CASSAÇÃO





## A COLABORAÇÃO PREMIADA NA LEI DO CRIME ORGANIZADO – LEI Nº 12850/13

*Gabriela Dias de Souza - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** gabriela.dias.souza@outlook.com

### RESUMO

A criminalidade é um tema ainda contemporâneo e de grande destaque nacional e internacional. Um dos grandes papéis do Estado é tentar minimizar os impactos que o crime organizado, modo mais recente de estruturação criminosa e foco do presente trabalho, deixa em nossa sociedade. É relevante citar sobre a garantia constitucional à segurança. Entretanto, é notório o fato que o indivíduo, a sociedade sente-se insegura e desacreditada na efetividade da asseguaração deste princípio. A abordagem do presente trabalho se trata sobre identificar a origem, requisitos e critérios para a concessão da colaboração premiada no direito brasileiro; analisar o instituto da nova lei do crime organizado e sua harmonização com os princípios fundamentais e examinar, por fim, se é uma forma cabível e eficaz no combate ao crime organizado.

**Palavras-Chave:** ACORDO DE COLABORAÇÃO PREMIADA; ORGANIZAÇÃO CRIMINOSA; LEI DO CRIME ORGANIZADO



## A COMPETÊNCIA DO EGRÉGIO TRIBUNAL DO JÚRI PARA JULGAR O CRIME DE LATROCÍNIO

*Jeferson Matheus AZEVEDO - Libertas - Faculdades Integradas; Ingrid Isabela Dias Alves BASÍLIO - Libertas - Faculdades Integradas; Maria do Carmo Lopes Toffanetto Rossitto BASSETTO - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** jefmathaze@gmail.com; ingrid-isabela@hotmail.com; m.toffanetto@gmail.com

### RESUMO

A pesquisa tem como objetivo analisar a competência do Tribunal do Júri para julgamento dos crimes de latrocínio, tendo em vista que tais crimes são julgados por juiz singular, conforme prevê o artigo 74, § 1º, do Código de Processo Penal. O Egrégio Tribunal do Júri, previsto no inciso XXXVIII do art. 5º da Constituição Federal, possui competência para julgar os crimes dolosos contra a vida, em que cada um dos sete jurados que compõem o júri, tem voto singular e sigiloso. Tal modalidade de julgamento dá à sociedade a possibilidade de ela própria condenar aqueles que violam o nosso bem mais precioso: a vida. No entanto, para o Código Penal, a vida não parece ser o bem mais precioso a ser tutelado. O crime de latrocínio, que se trata do roubo que tem por consequência a morte, previsto no art. 157, § 3º, do Código Penal, embora tenha pena mínima maior que a do homicídio qualificado, não vai a julgamento pelo Tribunal do Júri, por estar elencado no TÍTULO II – DOS CRIMES CONTRA O PATRIMÔNIO. Deste modo, o seu juízo passa a ser disciplinado por um juiz singular, que opta por sentenciar ou não, de acordo com as provas apresentadas. Porém, o mesmo Código Penal traz em seu art. 69 que “Quando o agente, mediante mais de uma ação ou omissão, pratica dois ou mais crimes, idênticos ou não, aplicam-se cumulativamente as penas privativas de liberdade em que haja incorrido”. A isto se dá o nome de concurso material. Ainda, o art. 121, § 2º, V, do mesmo diploma dispõe que há qualificadora no homicídio quando ele ocorre “para assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou vantagem de outro crime”. E o assassinato que acontece no latrocínio não é justamente para assegurar o roubo ou a impunidade deste? Deste modo, conclui-se que o latrocínio deve ser julgado como homicídio qualificado (art. 121, §2º, V) em concurso material com o roubo (art. 157), por se tratar de crime contra a vida e contra o patrimônio, e não somente como crime contra o patrimônio, fazendo com que o Tribunal do Júri tenha competência para efetuar o seu julgamento, e não um juiz singular.

**Palavras-Chave:** LATROCÍNIO; TRIBUNAL DO JÚRI; CONCURSO MATERIAL DE CRIME.





## A CRISE NA EXECUÇÃO PENAL E O CAOS NO SISTEMA PRISIONAL BRASILEIRO

JANE RIBEIRO GONÇALVES - *Libertas - Faculdades Integradas*; RITA DE CASSIA URIAS - *Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** jane.caca@hotmail.com; itaurias@gmail.com

### RESUMO

O presente trabalho tem por objetivo, abordar o caos que vive execução penal no Brasil. É inquestionável, o caos que a execução penal brasileira vem sofrendo. Toda a comunidade tem sido penalizada, pela falta de efetividade da mesma, vez que é sobre ela que pesa os reflexos da ineficiência. Como bem fala Renato Flávio Marcão (Marcão, 2017, s/p.) “A parcela ordeira da população é, no mínimo, triplamente vítima. Vítima do medo; do crime, e também da inércia/ineficiência de seus representantes junto a Poderes Instituídos, há muito fracassados ante a incontida ascensão do império em que reina absoluta a ilicitude penal.” É garantido constitucionalmente a todos, o mínimo em relação aos direitos e garantias fundamentais. Porém o que se vê é uma outra realidade tendo em vista que tais direitos são resguardos porém não efetivados, vejamos o que diz Nucci. “Naturalmente, quando o Poder Executivo deixa de cumprir a lei, não assegurando ao preso a dignidade merecida como pessoa humana, largando-o em situação deplorável, colocado em celas insalubres, superlotadas e sem condições mínimas de sobrevivência, está arranhando preceito constitucional, prevendo o respeito à integridade física e moral do preso (art. 5.º, XLIX, CF), além do que é nitidamente cruel essa forma de reprimenda (art. 5.º, XLVII, e, CF)”. (NUCCI, 2015, p.268) Quando o sujeito é limitado a sua liberdade por conta de um crime praticado, o que se espera é que a prisão sirva como meio de puni-lo e conseqüentemente recupera-lo. Tãmanha recuperaçãõ é o que não se vê. Trancafiar o indivíduo esperando que desta forma este se verá arrependido, para que não mais erre da mesma forma, é explicitamente equivocado. O que se vê são fabricas de fazer criminosos. À estes não são asseguradas oportunidade de verdadeira recuperaçãõ. Dentre àqueles que ali estãõ, é mais fácil desvirtuar-se concretamente, do que recuperar-se/regenerar-se. (BITENCOURT, 200,p.8) “A pena não ressocializa, mas estigmatiza, não limpa, mas macula, como tantas vezes se tem lembrado aos expiacionistas: que é mais difícil ressocializar a uma pessoa que sofreu uma pena do que outra que não teve essa amarga experiênciã; que a sociedade não pergunta por que uma pessoa esteve em um estabelecimento penitenciário, mas tão-somente se lá esteve ou não”. Faz-se mister repensar em uma forma mais eficiente, para tratar aqueles que incorrem contrariamente ao que está previsto em lei, quando praticam crimes, que conseqüentemente podem limitar esse direito.

**Palavras-Chave:** CRISE; EXECUÇÃO PENAL; SISTEMA PRISIONAL





## A DECISÃO DE DESCLASSIFICAÇÃO E O PRINCÍPIO IN DUBIO PRO REO

*Julia Gmeiner Caminhag Lopes - Libertas - Faculdades Integradas; Fernanda Francisco Petronilho - Libertas - Faculdades Integradas; Flavio Augusto Maretti Sgrilli Siqueira - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** julia.gcaminhag@outlook.com

### RESUMO

A Constituição da República de 1988 em seu artigo 5º, inciso XXXVIII, estabeleceu a competência do Tribunal do Júri para julgar os crimes dolosos contra a vida, sejam consumados ou tentados. No que concerne ao procedimento, a principal característica do Tribunal do Júri é sua divisão processual em etapas, a primeira fase, denominada sumário de culpa, abrange os atos praticados desde o recebimento da denúncia até a pronúncia; e a segunda, chamada sumário de acusação compreende os atos situados entre a pronúncia e a sessão de julgamento. A passagem da fase do sumário da culpa para a fase do julgamento em plenário é marcada pela decisão do juiz de direito, podendo este prolatar nos seguintes sentidos; pronúncia, impronúncia, absolvição sumária e desclassificação. A desclassificação da conduta ao final da fase de sumário de culpa ocorreria quando restasse demonstrado que o crime não foi praticado na modalidade dolosa. Nesses casos, entendemos que a desclassificação também se operaria diante da dúvida quanto ao elemento volitivo da conduta (culpa consciente e dolo eventual); militando o princípio do in dubio pro reo e não o brocardo in dubio pro societate Inicialmente, refutando que a dúvida se resolveria em favor da sociedade, apontamos a inconsistência normativa; o in dubio pro societate além de não ser previsto na legislação é incompatível com a ordem constitucional, a qual prevê a presunção de inocência como princípio norteador do processo penal. Noutra dimensão, infere-se que o argumento de que a soberania dos jurados seria ofendida pela decisão do juiz ao desclassificar nos casos de dúvida, só se mantém diante da falta de distinção entre o critério de competência e carga probatória. A soberania diz respeito à competência e limites ao poder de revisar as decisões do júri, enquanto que a definição de dolo eventual e culpa consciente está inserida no âmbito da carga probatória. Ademais, ao instituir a proteção da dignidade humana como fundamento do Estado Democrático, a Constituição do Brasil, estabeleceu nas relações jurídicas, o primado do sujeito sobre a sociedade, deslegitimando a tese de que o dever estatal de zelar pela segurança pública poderia se sobressair a liberdade individual do acusado. Diante do exposto, entendemos como imperativo a aplicação do princípio do in dubio pro reo na fase do sumário de culpa, facultando ao juiz a desclassificação da tipificação da denúncia nos casos em que persista dúvida quanto ao elemento subjetivo da conduta.

**Palavras-Chave:** JÚRI; COMPETÊNCIA; DOLO EVENTUAL; CULPA CONSCIENTE.





## A INCONSTITUCIONALIDADE SISTÊMICA DAS CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DO EMPREGADOR

*Jose Marcos de Lima - Libertas - Faculdades Integradas; Marco Cesar de Carvalho - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** josemarcos235@hotmail.com; marcocesar\_cdo@hotmail.com

### RESUMO

O presente trabalho de curso pretende demonstrar a inconstitucionalidade sistêmica das contribuições sociais, uma vez que o artigo 146, III da Constituição da República Federativa do Brasil (CF/88) exigir “Lei Complementar” para instituir tributos, bem como os seus respectivos fatos geradores, base de cálculo, contribuinte, mas essas contribuições sociais foram instituídas pela Lei 8.212/91, sob o argumento de que o artigo 195 da CF/88 fala que o custeio da seguridade social será financiado por toda a sociedade nos termos “da lei”, mas o legislador constituinte originário não especificou se seria “Lei Complementar” ou “Lei Ordinária”, obrigando ao intérprete fazer uma interpretação sistemática das normas constitucionais para atingir a vontade real da norma.

**Palavras-Chave:** PALAVRAS CHAVES: TRIBUTOS, CONTRIBUIÇÕES, SEGURIDADE, CONSTITUCIONALIDADE.



## A INTERVENÇÃO DO AMICUS CURIAE NO PROCESSO CIVIL

*Paulo Gustavo Pereira Macedo - Libertas - Faculdades Integradas; Leticia Bueno Riva de Lima - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** pg\_macedo@hotmail.com; leticiabuenolima@outlook.com

### RESUMO

O novo CPC de 2015 traz, em matéria de intervenção de terceiro uma série de inovações. De todas as novidades, porém, uma se destaca. A Intervenção do amicus curiae. Essa modalidade de intervenção de terceiro, não havia recebido regulamentação adequada pelo CPC revogado, embora já houvesse previsão de sua participação no processo, como era no caso do processo de controle de constitucionalidade. Amicus Curiae é uma expressão latina, cuja a sua tradução pode ser “amigo da corte” ou “colaborador da corte”. A origem do amicus curiae não é clara na história do direito processual civil. Há autores que afirmam estarem suas origens mais remotas no direito romano; outros, com base em ampla documentação, sustentam que a figura vem do direito inglês, com uso frequente desde o século XVII quando, gradativamente, passou a ter ampla aplicação no direito norte-americano. É insuficiente a tradução literal daquela expressão para entender este terceiro que já foi até mesmo chamado de “enigmático”. É necessário entender sua atuação no processo e seus objetivos como terceiro interventor. Podemos concluir que o amicus curiae é um terceiro que ingressa no processo para fornecer subsídios ao órgão jurisdicional para o julgamento da causa. Pode ser pessoa natural ou jurídica, e até mesmo um órgão ou entidade sem personalidade jurídica. Para que se possa intervir como amicus curiae, é necessário que esteja presente a representatividade adequada. O amicus curiae é um sujeito parcial. O que legitima a sua intervenção é um interesse que se pode qualificar como institucional, assim entendido aquele interesse que ultrapassa a esfera jurídica de um indivíduo e que, por isso mesmo, é um interesse metaindividual, típico de uma sociedade pluralista e democrática. Como ensina Scarpinella, “a atuação processual do Amicus Curiae, vincula-se à razão de ser de sua própria intervenção. Considerando que o norte de seu ingresso é o de aprimorar a decisão jurisdicional a ser proferida, levando ao Estado-juiz informações complementares buscando uma decisão mais informada”.

**Palavras-Chave:** AMICUS CURIAE, NCPC, INTERVENÇÃO



## A LEGALIDADE DA UTILIZAÇÃO DE DADOS ARMAZENADOS NAS REDES SOCIAIS

*José Sérgio de Oliveira - Libertas - Faculdades Integradas; Silvana Marques - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** j.sergio.oliveira@bol.com.br

### RESUMO

O presente trabalho objetivou analisar e contextualizar juridicamente as questões atuais relacionadas à publicidade e utilização de informações fornecidas pelos usuários das redes sociais e sua tipificação como infração aos direitos constitucionais garantidos pela Constituição Federal e aperfeiçoados pelo Código Civil de 2002 e, o Marco Civil da Internet. Defende em síntese a questão da autorização prévia do usuário que torna “pública” as suas informações e, portanto, não deve ser classificado como vítima de eventual delito virtual ou qualquer outro conceito envolvido, ante uma possível utilização indevida daquelas informações. Destaca ainda que a irregularidade não esteja na utilização dos dados, mas sim no anonimato desta, conforme legislações vigentes. Têm como finalidade a conscientização dos usuários da rede da Internet, em específico os usuários das redes sociais, a necessária cautela e análise das informações disponibilizadas, pois a final o bom senso torna-se sinônimo de Internet segura. A metodologia utilizada foi à pesquisa bibliográfica, com consultas em doutrinas e legislações referentes ao tema.

**Palavras-Chave:** PRIVACIDADE, INTERNET, PROTEÇÃO JURÍDICA



## A LEI 13.465/2017 E AS NOVAS PERSPECTIVAS DO DIREITO REAL DE LAJE

*Cintia Baptista de Brito - Libertas - Faculdades Integradas; Vinicius Aparecido Pimenta dos Santos - Libertas - Faculdades Integradas; Luiz Fernando Pimenta Gil - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** cintiabaptista.ssp.kind@hotmail.com; vinicius\_santos.94@hotmail.com; fernandopgil@uol.com.br

### RESUMO

Considera-se laje, a “camada de concreto armado que corresponde ao pavimento e ao teto de um andar, de um edifício ou de outra estrutura semelhante”, é deste significado que se aproxima o instituto trazido pela Medida Provisória nº759/16 e a respeito da lei 13.465/17, visto que, tratam da concessão de direito real sobre propriedade autônoma edificada sobre propriedade alheia. O direito de laje é tratado fora do âmbito do direito de superfície, podendo considerá-lo como uma categoria. Contudo, vale ressaltar que o legislador determinou que fosse aberta, em favor do titular da laje, a matrícula própria. Não caberá neste caso o registro da matrícula que exigiria mera averbação, mas sim, a constituição de um direito real em favor de terceiro, sobre unidade imobiliária autônoma, funcionalmente independente. O novo disposto apresenta dois requisitos para a aplicação do direito de laje: o primeiro é que a laje deverá estar isolada da construção original, configurando habitação distinta, e segundo, a via de acesso ou ingresso à unidade deverá ser independente, como uma escada exclusiva para o segundo pavimento da construção. Diante do exposto, pode-se notar que o legislador foi feliz em apresentar melhorias no direito real, de tal forma alterando a quantidade dos direitos reais, expandido o entendimento a respeito de diferenciações sobre o direito de laje e o de superfície, embora, o direito de superfície tenha mera semelhança, mas não podemos dizer que é idêntico, pois cada um diz respeito a tal situação, sendo uma delas a sobreposição autônoma de titularidades distintas da existente, apesar de haver divergências doutrinárias, se existe a tal necessidade desta medida, pois acatam que o direito de superfície sobrepõe ao de laje. Referencias: JÚNIOR, Roberto Paulino de Albuquerque. O direito de laje não é um novo direito real, mas um direito de superfície. Disponível em: . Acesso em: 26 set. 2017. VIANA, Salomão. Direito Real de laje- Finalmente, a Lei!: Análise sob os ângulos do direito material e do direito processual Pablo Stolze (Juiz de direito e professor de D. Civil) e Salomão Viana (Juiz Federal e professor de D. Processual Civil). Disponível em: . Acesso em: 24 set. 2017.

**Palavras-Chave:** LAJE, DIREITO REAL, REGISTRO, PROPRIEDADE AUTÔNOMA.





## A MEDIAÇÃO

*Vander Soares Caetano - Libertas - Faculdades Integradas; Fernanda Corsi Silva - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** caetanocomercio@hotmail.com; corsifernanda@yahoo.com.br

### RESUMO

A sociedade está constantemente em mutação, demandando a premente necessidade dos operadores do direito de acompanharem tais ocorrências sociais via percepção sensível e sistêmica dos anseios coletivos. Neste sentido. O conceito o Novo Código de Processo Civil valorizou a necessidade do saneamento de litígios pelos meios extrajudiciais de solução de conflitos, mediante auto e heterocomposição, bem como, pelos instrumentos da mediação e conciliação, distintas eis que na conciliação, nota-se a possibilidade de um terceiro imparcial ajudar na solução do conflito, enquanto que na mediação, torna-se viável a ajuda de um terceiro imparcial apenas para conseguir que as partes cheguem a um consenso por manifestações volitivas próprias convergentes, laborando-se na mediação o lado afetivo da relação humana, possibilitando a resolução do conflito em sua raiz, isto é, de forma definitiva, com satisfação de ambos os lados, realidade distante de grande parte das ações e tutelas jurisdicionais, haja vista a incidência considerável de recursos, os quais contribuem para morosidade do Poder Judiciário, em parte responsável pela conduta do litígio inculpada em parcela considerável dos operadores do direito. Diante desta realidade, pugnamos pelo fortalecimento e valorização das sessões de mediação, nos quais os mediadores conduzem o ato direcionando para as reais questões que envolvem a lide, laborando conflitos de caráter psicológico sociológico e jurídico, com sigilo e imparcialidade, objetivando a solução proposta pelos litigantes de forma serena e harmônica, tendo em vista sua constituição jurídica como instrumento de pacificação social.

**Palavras-Chave:** MEDIAÇÃO; CONFLITOS DE CARÁTER PSICOLÓGICO SOCIOLÓGICO; PACIFICAÇÃO SOCIAL.



## A NOVA ÓTICA DA PROVA PERICIAL E SUA IMPORTÂNCIA NO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL BRASILEIRO

*Cintia Baptista de Brito - Libertas - Faculdades Integradas; Vinicius Aparecido Pimenta dos Santos - Libertas - Faculdades Integradas; Marco César de Carvalho - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** cintiabaptista.ssp.kind@hotmail.com; vinicius\_santos.94@hotmail.com;  
marcocesar\_cdo@hotmail.com

### RESUMO

O acesso a justiça é um direito que está previsto na Constituição Federal de 1988, no artigo 5º, inciso XXXV, de forma implícita, que sua finalidade é o acesso ao poder judiciário em busca de direitos e da justiça, e com isso necessita-se de profissionais especializados para efetivação da norma jurídica, sendo um deles o perito. Este deve ser designado para fazer a perícia quando o processo utilizar de prova de determinado fato que necessita de conhecimento técnico ou científico. Conforme o artigo 464 caput, do novo Código de Processo Civil (Lei 13.105/15), a prova pericial consiste em exame, vistoria ou avaliação, podendo ser feita através do perito especializado que exerce sua função quando o assunto é complexo, deve ser habilitado de funções, obtiver graduação universitária, e ser inscrito em cadastro pelo Tribunal ao qual o juiz está vinculado, pode ser graduado em engenharia, administração, medicina, contabilidade, direito ou dentre outras áreas. Quanto ao assistente técnico, este laborará quando o assunto for simplificado, como os corretores de imóveis, corretores de valores, etc., sendo específico para a atuação na respectiva área. E o mesmo deve ter compromisso com o seu trabalho de modo a efetivá-lo com transparência. O assistente técnico, pode ser indicado pela parte, e elaborará quesitos, acompanhando o perito do juízo, artigo (465 § 1º inciso II do NCPC) e poderá apresentar um laudo controverso, ou indicar alguns esclarecimentos suplementares ou complementares. Os quesitos especificados no artigo 473 do NCPC têm-se como deve ser apresentado o laudo pericial, o que é necessário para sua fundamentação na perícia, observando que deve ser clara, coesa, e lógica, deve também o perito esclarecer suas conclusões, sem opinar, ou obter influências, com finalidade de afastar a busca da verdade dos fatos. O § 3º do artigo 473 desta mesma lei, expande no sentido de que o perito e o assistente técnico, pode utilizar de todos os meios necessários para o esclarecimento do objetivo da perícia e para o desempenho da sua função. Destarte, o NCPC busca melhorar dando mais de uma oportunidade para as partes como o assistente técnico, para melhor comodidade, celeridade, e sua participação no processo em busca da verdade e justiça, de tal forma fazer as partes sentir que sua participação é de suma importância para o processo, e assim não sobrecarregará somente o perito do poder judiciário, mas obtendo concretude na realização da perícia.

**Palavras-Chave:** PERITO, ASSISTENTE TÉCNICO, LEI, PROVA PERICIAL





## A POSSIBILIDADE DA PESSOA JURÍDICA COMO BENEFICIÁRIA DE USUCAPIÃO

*Vanessa Pereira de Jesus Silva Dutra - Libertas - Faculdades Integradas; Guilherme Saab de Melo Antunes - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** vanessa.dutrassp@hotmail.com; guilhermesabi@gmail.com

### RESUMO

Resumo: Muito se tem discutido sobre a possibilidade da pessoa jurídica ser beneficiária de usucapião, algumas teorias divergem sobre o tema, mas analisando o Código Civil instituído pela lei no 10.406, de 10 de janeiro de 2002, vemos as diversas classificações e meios para aquisição da usucapião. Os artigos 1238 e 1239 que dispõem sobre a forma extraordinária e ordinária respectivamente, foram redigidos com a seguinte expressão “Aquele que...”, abrangendo assim tanto a pessoa física quanto a pessoa jurídica desde que preenchido os critérios dos referidos artigos. Logo entende-se que, o usucapião é forma originária de aquisição de propriedade a qual o ente jurídico também atua sendo perfeitamente possível aquisição do usucapião nessas modalidades. Além do que a pessoa jurídica de direito privado, pode requerer tal direito com base ao princípio da isonomia e ao instituto da analogia visto que é assegurado à pessoa jurídica de direito público essa possibilidade nos casos em que a propriedade não atende a sua função social. A justiça de São Paulo considerou inclusive que até um bem público pode ser objeto da ação de usucapião por uma empresa. O entendimento é o da 9ª Câmara de Direito Privado do Tribunal de Justiça do estado, onde uma empresa municipal entrou com recurso em desfavor de uma empresa privada que atuava como usucapiente. Mesmo o art. 102 do Código Civil estabelecendo que os bens públicos são insuscetíveis de usucapião a relatora, desembargadora Lucila Toledo afirma “A norma constitucional que estabelece que os bens públicos são insuscetíveis de usucapião deve ser interpretada de acordo com a destinação do bem. E o bem já desafetado não tem mais destinação pública”, e ainda “possibilidade de usucapião de bem público é garantida de acordo com a 'função social' da empresa”. Porém há de se falar da classificação onde a pessoa jurídica não detém o direito à usucapião como nos casos da usucapião especial urbana ou da usucapião especial rural, onde a moradia é um requisito indispensável para aquisição nessas modalidades, e a pessoa jurídica não possui moradia, mas sim sede, ficando excluída sua possibilidade. Assim ratifica Carlos Roberto Gonçalves “impedem que a pessoa jurídica requeira usucapião com base nos dispositivos em apreço, porque ela não tem família nem morada”. Sendo assim também não seria possível a usucapião na modalidade familiar.

**Palavras-Chave:** USUCAPIÃO, MODALIDADES, POSSIBILIDADE, PESSOA JURÍDICA, ORDINÁRIA, EXTRAORDINÁRIA.





## A PRESTAÇÃO DE CONTAS DAS ORGANIZAÇÕES DA SOCIEDADE CIVIL

*Deiva de Fátima Arimatéia - Libertas - Faculdades Integradas; Humberto Luis Versola - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** dfadeiva21@hotmail.com; dfadeiva21@hotmail.com

### RESUMO

O objetivo do trabalho é analisar o funcionamento das organizações da sociedade civil de interesse público e sua prestação de contas no Tribunal de Contas da União. O terceiro setor é composto por entidades privadas da sociedade civil, que prestam atividade de interesse social, por iniciativa privada, sem fins lucrativos e com o incentivo do Estado. As organizações sociais surgem como alternativa à atuação estatal nesses determinados setores, que não são de prestação exclusiva do Poder Público. As OSCIPs foram instituídas pela Lei n. 9.790/1999 e regulamentada pelo Decreto Federal n. 3.100/1999, e recentemente, alterada pela Lei n. 13.204/2015, que tem por objetivo regular as parcerias voluntárias, envolvendo ou não a transferência de recursos financeiros, firmadas entre a Administração Pública e as organizações da sociedade civil, sem fins lucrativos. Diante disso, o trabalho se justifica no sentido de buscar compreender as mudanças ocorridas na promulgação da Lei n. 13.204/2015. A pesquisa bibliográfica é uma síntese geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por serem capazes de fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema.

**Palavras-Chave:** TERCEIRO SETOR; ORGANIZAÇÕES SOCIAIS, PRESTAÇÃO DE CONTAS



## A PRIVATIZAÇÃO DO SISTEMA PRISIONAL: UM PROBLEMA A SER RESOLVIDO

*Guilherme Sabi de Mello Antunes - Libertas - Faculdades Integradas; Francisco de Assis Costa Serafim - Libertas - Faculdades Integradas; Michele Cia - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** guilhermesabi@gmail.com; assis@univox.com.br

### RESUMO

Com o passar dos anos verificamos a ausência do Estado na proteção dos direitos dos presos evidenciados a partir dos escândalos prisionais que envergonham o Brasil perante o mundo, o Estado é detentor do jus puniendi, sendo somente ele autorizado a aplicar a pena, porém devem ser observados alguns critérios para a correta aplicação das sanções previstas no Código Penal. Não podemos permitir a perpetuação do modo como se encontra a estrutura do sistema prisional brasileiro, há um enorme déficit de vagas, sem contar os mandados de prisão em aberto a serem cumpridos, os presos hoje não possuem qualquer direito à dignidade assegurados, pois são obrigados a lidar com diversas circunstâncias degradantes que agravam sua situação e não são objeto da pena, situações estas vedadas em nossa legislação constitucional. A medida mais racional a ser adotada é a privatização do sistema carcerário brasileiro através da modalidade de parceria público privada, onde não há a indelegabilidade do poder punitivo por parte do estado, continuando o mesmo com a administração do ambiente prisional. A prestação de serviços fica por conta de empresas privadas, serviços como de limpeza, saúde, assistência social e psicológica, vestuário entre outros os quais os presos não possuem no atual sistema vigente. Há inúmeras críticas a respeito da privatização do sistema prisional brasileiro, uma delas se refere a aferição de lucros por uma empresa privada através da privação da liberdade de um indivíduo, a respeito disso sabemos que o encarceramento oriundo da prática de crimes é um problema da sociedade, e não há nada mais justo do que chamar a sociedade a participar da solução do problema, as empresas, como integrantes da sociedade devem contribuir com o Estado nessa árdua tarefa de melhorar as condições dos nossos presos, e é claro que deverá haver uma remuneração desta empresa pelos serviços prestados. Outra crítica é a respeito do encarceramento em massa, no entanto este não ocorrerá, uma vez que não é a empresa privada ou seus gestores que julgam e aplicam a pena aos infratores, mas sim o juiz, então não há o que se discutir em torno de um aumento da população carcerária visando um maior lucro por parte das empresas responsáveis pelas penitenciárias. Dessa forma só evidenciamos vantagens com a adoção da privatização das prisões com intuito de assegurar direitos e garantias aos presos, melhorando sua qualidade de vida e suprimindo o número de vagas com a construção de novos presídios.

**Palavras-Chave:** EXECUÇÃO PENAL; SISTEMA PRISIONAL; PRIVATIZAÇÃO; DIREITOS; GARANTIAS.





## A PRODUÇÃO DE PROVAS DE OFÍCIO PELO JUIZ E SEUS LIMITES

*Guilherme Sabi de Mello Antunes - Libertas - Faculdades Integradas; Francisco de Assis Costa Serafim - Libertas - Faculdades Integradas; FLÁVIO AUGUSTO MARETTI SGRILLI SIQUEIRA - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** guilhermesabi@gmail.com; assis@univox.com.br; flavioaugustos@yahoo.com.br

### RESUMO

O presente artigo tem como finalidade promover a reflexão a respeito da atuação do magistrado no processo penal em consonância com os princípios constitucionais da imparcialidade e do devido processo legal, sendo feito a análise em segundo plano do caráter de neutralidade e imparcialidade oferecidos pelo devido processo legal. É tratado também neste estudo as possibilidades do juiz substituir a ausência de provas por uma das partes que poderá por ele ser suprida através de novas diligências para sanar suas dúvidas pertinentes ao processo, resta então saber se esse fato não contraria tais princípios constitucionais supracitados. A produção probatória “ex officio” por parte do juiz é um instituto com previsão legal dada pelo artigo 156 do Código de Processo Penal que teve sua redação recentemente atualizada pela lei 11.690/2008. Sabemos que de acordo com tal artigo o juiz poderá realizar a produção de provas de ofício em duas circunstâncias distintas, a primeira delas é aquela na qual há risco de perda ou perecimento da prova a ser produzida, sendo esta necessária para determinar os rumos da investigação e posteriormente a sentença, e o segundo caso é quando a produção de determinada prova é imprescindível para o esclarecimento do magistrado para a formação do seu livre convencimento motivado. Tal fato trazido à tona pelo presente artigo se funda na discussão da possibilidade da produção de provas de ofício pelo juiz confrontar o sistema acusatório adotado explicitamente pela Constituição Federal de 1988, no qual o juiz não deve exercer nenhum papel probatório no processo, sendo ele imparcial, responsável pelo julgamento dos fatos apresentados a ele sem nenhuma interferência sua.

**Palavras-Chave:** PROCESSO PENAL; DEVIDO PROCESSO LEGAL; IMPARCIALIDADE, PRODUÇÃO DE PROVAS.





## A PROTEÇÃO DO ADOLESCENTE NO ÂMBITO DO ATO INFRACIONAL

*Leticia Mirenda Barbosa - Libertas - Faculdades Integradas; Gabriela Fernanda Soares de Moraes - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** leticiamirenda@hotmail.com; gfsmorais@gmail.com

### RESUMO

A Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada no ano de 1988, é um texto normativo que garante diversos direitos fundamentais. Dentre eles, temos o artigo 227, que assegura à criança e ao adolescente o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. O Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/90) surgiu com a finalidade de alterar o Código de Menores que, devido ao advento da Constituição de 1988, não poderia mais ser aplicado, pois eram necessárias alterações em seu texto normativo, já que não tinha respaldo constitucional. O Estatuto da Criança e do Adolescente e a Constituição Federal de 1988 imputam a responsabilidade a todos aqueles que compõem o Estado, visando combater a tripla orfandade, através da doutrina da proteção integral, para que seja possível assegurar todos os direitos elencados nos aludidos textos normativos. É de suma importância lembrar que a proteção dos direitos da criança e do adolescente reflete em todas as áreas do direito, repercutindo, por exemplo, no Direito Penal, no Direito do Consumidor e no Direito de Família. Devido à importância da criança e do adolescente em nossa sociedade, devemos prevenir que eles pratiquem atos infracionais visando assim, não só sua proteção, mas também o sentimento de segurança social. A adolescência pode ser definida como uma construção relacional, social e cultural compreendendo a passagem da infância para a fase adulta. Geralmente, é tratada como uma fase de rebeldia e contornada por conflitos. Já o ato infracional pode ser definido como uma consequência da ineficácia da atuação do dever do Estado de garantir direitos fundamentais elencados no artigo 227 da Constituição Federal. A sociedade e o Estado devem atuar em harmonia a fim de prevenir ações negativas e acolher dignamente o adolescente em conflito com a lei, pois apesar de sua má conduta, é um ser vulnerável e em constante evolução, que merece ser protegido, compreendido e amado.

**Palavras-Chave:** ATO INFRACIONAL, ADOLESCENTE E PROTEÇÃO





## A RECUPERAÇÃO JUDICIAL PERANTE A FALÊNCIA

*Leticia Bueno Riva de Lima - Libertas - Faculdades Integradas; Paulo Gustavo Pereira Macedo - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** leticiabuenolima@outlook.com; pg\_macedo@hotmail.com

### RESUMO

A falência se dá por meio de empresas que se encontram em meio a situações financeiras precárias, ou até mesmo em situação de insolvência economicamente impossível para reerguer. Então declara em regime de falência, quando a empresa apresenta impossibilidade de cumprir esporadicamente suas obrigações em virtude da insuficiência de meios próprios financeiramente, assim tornando seu ativo indisponível não satisfazendo o seu passivo. E até pode se declarar em situação economicamente difícil, onde a situação da empresa não estando em situação de insolvência, porém indica dificuldades econômicas e financeiras não conseguindo cumprir suas obrigações. Quem pode requerer o pedido da falência são, a empresa, os credores e o Ministério Público. Portanto, a recuperação judicial antes de tudo tem uma grande importância economicamente para o país, a mesma veio para modificar nosso ordenamento jurídico através do exercício da função social da empresa que tem um papel muito importante na sociedade, quanto para a população quanto para o crescimento econômico do país, também influencia mundialmente com o seu papel perante as relações humanas. A recuperação judicial tem como objetivo tornar viável superar a situação da crise econômica financeira do devedor e permitir a preservação da produção da empresa, trabalhadores, fornecedores, circulação econômica dentre outros fatores. O plano de recuperação judicial detém de um prazo previsto em lei de sessenta dias da publicação da decisão que deferir o processamento da recuperação judicial sob pena de convalidação em falência. Primeiramente a empresa deve solicitar o pedido de recuperação judicial perante a justiça, que em seguida deverá apresentar ao juiz um processo, este processo sendo aprovado vai para o segundo passo que é a formação de um plano para recuperação judicial e a empresa em um prazo de sessenta dias para está apresentação caso contrário o juiz irá decretar falência. A empresa apresentando o plano de recuperação o juiz irá apresentar aos credores o mesmo para a ciência de todos, e os credores tem cento e oitenta dia pra contestar esse plano, se os credores não aceitarem o plano de recuperação o juiz declarará falência. Recuperação judicial extrajudicial, um acordo entre empresa, credor e devedor sem a necessidade do intermédio do poder judiciário, as partes definem um plano de recuperação como auxílio de advogados especialistas nessa área com o compromisso de seguirem todas as etapas assim definidas.

**Palavras-Chave:** RECUPERAÇÃO, EMPRESA, FALÊNCIA.



## A RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR NO ACIDENTE DE TRABALHO

*Fernanda Bueno da Silva - Libertas - Faculdades Integradas; Marco Aurélio Pieri Zeferino - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** ferbuenosilvaa@hotmail.com

### RESUMO

Os direitos trabalhistas e, principalmente, no caso em questão, o direito à indenização por acidente de trabalho, estão previstos em nossa Carta Magna, no Título que versa sobre Direitos e Garantias individuais, mais especificamente no capítulos dos Direitos Sociais, demonstrando a importância social e constitucional do desenvolvimento do presente trabalho. A abordagem deste trabalho é sobre o tipo de responsabilidade que recai sobre o empregador na ocorrência de um acidente de trabalho: a teoria subjetiva, que adota a teoria da culpa ou a teoria objetiva, que defende a tese do risco? Veremos que, atualmente, ambas são empregadas, de maneira casuística. No entanto, os objetivos do presente trabalho são estudar as teorias da responsabilidade civil, abordar as divergências doutrinárias sobre o tema, desenvolver, na área trabalhista, a responsabilidade civil e analisar sobre qual seria a melhor teoria aplicada no acidente de trabalho, dentro da ótica constitucional e sob o ponto de vista da dignidade humana.

**Palavras-Chave:** ACIDENTE DE TRABALHO; RESPONSABILIDADE CIVIL OBJETIVA; RESPONSABILIDADE DO EMPREGADOR.



## A RESPONSABILIDADE PENAL DAS PESSOAS JURÍDICAS NOS CRIMES CONTRA O MEIO AMBIENTE

MURILO MARQUES DOS SANTOS - *Libertas - Faculdades Integradas*

E-MAIL: murilomarques.direito@gmail.com

### RESUMO

Tema importante que abrange problemas sociais e traz vários entendimentos que geram grandes divergências doutrinárias. O estudo apresenta de início a grande importância jurídica em que existe na preservação do meio ambiente, sendo este um assunto moderno e que causa grandes preocupações no Brasil e no mundo. Pensando na proteção ambiental a Constituição do Brasil estabelece princípios jurídicos que garante o meio ambiente equilibrado, sendo até mesmo considerado como um direito indispensável e fundamental para a existência humana. Com o objetivo de manter o respeito ao meio ambiente a legislação brasileira tratou de estabelecer sanções para pessoas físicas e jurídicas que venham a lesar o meio ambiente. É exatamente essa hipótese é o que gera grandes discussões entre os doutrinadores, pois, a legislação estabelece a possibilidade de no ramo do direito penal ser punidas pessoas físicas e jurídicas, sendo considerada a hipótese de se responsabilizar penalmente as pessoas jurídicas um verdadeiro absurdo para boa parte da doutrina. Para se punir penalmente as pessoas jurídicas é relevante se ter conhecimento em saber no que consiste uma pessoa jurídica, para tanto, é necessário se recorrer-se as teorias do direito civil sobre a personalidade jurídica, tendo dentre estas o direito civil brasileiro adotado a teoria da realidade técnica que considera que a pessoa jurídica tem personalidade própria e distinta da personalidade de seus membros. É a teoria da realidade técnica que é fundamento para os favoráveis a responsabilidade penal das pessoas jurídicas. Já para os que defendem a irresponsabilidade penal das pessoas jurídicas é alegado que é impossível se imputar pena a um ente incorpóreo, pois faltaria a estes requisitos básicos como a capacidade de culpabilidade, algo que é próprio do ser humano. Diante de tais entendimentos os doutrinadores se divergem.

**Palavras-Chave:** MEIO AMBIENTE, PESSOAS JURÍDICAS, RESPONSABILIDADE PENAL.





## A TEORIA DA CEGUEIRA DELIBERADA E SUA (IN)APLICABILIDADE AOS DELITOS DE LAVAGEM DE CAPITAIS

*Rai Gonçalves de Souza - Libertas - Faculdades Integradas; Flávio Augusto Maretti Sgrilli Siqueira - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** Rai.adv@outlook.com; flaviomaretti@hotmail.com

### RESUMO

O presente trabalho visa harmonizar a aplicação da teoria da cegueira deliberada no delito de lavagem de capitais, desvinculando a ideia de responsabilidade penal objetiva rechaçada no direito pátrio e, buscando em seguida esmiuçar a sua origem e completude, para se possível demonstrar a eficiência em punir agentes mal intencionados que com o fito de não ser responsabilizados penalmente, abstém de buscar informações fidedignas, que em outra situação aclararia a ilicitude do fato evitando assim a ocorrência do delito. Esta teoria busca atribuir responsabilidade subjetiva aos casos em que o agente tem total conhecimento sobre o fato, e aqueles em que o desconhecimento é intencional. É imprescindível a importância de aclarar esta teoria, para evitar distorções na interpretação dos tipos penais demarcando objetivamente os pontos de dolo e culpa. Observa-se, que a entendimentos conflitantes quanto a sua natureza, a quem entenda que quem age de forma leviana para se esquivar futuramente, seria caso de dolo direto, semelhante à teoria da actio líbera in causa, de outra banda entende-se que seria situação de dolo eventual, urge lembrar que o delito de lavagem de capitais não comporta a modalidade de dolo eventual, somente direto. Destarte, com tantas controvérsias sobre a malfadada teoria da cegueira deliberada, o presente trabalho vem com o intuito de congraçar sua aplicação no delito de lavagem, garantindo assim a maior segurança e punição de atos criminosos.

**Palavras-Chave:** MONEY LAUDERING; WILFULL BLINDNESS; DOLO; TERTIUM GENUS;





## A VIDEOCONFERÊNCIA NO PROCESSO PENAL: CONSTITUCIONALIDADE E A VIABILIDADE DE SUA APLICAÇÃO PRÁTICA

*Guilherme Sabi de Mello Antunes - Libertas - Faculdades Integradas; Vanessa Dutra Pereira de Jesus Silva - Libertas - Faculdades Integradas; Flávio Augusto Maretti Sgrilli Siqueira - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** guilhermesabi@gmail.com; vanessa.dutrassp@hotmail.com; flavioaugustos@yahoo.com.br

### RESUMO

A Lei n.º 11.900, de 2009, introduziu a possibilidade de realizar atos processuais penais do interrogatório e da oitiva de testemunhas mediante o sistema da videoconferência. Tal método traz muitas controversas sobre sua adoção, mesmo após a informática se alastrar pelo país ainda não havia regulamentação acerca da utilização da videoconferência, sendo esta utilizada pelo judiciário através de normatização infralegal por meio de portarias. Desse modo surge a ideia de sua promoção a favor da celeridade, como é o caso da adoção da videoconferência no processo penal e a definição das regras sobre o seu uso dentro dos parâmetros legais e constitucionais evitando nulidades penais e processuais prejudiciais ao bom andamento processual. Desde que começou a ser utilizada, a videoconferência, como método de oitiva de testemunhas e interrogatório pelo juiz vem causando divergências doutrinárias, por entenderem que esta seria uma afronta aos princípios constitucionais e processuais penais, citando como os mais afetados, o da ampla defesa, do contraditório e da publicidade, na outra face vemos aqueles que apoiam com veemência a adoção do procedimento mencionado acima como forma de economia processual, segurança jurídica e celeridade processual. A videoconferência traz vantagens no que se refere a oitiva de sujeitos que se encontram em comarcas distantes, que se encontram detentos ou reclusos em unidades prisionais assegurando assim sua apresentação virtual ao juiz sem que os mesmos se desloquem gerando economia com as custas de locomoção, ao mesmo tempo que previne eventuais tentativas de fugas. Do ponto de vista positivo, não haveria previsão legal na constituição da videoconferência, porém ao se sobrepesar princípios chegaríamos a conclusão de que seria a adoção de tal procedimento a melhor forma de corrigir problemas do atual sistema processual brasileiro com seus inúmeros déficits. Critério trazido por doutrinadores contrários a adoção do procedimento, é a impessoalidade, crítica esta que não se afirma, pois com avanço da tecnologia temos hoje recursos que permitem a transmissão de excelente qualidade que permitem ao julgador emitir juízo de valor a respeito das características físicas do interrogado que possam refletir na decisão. Dessa forma, conclui-se que não há impedimentos que façam com que a videoconferência seja banida do processo penal, pois não há nenhum argumento com força suficiente para comprovar sua ineficácia ou inconstitucionalidade.

**Palavras-Chave:** VIDEOCONFERÊNCIA; INTERROGATÓRIO; TESTEMUNHAS; PROCESSO PENAL; PRINCÍPIOS.





## ACÇÃO CIVIL PÚBLICA NO DIREITO AMBIENTAL COMO PROTEÇÃO AO MEIO AMBIENTE NATURAL

*Clara Ap. Medeiros de Castro - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** clarassp@hotmail.com

### RESUMO

O presente trabalho é realizado com a intenção de demonstrar a ação civil pública como instrumento de proteção ao meio ambiente na preservação dos recursos naturais, bem como, seu procedimento, os seus legitimados e atuação do Ministério Público. Em um primeiro momento realizamos uma breve consideração sobre o meio ambiente, passando-se a expor sobre seus conceitos e destacando a relação de unicidade entre os recursos naturais e os indivíduos na busca da manutenção de um ambiente saudável para a sobrevivência. Também se fez imprescindível discorrermos sobre o direito ambiental na Constituição Federal de 1988, a evolução histórica do direito ambiental no Brasil, a Lei da Política Nacional do Meio Ambiente e os princípios do direito ambiental. Analisamos o instrumento processual da Ação Civil Pública e pretendeu-se demonstrar se os instrumentos jurídicos de proteção são capazes de retroceder a degradação ambiental. Demonstramos também as medidas administrativas na contenção do passivo ambiental e sua importância na ação civil pública na busca da repressão da prática de atos lesivos ao meio ambiente e na reparação do dano ambiental causado. Ao final do presente trabalho pode-se afirmar com plena convicção que a Ação Civil Pública é realmente o instrumento jurídico, que traz o maior suporte para o Direito Ambiental, visto que com ela a proteção ambiental torna-se eficaz.

**Palavras-Chave:** DIREITO AMBIENTAL; ACÇÃO CIVIL PÚBLICA; MEIO AMBIENTE NATURAL.



## ADEQUAÇÃO DA JUSTIÇA UNIFORME A TODOS SEM PRIMAZIA POLÍTICA

*DANILO ALVES AMORIM - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** danilo.a.amorim@hotmail.com

### RESUMO

A justiça política difere da justiça aplicada a sociedade, embora sejam iguais, sendo que não pode haver injustiça em relação aos demais que a lei faça cumprir, pois a lei é para todos e não somente para a sociedade, de fato que nossos representantes políticos não cumprem a lei conforme é imposta a todos. A justiça e a injusta estão intimamente ligadas à lei, isto é, pessoas que alternadamente participam do governo e são governadas. A ideia não é aplicar a justiça que está sendo aplicada na política, mas sim aplicar na política a justiça que é cumprida por todos os cidadãos brasileiros, pois os políticos são representantes escolhidos pela sociedade e claramente estes deverão fazer cumprir as leis e não aproveitar delas. O povo elege e se torna representado pelo Poder Legislativo, sendo ele o responsável pela criação das leis de forma que estes representantes ao criarem essas leis os mesmos deverão respeitá-las e não aproveitar do cargo para beneficiar-se. O Poder Judiciário fica responsável pelo cumprimento das leis, sendo que ao cumprir seu papel o Poder Legislativo sempre é julgado de forma mais impassível, pois o poder judiciário contém influências política, ou seja, certos membros dos Poderes têm aliança uns com os outros. Desta forma, se faz uma justiça injusta e imparcial sendo que muitos do Poder Judiciário querem fazer justiça, mas sempre tem algo que interfere. A justiça que ocorre pelo qual o Poder Legislativo está lesando, não deverá acontecer nos demais sistemas judiciários, pois essa briga entre o Judiciário que quer fazer cumprir a lei e o legislativo que quer sobressair acerca da lei que é imposta, será somente eficaz quando os representantes do povo brasileiro forem melhor escolhidos, pois pessoas de caráter nos representando na política presumivelmente a justiça será mais realizada e justa. No momento atual notasse que provas lícitas se tornam ilícitas para que o réu político não seja condenado. Portanto, se a adequação da justiça for uniforme a todos não poderá ser de forma infrutífera como está ocorrendo na política atual, mas deverá ser de forma que a lei seja cumprida rigorosamente por todos os indivíduos da sociedade e inclusive pelos seus representantes eleitos. Sendo assim, não é a população quem deve se adaptar a esse sistema injusto, mas sim o Poder Legislativo quem deve se justapor e obedecer a todas as regras impostas.

**Palavras-Chave:** JUSTIÇA, PODER JUDICIÁRIO, PODER LEGISLATIVO, IGUALDADE



## AFERIÇÃO DA CARGA TRIBUTÁRIA DE SETORES BRASILEIROS ATRAVÉS DA DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO (DVA) – PERÍODO DE 2014 A 2016

*Caroline Aparecida Cecilio Barbosa Fernandes - Libertas - Faculdades Integradas; Jessica da Silva Costa - Libertas - Faculdades Integradas; Adriana Rogeri Franco - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** carolineapfernandes@hotmail.com; jeehns\_costa@hotmail.com;  
adrianafranco@libertas.edu.br

### RESUMO

O presente trabalho tem como objetivo analisar a carga tributária de setores brasileiros durante um período de três anos, respectivamente os anos de 2014 a 2016, através da Demonstração do Valor Adicionado. Com a finalidade de verificar os dados da DVA, formula-se a seguinte pergunta de pesquisa: através da Demonstração do Valor Adicionado, quais setores da atividade econômica brasileira apresentam maior impacto com a carga tributária sobre a riqueza gerada pelas entidades? Justifica-se esta pesquisa com o propósito de apresentar a Demonstração do Valor Adicionado como um instrumento contábil essencial para a transparência das atividades empresariais e demonstrar também a função social das empresas. O interesse em buscar informações sobre este tema foi com o intuito de verificar quais setores estão sujeitos à imposição elevada de tributos. Foram coletadas e analisadas duas empresas de cada setor, de acordo com a classificação do ranking da Revista Exame – Melhores e Maiores 2016, identificando-se assim o comportamento da carga tributária. A Demonstração do Valor Adicionado de cada empresa foi obtida no site da BM&FBOVESPA e quando não disponíveis, foi buscado no banco de dados das instituições. Em resposta a questão de pesquisa, a análise mostra que alguns setores são mais afetados pelo impacto da carga tributária sobre sua riqueza gerada, e que esses são os considerados básicos para a população, como o de energia, telecomunicação, atacado e indústria de construção. O setor de energia elétrica é o mais afetado, apresenta em todos os anos o dobro de percentual da carga tributária em relação à média nacional. É lastimável essa situação, já que esse setor é considerado na economia brasileira como monopolista e/ou oligopolista, e seus consumidores são onerados com a alta imposição de tributos. Através da distribuição do valor adicionado ao governo é possível verificar que os setores não possuem carga tributária semelhante com a média nacional, e que os percentuais apresentam grandes variações de 9% até 71%. Seria interessante todas as organizações privadas, públicas, não governamentais, elaborassem e divulgassem tal demonstrativo, assim as informações seriam relevantes para as diversas análises e tomada de decisões. Através da divulgação da DVA é possível obter informações sobre empresas e setores que atuam em determinado país, região, cidade, visando verificar a geração de empregos, salários, impostos.

**Palavras-Chave:** RESPONSABILIDADE SOCIAL. DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO. CARGA TRIBUTÁRIA.





## AS INOVAÇÕES DO NOVO CÓDIGO DE ÉTICA DA OAB E A PUBLICIDADE

*Guilherme Sabi de Mello Antunes - Libertas - Faculdades Integradas; Francisco de Assis de Costa Serafim - Libertas - Faculdades Integradas; Renato Marinzeck da Silva - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** guilhermesabi@gmail.com; assis@univox.com.br; marinzeck2006@hotmail.com

### RESUMO

Através da resolução N. 02/2015 passou a vigorar o Novo Código de Ética e Disciplina da Ordem dos advogados do Brasil – OAB, a partir de tal feito surgiu diferentes inovações referentes a vários aspectos preponderantes na prática da advocacia, um deles, é como deve ser feita a publicidade do advogado no exercício de sua atividade dentro dos parâmetros pré-estabelecidos. As principais mudanças trazidas pelo Novo Código, a partir do artigo 40, dentro do capítulo publicidade é que começam as efetivas mudanças, o Novo Código em seu artigo 40, inciso V, traz que é vedado a publicação de dados de contato como endereço e telefone do advogado em matérias vinculadas na internet, sendo somente permitida a referência ao e-mail, outro aspecto que nos chama atenção é a previsão que trata dos cartões de visitas, material de escritório ou qualquer publicidade realizada pelo advogado, que a partir de agora podem conter títulos acadêmicos, instituições jurídicas das quais faça parte, especialidades, endereço, e-mail, site, página eletrônica, QR code, logotipo e fotografia do escritório, horário de atendimento e idiomas nos quais o cliente poderá ser atendido, isto está presente no artigo 44, § 1º. Outra inovação apresentada é a vedação a inclusão de fotografias pessoais ou de terceiros em cartões de visitas, bem como a menção a qualquer cargo ou emprego, salvo o de professor universitário regulamentada pelo artigo 44, § 2º. Um ponto muito positivo e que merece destaque, é a possibilidade do patrocínio de eventos ou publicações de caráter científico ou cultural, e também a divulgação de boletins físicos ou eletrônicos, sobre matérias de interesse dos advogados, desde que a circulação fique restrita a clientes ou interessados do meio jurídico, pois dessa maneira incentivamos cada vez mais a busca pelo conhecimento jurídico tanto dos profissionais já atuantes quanto dos acadêmicos em seus eventos de pesquisa. E por último e não menos importante tratamos do fato de que a telefonia e a internet podem ser utilizadas como meios de publicidade, inclusive pelo envio de mensagens a destinatários certos. Notamos com todas as exposições supracitadas a preocupação do legislador em buscar acompanhar os ritmos da evolução tecnológica constante, fato esse que merece destaque, pois sabemos a importância da inovação na atividade da advocacia como forma de acompanhar a evolução da sociedade.

**Palavras-Chave:** ADVOCACIA; CÓDIGO DE ÉTICA; MUDANÇAS; EVOLUÇÃO.





## ASPECTOS DA RESPONSABILIDADE CIVIL E ADMINISTRATIVO NA TUTELA DO MEIO AMBIENTE

*Emily Formagio de Souza - Libertas - Faculdades Integradas; Mônica de Pádua Carvalhaes - Libertas - Faculdades Integradas; Humberto Luis Versola - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** emilyformagio@outlook.com; monicapaduac@hotmail.com; humberto.versola@yahoo.com.br

### RESUMO

Neste presente trabalho, procura-se demonstrar uma abreviação acerca da responsabilidade no Direito Ambiental, administrativo e civil, quanto aos causadores de prejuízos ao meio ambiente. Elucidando o entendimento da responsabilidade com base nas vertentes do Direito. INTRODUÇÃO É essencial para o bem estar da humanidade a manutenção de um meio ambiente saudável, devendo este, de maneira direta, ser compensado quanto às porções necessárias utilizadas pela sociedade. No entanto, cabe ao poder público coibir a prática de abusos e imprudências causadas por quem não entender a importância da preservação do meio ambiente, adotando as medidas imprescindíveis, na esfera civil e administrativa para evitar a deterioração ambiental. O conceito de meio ambiente dado pela Lei da Política Nacional do Meio ambiente foi recepcionado. Isso visto que, a Carta Magna de 1988 buscou tutelar não apenas o meio ambiente natural, como também o artificial, o cultural e o do trabalho. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA A responsabilização administrativa por dano ambiental encontra fundamento no art. 225, §3º da Constituição Federal, que diz “§ 3º. As condutas e atividades consideradas lesivas ao meio ambiente sujeitarão os infratores, pessoas físicas ou jurídicas, a sanções penais e administrativas, independentemente da obrigação de reparar os danos causados”. BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil, promulgada em 05 de outubro de 1988. BRASIL. Lei n. 9.605, de 12 de fevereiro de 1998. RESPONSABILIDADE CIVIL E PENAL POR DANOS AMBIENTAIS: BREVES NOTAS, Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=13085](http://www.ambito-juridico.com.br/site/?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=13085). Acesso em: 26/09/2017. RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA POR DANO AMBIENTAL, Disponível em: [http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n\\_link=revista\\_artigos\\_leitura&artigo\\_id=2645](http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2645). Acesso em: 26/09/2017. RESPONSABILIZAÇÃO ADMINISTRATIVA POR INFRAÇÕES AMBIENTAIS: BREVES NOTAS, Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/24947/responsabilizacao-administrativa-por-infracoes-ambientais-breves-notas>. Acesso em: 26/09/2017. FIORILLO, Celso Antonio Pacheco. Curso de direito ambiental brasileiro. São Paulo: Saraiva, 2010. REITAS, Vladimir Passos de. Direito administrativo e meio ambiente. 4ª Ed. Curitiba: Juruá, 2010. P. 129.

**Palavras-Chave:** DIREITO AMBIENTAL; DIREITO ADMINISTRATIVO; DANOS AMBIENTAIS





## ASPECTOS JURÍDICOS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO COMO INSTRUMENTO DE FOMENTO ECONÔMICO

*Julio Cesar Daniel Barbosa - Libertas - Faculdades Integradas; Áquila do lago Nogueira - Libertas - Faculdades Integradas; Marco Aurélio Pieri Zeferino - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** juliocesardaniel@outlook.com

### RESUMO

As cooperativas de crédito objetivam a prestação de serviços de intermediação financeira aos seus associados, autorizando a concessão de créditos via captação de recursos à vista e a prazo, além de disponibilizarem um rol de serviços amplos e diferenciados, tais como serviços de cobrança, de recebimentos e pagamentos por conta de terceiros, conveniados com instituições financeiras e instituições privadas, ressaltando que aludidas cooperativas juridicamente não são enquadradas como bancos, eis que referidas cooperativas de crédito são regidas pelas Leis nº 4.595/1964 e nº 5.764/1971 e Lei Complementar nº 130/2009, sendo reguladas pelo Banco Central do Brasil, a quem pertence à autorização para funcionamento, aprovação de eleição de administradores e conselheiros fiscais, monitoramento e supervisão do segmento tendo em vista os interesses sociais e coletivos envolvidos. As cooperativas de crédito atuam somente nos municípios previstos no estatuto social e a adesão de membros é facultativa e limitada àqueles que satisfaçam a condição de vínculo associativo, com exceção para as cooperativas de livre admissão de associados. Em razão desta característica, as cooperativas atuam regionalmente, com captação e aplicação de seus recursos nos limites da área de atuação, o que contribui para o desenvolvimento socioeconômico local haja vista que a aplicação de recursos captados na própria localidade a ela pertence tendo em vista sua competência territorial limitada. Diante disto, em possuindo natureza de cooperativa, distanciando do conceito rígido de empresa, pode-se afirmar que seus cooperados são “donos” com amplas possibilidades de gestão e gerenciamento operacional implementados pelos princípios cooperativistas da adesão livre e voluntária, gestão democrática, participação econômica dos membros, autonomia e independência, educação, formação e informação, eis que a intercooperação do sistema cooperativista, diferentemente do âmbito empresarial, vem acarretando maiores possibilidade de sucesso na persecução da almejada governança corporativa.

**Palavras-Chave:** COOPERATIVAS DE CRÉDITO; DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO; GESTÃO DEMOCRÁTICA



## ASPECTOS JURÍDICOS DO SUPERENDIVIDAMENTO: POLÍTICAS PÚBLICAS OU RESTRIÇÃO AO CRÉDITO?

*Mônica de Pádua Carvalhaes - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** monicapaduac@hotmail.com

### RESUMO

Nas últimas décadas, com o incremento da produção industrial brasileira, inúmeros estratagemas de marketing agressivo foram utilizados intuindo o estabelecimento de novos padrões de consumo tendentes à absorção maximizada de produtos e serviços necessários ao ciclo econômico produtivo, aliando-se referido desenvolvimento à adoção de medidas para expansão e universalização do crédito no Brasil. Atualmente, com o desaquecimento econômico, desemprego e pendência das obrigações creditícias, vislumbramos o superendividamento como um grave problema social, afetando diariamente grande parte das famílias, reduzindo suas disponibilidades de recursos, bem como, restringindo sua capacidade de investimentos, poder de compra, enfim, encerrando um ciclo recessivo macroeconômico. Referida ocorrência no âmbito jurídico constitui-se em um desafio para o desenvolvimento sustentável e para a defesa dos direitos dos consumidores, demandando a premente regulamentação do superendividamento como questão de relevância social, possibilitando a adoção de políticas públicas tendentes ao incentivo à educação financeira familiar, possibilitando uma maior conscientização pela utilização racional do crédito, pois somente assim as famílias poderão retomar sua capacidade de realizar investimentos e reservas atualmente necessárias ao desenvolvimento da economia. Enfim, pugnamos pela adoção de estratagemas de mitigação ao superendividamento pela alocação de recursos destinados a políticas e programas nacionais de racionalização do direito ao crédito. REFERÊNCIAS: LIMA, Clarissa Costa de. O tratamento do superendividamento e o direito de recomeçar dos consumidores . Editora Revista dos Tribunais, 2014. MIRAGEM, Bruno. Curso de direito do consumidor . Editora Revista dos Tribunais, 2016. PORTO, Antônio José Maristrello. Superendividamento no Brasil. Juruá Editora, 2016.

**Palavras-Chave:**





## AUTONOMIA DO DELEGADO: EXCLUDENTE DE ILICITUDE DISPENSA PRISÃO EM FLAGRANTE

ALAN SANTOS RIBEIRO - *Libertas - Faculdades Integradas*; LETICIA DE PAULA SOARES - *Libertas - Faculdades Integradas*

E-MAIL: alanribeirodireito@gmail.com

### RESUMO

O Estado tem o poder de ditar as regras de convivência e, para isso, pode aprovar normas que tenham por finalidade manter a paz e garantir a proteção aos bens jurídicos considerados relevantes. E, no exato instante em que ela é desrespeitada pela prática concreta do delito, surge para o Estado o direito de punir, sendo necessário que os órgãos estatais incumbidos da persecução penal obtenham provas da prática do crime e de sua autoria e que as demonstrem perante o Poder Judiciário, que, só ao final, poderá declarar o réu culpado e condená-lo a determinada espécie de pena. No entanto, quando é cometido um delito, deve o Estado, por intermédio da polícia civil, buscar provas iniciais acerca da autoria e da materialidade, para apresentá-las ao titular da ação penal, a fim de que este, apreciando-as, decida se oferece a denúncia ou queixa crime. Deste modo, a Polícia Judiciária utiliza-se do inquérito policial, que tem como objetivo obter elementos de prova para que o titular da ação possa propô-la contra o criminoso. No entanto, ainda numa primeira análise de um fato criminoso pela Autoridade Policial, a persecução penal não pode abdicar da franquia constitucional de liberdades públicas, devendo a lei se adequar à Constituição, e não o contrário. Pois, encarcerar alguém, deixando de analisar a relação de antagonismo de sua conduta com o ordenamento jurídico (ilicitude), fere a concepção moderna e democrática do sistema processual penal. Para isso, o inquérito policial, no entanto, deve demonstrar não apenas a tipicidade, mas também a ilicitude e a culpabilidade. Nos casos de Auto de Prisão em Flagrante, não pode haver situação de flagrante de um crime que não existe. O delegado de polícia deve analisar o fato como um todo, com todas as suas peculiaridades e decidindo fundamentadamente, cultivando as excludentes dentro das diligências no início da investigação, perante a existência de poucos ou inexistentes vestígios e decidindo pela ratificação ou pela liberdade. Ao delegado de polícia cabe decidir se houve ou não crime. Sendo que, o mais natural, é que da investigação possa se chegar a um crime e não que da prisão se parta para constatação da inexistência dele. Portanto, é um direito de cada cidadão que a autoridade de polícia judiciária sirva como o primeiro anteparo de proteção do Estado na persecução penal, reconhecendo a validade da causa excludente de ilicitude ainda durante a lavratura do APFD, garantindo os seus direitos fundamentais.

**Palavras-Chave:** EXCLUDENTE; ILICITUDE; DISPENSA; PRISÃO; FLAGRANTE





## CONTAGEM RECÍPROCA DE TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: A INCONSTITUCIONALIDADE DA RESTRIÇÃO À UTILIZAÇÃO DE TEMPO DE ATIVIDADE ESPECIAL EM CONTAGEM RECÍPROCA

*Daniel Costa da Silva Campos - Libertas - Faculdades Integradas; MARCO CÉSAR DE CARVALHO - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** danielcostacampos@yahoo.com.br

### RESUMO

O trabalho estabelece ponderações sobre a questão do tempo de contribuição e a possibilidade de utilização deste em outro regime de previdência através do instituto da contagem recíproca, identificando os requisitos necessários para emissão de Certidão de Tempo de Contribuição (CTC) e a necessidade de compensação financeira entre os diferentes regimes envolvidos. Entende-se que o trabalhador, durante a sua vida profissional, pode transitar por diversos regimes previdenciários, sem, contudo, preencher os requisitos necessários ao reconhecimento do direito à aposentadoria em nenhum deles. Para solucionar este problema, para efeito de aposentadoria, é assegurada a contagem recíproca do tempo de contribuição na administração pública e na atividade privada, rural e urbana, hipótese em que os diversos regimes de previdência social se compensarão financeiramente, segundo critérios estabelecidos em Lei, tendo em vista a necessidade de se manter um equilíbrio financeiro entre os diversos sistemas de Previdência Social. Portanto, uma vez reconhecido o direito à aposentadoria, cabe ao instituto, que reconheceu esse direito, comprovar o tempo contribuído pelo trabalhador em outros regimes no passado, por meio de certidão de tempo de contribuição (CTC), fazendo o levantamento de todas as informações necessárias relativas ao trabalhador e o seu tempo previdenciário já contribuído.

**Palavras-Chave:** REGIMES PREVIDENCIÁRIOS, CONTAGEM RECÍPROCA, TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO, CERTIDÃO DE TEMPO DE CONTRI



## DIREITO FUNDAMENTAL À VIDA E A VIOLÊNCIA CONTRA OS IDOSOS: ANÁLISE DA DIGNIDADE DO ENVELHECIMENTO

*Thais Silva LOVATO - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** tatasilva1335@hotmail.com

### RESUMO

Os direitos fundamentais, ou direitos humanos, versam principalmente sobre a dignidade da pessoa humana. É dele que decorre outros direitos fundamentais, como o direito à vida e o direito à igualdade. O direito à proteção do idoso também decorre do princípio da dignidade humana. Por este motivo, podemos perceber que sua base se dá primeiro internacionalmente e, depois, nacionalmente, caracterizada, em nosso país, pela Constituição Federal de 1988. Entretanto, a proteção do idoso prevista na Constituição Federal não possui ampla eficácia. No desenvolvimento do trabalho, podemos perceber que há vários tipos de agressões contra a pessoa idosa que ganham mais espaço em nossa sociedade a cada dia. Entre elas, podemos citar a agressão física, a agressão psicológica e a agressão institucional. Muito embora tenhamos, além da Constituição Federal, o Estatuto do Idoso e políticas públicas como a Política Nacional do Idoso, nem sempre elas bastam para evitar tais tipos de agressões e assegurar um envelhecimento digno para as pessoas de terceira idade. Por este motivo o presente trabalho procura chamar a atenção para tal ineficácia dos referidos institutos jurídicos já existentes, a fim de se discutam com mais atenção sobre essa questão da falta de dignidade no envelhecimento no Brasil.

**Palavras-Chave:** PROTEÇÃO DO IDOSO, DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA, VIOLÊNCIA CONTRA O IDOSO



## DIREITO PENAL, COMPLIANCE E A NOVA ÉTICA EMPRESARIAL

*Felipe Sérgio de Pádua Neves - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** felipepadua13@hotmail.com

### RESUMO

Os programas de compliance se destacam como instrumento de prevenção aos desvios empresariais, especialmente ao introduzir na tutela jurídica do mercado, novos mecanismos de atribuição de responsabilidade penal frente ao poder econômico das organizações empresariais. Por sua vez, o potencial preventivo destes programas tem incentivado a sua adoção no âmbito corporativo, a fim de evitar a imputação de responsabilidade às empresas e garantir-lhes a boa reputação negocial. O objetivo do trabalho centrou em analisar os desenvolvimentos da criminalidade empresarial e a cultura de compliance, avaliando as vantagens e desvantagens dos programas de compliance nas organizações. O tema se destaca pela sua importância para o direito contemporâneo, tendo em vista as questões relacionadas a fraudes, corrupção e erros que vem ocorrendo com as organizações públicas e privada. A função de compliance foi analisada aprofundando a discussão do tema e esclarecendo as principais atribuições e boas práticas voltadas para gestão encontradas na literatura. A metodologia utilizada foi a pesquisa bibliográfica que procurou analisar o ordenamento jurídico como um todo dentro da temática proposta.

**Palavras-Chave:** CORRUPÇÃO, RESPONSABILIDADE EMPRESARIAL, PROGRAMAS DE COMPLIANCE



## DIREITOS DA PERSONALIDADE FRENTE A LIBERDADE DE IMPRENSA

*Igor Fernando Montanhini Gil - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** igormgill@gmail.com

### RESUMO

A Constituição Federal é clara ao prever a liberdade de imprensa, sem nenhuma interferência do Executivo como antes havia. Todavia, esta liberdade gera a seguinte dúvida: quais são os limites da imprensa, tendo em vista que há previsto também na Lei Maior o direito a intimidade e a privacidade? O extrapolamento desse limite gera quais os tipos de consequência? Como preponderar os direitos a liberdade de imprensa e os direitos a intimidade e privacidade? Essa liberdade torna-se um dos símbolos de um país livre e bem informado do que acontece tanto no Brasil quanto no mundo. Através dessa liberdade, passamos por momentos marcantes como a ocorrência de impeachment do presidente Collor, que, se não houvesse os noticiários cobrindo e informando o povo, talvez nunca acontecesse. Toda notícia ou divulgação deve ser feita de forma responsável e imparcial, pois, o alcance que determinados órgãos de imprensa atinge é irrestrito. O que se é falado é tratado como verdade por aqueles que recebem a informação. Sendo assim, a imputação de fatos a alguém deve ser feita com muito cuidado, pois, em se tratando de crime, a sociedade pode vir a condena-la se nenhuma chance de defesa. Por outro lado, jamais podemos admitir a censura de volta à imprensa. Mesmo que haja extrapolações, existem meios de se punir e reparar os danos causados, ainda que se discuta se são eficazes ou não. Amordaçar os veículos de notícias é retrocesso e o perigo à sobrevivência da própria democracia. O que se pede e se preza é pelo respeito e pelo seguimento dos princípios éticos que conduzem cada ramo e cada setor da sociedade. Assim, cabe ao jornalista o dever de levar com imparcialidade os fatos relevantes para o povo, respeitando os limites constitucionais da imprensa e jamais ajuizando valores da pessoa retradada. Os princípios éticos e constitucionais da imprensa se aplicam perfeitamente a biografia, principalmente em se tratando de não autorizadas. A história e cultura brasileira não podem ser suprimidos por egos que não querem ter sua vida contada. Inegavelmente algumas pessoas tornam-se tão relevantes para a sociedade que suas trajetórias confundem-se com a arte, música, literatura, política, esportes entre os vários seguimentos da cultura brasileira. Esses indivíduos devem ter suas vidas contadas para que se guardar e sejam contadas de geração em geração e possam todos compreender não só como se desenvolveu aquele ramo mas também quem foram seus personagens.

**Palavras-Chave:**





## ESTUPRO DE VULNERÁVEL CONTRA MENOR DE 14 ANOS: UMA ANÁLISE DA VULNERABILIDADE ABSOLUTA E RELATIVA.

*Julia Gmeiner Caminhag Lopes - Libertas - Faculdades Integradas; Fernanda Francisco Petronilho - Libertas - Faculdades Integradas; Michele Cia - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** julia.gcaminhag@outlook.com

### RESUMO

No ano de 2009 a Lei 12.015 introduziu ao Código Penal o chamado “Estupro de Vulnerável”, até então tipificado no artigo 213, com a nova redação: “Ter conjunção carnal ou praticar outro ato libidinoso com menor de quatorze anos: Pena - reclusão, de oito a quinze anos. ” O surgimento da nova tipificação não enterrou a discussão acerca do caráter relativo ou absoluto da anterior presunção de violência, apenas deslocou a divergência para o contexto da presunção de vulnerabilidade absoluta, dos menores de quatorze anos. No âmbito desse debate surgiram duas teorias; uma de caráter absoluto e outra de posicionamento contrário, de caráter relativo. A teoria absoluta prega pela impossibilidade de a presunção de violência ser afastada por qualquer prova em contrário (jures et de jure), assim, haverá crime independente do consentimento do menor. Já a teoria relativa, defendendo a relativização de vulnerabilidade (jures tantum), argumenta que a flexibilidade da presunção seria justificada diante da inevitabilidade de adequação da legislação às mudanças sociais e pela aplicação do princípio da intervenção mínima, considerando a mínima ofensividade, pois em alguns casos seria inegável a percepção do ato sexual por parte do menor. Com o intuito de cessar a controvérsia doutrinária e jurisprudencial, em julgamento com relatoria do ministro Rogério Schietti Cruz, a Terceira Seção do Superior Tribunal de Justiça (STJ), fixou a tese de que: “Para a caracterização do crime de estupro de vulnerável, previsto no artigo 217-A do Código Penal, basta que o agente tenha conjunção carnal ou pratique qualquer ato libidinoso com pessoa menor de 14 anos. O consentimento da vítima, sua eventual experiência sexual anterior ou a existência de relacionamento amoroso entre o agente e a vítima não afastam a ocorrência do crime. ” O relator esclarece ainda que a evolução social e o acesso às informações não valem como argumento quando nos referimos à integridade humana, afinal, o texto legal é claro ao fixar quatorze anos como idade limite e a importância da preservação da lisura do menor afetado. Diante do exposto, concluímos como acertado o posicionamento do STJ, o qual contempla a Convenção sobre os Direitos das Crianças, ao entender como absoluta a presunção de vulnerabilidade primando assim pela proteção integral dos menores e sua condição peculiar de ser em desenvolvimento.

**Palavras-Chave:** VULNERÁVEL; TIPIFICAÇÃO; RELATIVIZAÇÃO.





## EXCLUSÃO SOCIAL E RESPONSABILIDADE ESTATAL PELA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS PÚBLICAS EFICIENTES EM DIREITO

JANE RIBEIRO GONÇALVES - *Libertas - Faculdades Integradas*; Dayane Cristina da Costa Souza - *Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** jane.caca@hotmail.com; dayy\_ccosta@hotmail.com

### RESUMO

O presente trabalho visa discorrer a respeito da responsabilidade do Estado quanto à exclusão social, oriunda da má administração dos governantes. A lei resguarda parâmetros e limitações àqueles que desempenham tais atributos. Aos governantes são delimitados poderes, que deverão ser cumpridos, sempre visando o bem-estar de todo cidadão, tendo como norte o que legalmente é permitido. Para uma sociedade evoluir, tem o Estado o dever de cumprir o que lhe é atribuído, pois este é o ente garantidor, atendendo o que encontra-se elencado constitucionalmente sobre os direitos e garantias fundamentais. A constituição pátria enumera diversos desses deveres, dentre eles abstenção da prática de atos que ferem os direitos dos indivíduos. Sendo assim pela inteligência do artigo 6ºCF: Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição. O que se percebe é que ao Estado cabe a responsabilidade de resguardar o mínimo existencial, valorizando seus cidadãos, uma vez que é o que a sociedade clama constantemente. Quando a sociedade nomeia seus representantes estão sempre vislumbrando melhor atendimento dos direitos fundamentais prestacionais à educação, saúde, moradia, trabalho, dentre outros. Portanto, ao discutir exclusão social, o que se vê, é que o cidadão encontra-se órfão de tudo aquilo que se espera do Estado, se vê enfraquecido, sem oportunidade de trabalho, sem moradia, com poucos recursos para alimentar-se e até para nutrir os seus (VELOS). A sociedade imensamente capitalista muitas vezes passa por cima desses “excluídos” como se fosse um trator. Afinal, a cada dia que se passa verifica-se a maior valorização do ter em detrimento do ser. Portanto, é assim que o indivíduo se vê, sugado por padrões que não consegue atender, sem trabalho, com baixa escolaridade, talvez com titulação porém com conhecimento insuficiente, para o mercado monstruosamente concorrido. De acordo com José Carlos Taveira (1998, apud TAVEIRA, 2002, p. 25) A exclusão se dá graças à ruptura de três grandes vínculos: econômicos – através do desligamento das relações de produção, sociais – através do afastamento de familiares e amigos, e simbólicos – através da renúncia dos sonhos acalentados e da introjeção dos valores que permeiam o meio social e relativos à inutilidade do excluído – qual seja, a [...]

**Palavras-Chave:** RESPONSABILIDADE, ESTADO, EXCLUSÃO SOCIAL





## EXECUÇÃO PENAL NO ESTADO DE ALAGOAS E SERGIPE

*Natan Aparecido dos Reis Costa Heitor Aparecido Alves - Libertas - Faculdades Integradas; Heitor Aparecido Alves - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** natanlopes@live.com

### RESUMO

Execução penal no Estado de Alagoas e Sergipe Na atual conjuntura que vive o sistema carcerário no País, podemos destacar dois Estados que tem pontos negativos e positivos sobre a aplicação da LEP (Lei de Execução Penal). Destacando primeiramente o Estado de Sergipe, onde podemos notar que não há efetividade por parte do Estado na aplicação da LEP, tampouco na sua fiscalização, o que contribui para um quadro degradante sobre a situação dos apenados pela superlotação dos presídios. A pedido da OAB-SE ao STJ, foi interdito o presídio São Cristóvão por motivo de não preservar o Princípio da Dignidade da Pessoa Humana e estar a beira de um colapso, o que poderia provocar uma rebelião. Nos dizeres do presidente da OAB-SE, Henry Clay, 30% dos presos não deveria estar trancafiados por se tratar de presos provisórios, e que o Estado deveria adotar medidas alternativas para presos que cometeram crime de menor potencial ofensivo. Também criticou a falta de políticas públicas e a não priorização da ressocialização do apenado, e comentou que a OAB-SE fará um mutirão carcerário para ingressar com Habeas Corpus em favor dos presos que cometeram crime de menor potencial ofensivo. No tocante ao sistema carcerário e a LEP, no Estado de Alagoas pode-se identificar boas práticas na sua execução. O Estado de Alagoas utiliza o método APAC – Associação de Proteção e Assistência aos Condenados, através de um estabelecimento, na capital do estado, devidamente instituído por estatuto, como entidade civil, sem fins lucrativos, formada por um grupo de 32 membros. A APAC presta todos os tipos de assistências aos presos, tais como assistência religiosa, jurídica, material, social, educacional e medicamentosa.

**Palavras-Chave:** EXECUÇÃO, EFETIVIDADE, APENADO





## INTERDIÇÃO CIVIL E CURATELA: ANÁLISE SOBRE A POSSIBILIDADE DA FLEXIBILIZAÇÃO DA CURATELA PARA O PSICOPATA HOMICIDA

*Ana Paula de Faria - Libertas - Faculdades Integradas; Maria do Carmo Lopes Toffanetto Rossitto Bassetto - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** kityefaria@gmail.com; m.toffanetto@gmail.com

### RESUMO

Interdição Civil e Curatela: Análise sobre a Possibilidade de Flexibilização da Curatela para os Psicopatas Homicidas O presente trabalho busca abordar uma questão sem previsão legal (apenas jurisprudencial) quanto ao tratamento adequado a ser utilizado nos casos do psicopata homicida e sua punibilidade no atual sistema penal brasileiro. Evidentemente, será traçado o perfil do indivíduo que tem esse Transtorno de Personalidade Antissocial, mostrando que não é uma doença mental (não existe cura ou tratamento apropriado), logo, não poderá ser ressocializado. O sistema Carcerário Brasileiro continua precário e desorganizado, contradizendo a própria Carta Magna e ferindo o princípio fundamental mais importante, a dignidade da pessoa humana. Se já existe essa grande falha para acomodar um detento comum nas penitenciárias brasileiras por conta de falta de estrutura e superlotação, imagina dar tratamento necessário para conter um sociopata? Os psicopatas não aprendem com punições e são reincidentes nos crimes, por isso a urgente necessidade de soluções e alternativas para a política criminal. A psicologia jurídica e a psiquiatria forense serão abordadas no que compete na amostra de material necessário para o desenvolvimento da pré-solução penal, no estudo de comportamento desses indivíduos portadores de distúrbios de personalidade. Abordaremos, ao final, a solução encontrada pelo STJ, denominada flexibilização da curatela.

**Palavras-Chave:** PSICOPATIA; INTERDIÇÃO; CURATELA, FLEXIBILIZAÇÃO; DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA





## MAIS IMPOSTO, MENOS RECEITA: A IMPLICAÇÃO DA CURVA DE LAFFER NO SISTEMA TRIBUTÁRIO BRASILEIRO

*Pedro Luis Rodarte GULKE - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** pedrorodarteg@hotmail.com

### RESUMO

A curva de Laffer ilustra que há um ponto onde aumentar imposto resulta na diminuição no recolhimento. Imaginemos um imposto de zero por cento, isso levaria a arrecadação de zero reais uma vez que qualquer número multiplicado por zero iguala zero; agora imaginemos que o imposto é de cem por cento, a arrecadação também seria zero uma vez que isso resultaria no colapso total da economia. Assim, Laffer sugere que entre zero por cento e cem por cento existe um limite de tributação que caso ultrapassado resultaria na diminuição de arrecadação de receitas pública. (GROSECLOSE, 2014) Há, todavia a discussão sobre onde exatamente fica o ponto mais elevado na Curva de Laffer. Recentemente, uma pesquisa divulgada Christina Romer, conselheira econômica de Barack Obama, publicado no The American Economic Review, uma das mais bem-conceituadas revistas econômicas americana, sugere que índice ideal para garantir o máximo de arrecadação é de trinta e três por cento (ROMER e ROMER, 2010, apud GROSECLOSE, 2014). Assim, aparenta ser razoável afirmar que o nível máximo da curva de Laffer na faixa dos trinta e três por cento. Já os brasileiros são compelidos a pagarem mais de trinta e três por cento de imposto desde o ano 2000. Sendo que em 2007 os brasileiros trabalharam cinco meses do ano só para pagarem tributos, ou seja, o governo brasileiro exige quarenta e três por cento de tudo que é produzido pela população. (IBPT, 2017) Assim, de um ponto de vista do direito administrativo e do interesse público, o teto do imposto deveria ser limitado a trinta e três por cento, uma vez que, economicamente falando, uma taxa maior que tal limite resulta em uma arrecadação menor.

**Palavras-Chave:** CURVA DE LAFFER; DIREITO TRIBUTÁRIO; ECONOMIA; IMPOSTO; RECEITA PÚBLICA.





## MEDIAÇÃO DE CONFLITOS

*Dayane Cristina costa Souza e Jane Ribeiro Gonçalves - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** Dayy\_ccosta@hotmail.com

### RESUMO

Mediação de Conflitos A mediação é um mecanismo de solução de conflitos, no qual um terceiro imparcial e com capacitação adequada facilita a comunicação entre as partes, sem propor ou sugerir quanto ao mérito, possibilitando o diálogo participativo, efetivo e pacífico, permitindo-se a construção de uma solução satisfatória pelas próprias partes. A mediação possibilita, por meio de técnicas próprias, utilizadas pelo mediador, a identificação do conflito real vivenciado, suas possíveis soluções. Os princípios da mediação de conflitos apresentam variações, mas alguns possuem um consenso entre os estudiosos: liberdade das partes, não competitividade, poder de decisão das partes, participação de terceiro imparcial, competência do mediador, informalidade do processo, confidencialidade e sigilo no processo. Durante o processo de mediação o respeito aos princípios é fundamental para a condução adequada e eficaz. As pessoas devem ser livres para escolher o processo de mediação e possuir o poder de decisão durante o processo. Para que o mediador facilite o diálogo é indispensável que ele seja imparcial e capacitado, devendo ser escolhido ou aceito pelas partes, permitindo que o processo seja conduzido com informalidade, sigilo e confidencialidade. A mediação objetiva, por suas características, além da solução de conflitos, a manutenção e o restabelecimento de vínculos e a pacificação das relações individuais e coletivas. Conforme esse raciocínio, explica Vezzulla, o conflito é definido como “querer assumir posições que entram em oposição aos desejos do outro, que envolve uma luta pelo poder e que sua expressão pode ser explícita ou oculta atrás de uma posição ou discurso encobridor”. Na mediação, os conflitos passam por um processo que vai além da sua resolução e que promove a pacificação das relações sociais.

### Palavras-Chave:





## NOÇÕES FUNDAMENTAIS SOBRE A LEI 9.296/96 - LEI DE INTERCEPTAÇÃO DE COMUNICAÇÕES TELEFÔNICAS

*Larissa Rosa Alves - Libertas - Faculdades Integradas; Rafael Queiroz da Silva - Libertas - Faculdades Integradas; Flávio Augusto Maretti Sgrilli Siqueira - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** laah\_alves2@hotmail.com; mestrequeiroz@hotmail.com; flavioaugustos@yahoo.com.br

### RESUMO

Em 24 de julho de 1996 foi sancionada a Lei nº 9.296, que dispõe sobre a normatização da interceptação de comunicações telefônicas durante a investigação criminal bem como durante a instrução processual penal. De acordo com referida lei, não poderá ser utilizado este meio de prova nos termos do Art. 2º, quando “I - não houver indícios razoáveis da autoria ou participação em infração penal; II - a prova puder ser feita por outros meios disponíveis; e III - o fato investigado constituir infração penal punida, no máximo, com pena de detenção”. Nos termos da lei poderá a interceptação ser determinada de ofício pelo Juiz, a pedido do Ministério Público ou da Autoridade Policial. Conforme estudado em sala, de tudo que for colhido na interceptação será analisado e transcrito somente o necessário para construir a prova, deixando de lado assuntos pessoais irrelevantes ao caso e se encontrados indícios de autoria de outro crime diverso do alvo das investigações, estes não serão descartados constando na transcrição para eventual apuração. O prazo de duração das interceptações é de quinze dias, prorrogável por igual período desde que comprovada sua necessidade. A lei estabelece no Art. 10 que “constitui crime realizar interceptação de comunicações telefônicas, de informática ou telemática, ou quebrar segredo da Justiça, sem autorização judicial ou com objetivos não autorizados em lei”. Neste contexto é de extrema importância que se siga as regras de que trata a lei, visto que a interceptação não é um tipo de prova que possa ser feita de qualquer forma tendo rito próprio, sob pena de em havendo descumprimento deste ser a prova considerada nula, bem como tudo que dela for derivado em face da teoria da árvore dos frutos envenenados. Importante ainda ressaltar que apesar da Lei nº 13.245/16, que dispõe sobre a normatização da atuação do advogado durante a investigação criminal, o advogado do indiciado ou do acusado não poderá ter conhecimento da interceptação durante sua coleta, senão esta perderia seu objetivo, devendo este tipo colheita de provas correr em sigilo de justiça. Referida lei estabelece parâmetros para que sejam coletadas provas contra uma pessoa indiciada ou denunciada, provas estas que não poderiam ser obtidas por outro meio, ficando assim demonstrada sua incontestável necessidade, regulamenta ainda uma forma de se ferir um direito fundamental, porém por um motivo justo a tornando legal e aplicável nas investigações criminais e na instrução processual penal.

**Palavras-Chave:** INTERCEPTAÇÃO TELEFÔNICA, INVESTIGAÇÃO CRIMINAL E INSTRUÇÃO PROCESSUAL PENAL.



## O COMPROMETIMENTO DO ORÇAMENTO PÚBLICO FACE À DÍVIDA PÚBLICA

ALAN SANTOS RIBEIRO - *Libertas - Faculdades Integradas*; LETICIA DE PAULA SOARES - *Libertas - Faculdades Integradas*

E-MAIL: alanribeirodireito@gmail.com

### RESUMO

Na clássica definição de Aliomar Baleeiro, orçamento é “o ato pelo qual o Poder Legislativo prevê e autoriza ao Poder Executivo, por certo período e em pormenor, as despesas destinadas ao funcionamento dos serviços públicos e outros fins adotados pela política econômica ou geral do país, assim como a arrecadação das receitas já criadas em lei. E, segundo definição de Hely Lopes Meirelles: “Despesa é todo dispêndio que a Administração faz para custeio de seus serviços, remuneração dos servidores, aquisição de bens, execução de obras e serviços e outros empreendimentos necessários à consecução de seus fins”. Nesse sentido, a despesa é vista como parte do orçamento, ou seja, aquela em que se encontram classificadas todas as autorizações para gastos com as várias atribuições e funções governamentais. Forma, por outras palavras, o complexo da distribuição e emprego das receitas para custeio dos diferentes setores da administração. Já, a Dívida Pública Federal (DPF) é a dívida contraída pelo Tesouro Nacional para financiar o déficit orçamentário do Governo Federal, nele incluído o refinanciamento da própria dívida, bem como para realizar operações com finalidades específicas definidas em lei. De acordo com os números oficiais do próprio Ministério da Fazenda, o estoque total da dívida pública federal em poder do público atingiu a marca de R\$ 3,36 trilhões em junho de 2017. Esse valor representou um crescimento significativo ao longo de 12 meses. Há exatamente um ano, o estoque dessa dívida estava no nível de R\$ 2,96 tri. Isso significa que houve um crescimento de R\$ 400 bi no período. Antes de quaisquer conclusões apressadas a respeito de um suposto gigantismo nos números, é importante registrar que a existência de dívida pública não é nenhum problema em si. Antes, pelo contrário, o processo de endividamento público pode se traduzir em importante instrumento de política econômica. Mas o governo arrecada o suficiente para pagar a dívida? Não. Ficando o total arrecadado em impostos abaixo da dívida pública total, é necessário fazer um ajuste fiscal. Como pode ser feito esse ajuste? Aumentando as receitas ou reduzindo as despesas. O aumento das receitas é sentido no bolso do cidadão, pois envolve a elevação dos impostos em produtos de vários setores da economia, além de ocorrer na forma de privatizações. Já a redução das despesas implica no corte de diversos gastos em serviços públicos essenciais, além de menor nível de investimento em obras importantes,

**Palavras-Chave:** COMPROMETIMENTO; ORÇAMENTO PÚBLICO; DÍVIDA PÚBLICA





## O CONCURSO DE PESSOAS NO CRIME DE INFANTICÍDIO E SUA PUNIBILIDADE

*Patrícia Silva - Libertas - Faculdades Integradas; Michele Cia - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** patybueno\_ssp@hotmail.com; michelecia@libertas.edu.br

### RESUMO

O crime de infanticídio encontra-se previsto no artigo 123 do Código Penal, é um tipo de homicídio doloso tendo como vítima o nascente e como sujeito ativo a própria mãe. No entanto, este tipo penal não é uma forma privilegiada de homicídio, mas sim um crime próprio específico e a sua prática se dá sob a influência do estado puerperal, concretizando-se durante ou logo após o parto. O estado puerperal é um estado médico sobre a qual a medicina hoje muito se diverge, tem que ser reconhecido mediante perícia médica não sendo presumido. Juridicamente, não vislumbramos impedimento a existência do concurso de pessoas no crime de infanticídio, conforme disposição do artigo 29 do Código Penal, apesar da grande divergência instaurada entre estudiosos, permeando discussões doutrinárias existentes no que se refere à pena a ser imposta aquele que concorre para o crime de infanticídio juntamente com a mãe devido à comunicabilidade ou não da elementar “influência do estado puerperal”, uma vez que quem comete este crime deve estar sobre a influência deste estado puerperal.

**Palavras-Chave:** INFANTICÍDIO; CONCURSO DE PESSOAS; INFLUÊNCIA DO ESTADO PUERPERAL; COMUNICABILIDADE.



## O DIREITO À SAÚDE E A RESERVA DO MÍNIMO POSSÍVEL: UM PARADOXO NAS MÃOS DO PODER JUDICIÁRIO

SUELI APARECIDA DE SOUZA - *Libertas - Faculdades Integradas*; MARCO CÉSAR DE CARVALHO - *Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** [sueli\\_caproni@yahoo.com.br](mailto:sueli_caproni@yahoo.com.br)

### RESUMO

O mundo jurídico, tanto no Brasil como em outros países, vem acompanhando um movimento massivo atinente à busca da efetivação de prerrogativas presentes na Constituição de cada Estado que, cada vez mais, deixa de ser uma mera carta de intenções. Assim, muitas vezes, há necessidade da atividade estatal para se garantir tais direitos, pois sem essa atuação, milhares de cidadãos permaneceriam indefinidamente afastados dessas prerrogativas. Trata-se, portanto, da busca da igualdade substancial e material. A grande questão é que a garantia da igualdade tem se mostrado um desafio aos Estados modernos, pois as desigualdades sociais têm se tornado cada vez mais latentes e discrepantes. Por outro lado a conscientização dos próprios direitos tem feito, atualmente, com que a sociedade civil pressione os governantes por soluções. Com isso, ao mesmo tempo, o Estado passa a ter maiores custos e precisa, então, equalizar este custeio com o orçamento disponível. Todavia, o cidadão, por si só, não tem condições de reequilibrar concretamente a consecução destas garantias e, assim, há a necessidade de se buscar um suporte jurídico como recurso para a efetivação de direitos básicos e indisponíveis que, por vezes deixam de ser efetivados. Assim sendo, o Poder Judiciário passa a ser o veículo de efetivação de tais direitos, entre os quais o direito social à saúde, garantido constitucionalmente. Hodiernamente o acesso à Justiça tem garantido o direito ao hipossuficiente, ao mesmo tempo em que tem abarrotado o Judiciário com questões que poderiam ser resolvidas administrativamente. Portanto a busca pelo equilíbrio deve ser uma constante. Assim, em consonância com o pensamento de Ingo Wolfgang Sarlet, percebemos a estrita necessidade de se superar extremos. Constata-se que da mera programaticidade das normas à abusividade dos pedidos pretendidos, ou, em outras palavras, da falta de efetividade à judicialização excessiva, um longo caminho deverá ser percorrido para se chegar ao chamado “justo meio” no qual haja um equilíbrio entre o respeito ao princípio da dignidade da pessoa humana em seu direito à saúde em concomitância com uma menor onerosidade para o Estado, com o fim de não inviabilizar a concretização de outras ações na saúde pública.

**Palavras-Chave:** DIREITO À SAÚDE. JUDICIALIZAÇÃO. DIREITOS FUNDAMENTAIS. MÍNIMO EXISTENCIAL. RESERVA DO POSSÍVEL





## O DIREITO DOS ANIMAIS: LIBERTAÇÃO ANIMAL

*Larissa Rigotti de Araújo - Libertas - Faculdades Integradas; Luiz Fernando Pimenta Gil -*

**E-MAIL:** larigotti92@gmail.com

### RESUMO

Há muitos anos o homem e o animal vem caminhando juntos, desde que o mundo é mundo, até os dias de hoje. O homem desde que aprendeu a domesticar os animais, passou a depender deste para seu cotidiano, desde a alimentação, ajuda na lavoura, meio de transporte, vestuário, e até mesmo na religião. Começou-se a discutir os maus tratos animais através dos pensadores, pois estes não entendiam como a humanidade poderia evoluir sem nem ao menos saber respeitar os outros seres vivos. Muitas religiões passaram a adorar os animais e os respeitarem até mesmo como seres divinos. Acreditavam que quem tratasse mal a um animal não era digno de ter uma vida próspera. Muitos acreditavam que se fossem pessoas muito boas, o seu espírito poderia voltar em forma de animal, já que para eles isto que era considerado o mais alto nível de evolução da alma, pois os animais eram considerados os seres mais puros. Na ciência também os animais foram peças chave, servindo de experimento para desenvolvimento de medicamentos, cosméticos, alimentos, entre outros. Hoje em dia surgiram leis especiais que punem os maus tratos, que por mais que ainda são brandas, são existentes. O abandono, a velhice e o comércio ilegal de animais silvestres tornam-se os mais cruéis tipos de maus tratos, visto que geram sofrimento demasiado. Precisa-se de leis mais eficazes para que esta minoria possa ter seus direitos resguardados mais arduamente, e que a penalidade seja mais séria, devendo caber prisão em regime fechado, não podendo ser trocada por benefícios e nem ser afiançável. As ONGs e instituições de defesa animal tem sido firme em cobrar do Legislativo normas eficazes e que elas deixem de ser meras propostas e passem a ser peças integrantes das leis.

**Palavras-Chave:** DIREITO DOS ANIMAIS; MAUS TRATOS; NORMAS EFICAZES; EVOLUÇÃO JURÍDICA.





## O EXAME ADMISSIONAL COMO EXPECTATIVA (OU NÃO) DE CONTRATAÇÃO

*Patricia Aparecida Santos GARCIA - Libertas - Faculdades Integradas; Marco Cesar de CARVALHO - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** patysantos1006@hotmail.com

### RESUMO

O objetivo deste trabalho é analisar o exame admissional e os efeitos jurídicos decorrentes quando da contratação ou não do empregado, ou seja, naquelas situações nas quais há desistência por parte do empregador justamente por ocasião daquele candidato que anteriormente se submetera ao exame admissional, pois, tal tema divide a posição de inúmeros juristas, logo, a intenção é a de se levantar aspectos relevantes e agregar valor acadêmico à discussão, eis que fonte inesgotável de amplo debate. Primeiramente faz-se mister tratar da pessoa central do tema, qual seja, o empregado, busca a partir da breve evolução histórica no Brasil. Em seguida, compreender as dimensões do contrato de trabalho, quais sejam, o conceito; as características; a forma e natureza, os sujeitos da relação trabalhista; princípios; tipos de contratos, as fases e o importância do pré-contrato na relação jurídica entre os contraentes. Após, aborda linhas gerais sobre algumas estatísticas referente ao emprego. Ao final, será desenvolvida a expectativa ou não da contratação, apresentando-se inicialmente, a distinção quanto ao direito adquirido; a responsabilidade do empregador; a aplicação da Teoria da Perda de Uma Chance nos casos concretos; dos possíveis danos morais causados no momento da ruptura injustificada (ou não contratação) do pacto laboral e as decisões jurisprudenciais tanto favoráveis quanto contrárias.

**Palavras-Chave:** EXAME ADMISSIONAL, EXPECTATIVA, CONTRATAÇÃO



## O FUNDO DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS COMO INSTRUMENTO DE REALIZAÇÃO DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

*Emily Formagio de Souza - Libertas - Faculdades Integradas; Monica de Pádua Carvalhaes - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** emilyformagio@outlook.com; monicapaduac@hotmail.com

### RESUMO

O Estado existe para compreender os interesses de sua coletividade. Por este motivo, podemos considerar que o Estado nada mais é do que uma grande associação. As preferências do Estado são definidas pela política, sendo muito difícil atingir a todas de uma vez só em razão da escassez de suas finanças, que se dispõem de acordo com o que é arrecadado na sociedade. É fundamental verificar que o funcionamento do Estado conduz à existência de uma atividade financeira consistente na obtenção de recursos e, a partir daí, torna possível a existência das demais atividades. A atividade financeira do Estado é representada pelas ações que o Estado desempenha objetivando à obtenção dos recursos necessários ao seu sustento e a respectiva realização de gastos voltados a execução das necessidades públicas. Essa atividade financeira do Estado depende de três elementos essenciais, que são: a elaboração do orçamento público, como peça delimitadora das receitas e despesas públicas, inerentes a um certo período; Ex: LDO; as formas, condições e limites de obtenção de receitas para fazer frente às despesas fixadas; e as formas, condições e limites de gasto do dinheiro público, bem como, os métodos de aplicação e dispêndio das respectivas despesas públicas. O orçamento é o instrumento administrativo de competência do Presidente da República, que deverá ser posteriormente submetido à aprovação do Congresso Nacional. Este, tem como finalidade principal fazer o planejamento das receitas e despesas com o intuito de proporcionar um equilíbrio entre ambas. Feito em todos os entes federativos, o chefe do Executivo não poderá gastar mais do que estava previsto no orçamento, salvo nos casos de créditos suplementares ou adicionais. Já as despesas, são os gastos que serão realizados pelo Estado para atender as necessidades da população em relação à realização de serviços como a Saúde, Educação, Transporte, Saneamento básico e o efetivo exercício do poder de polícia como a segurança. Os Direitos Fundamentais, ou Liberdades Públicas ou Direitos Humanos é estabelecido como complexo de direitos e garantias do ser humano, da qual o objetivo essencial é o respeito a sua dignidade, junto a proteção ao poder estatal e a garantia das condições mínimas de vida e desenvolvimento do ser humano, sendo assim, busca garantir ao ser humano, o respeito à vida, à liberdade, à igualdade e a dignidade.

**Palavras-Chave:** ESTADO; ORÇAMENTO; RECEITAS; DESPESAS





## O IMPACTO DA MÍDIA TELEVISIVA COMO APARELHO IDEOLÓGICO NOS JULGAMENTOS DE CRIMES DOLOSOS CONTRA A VIDA

*BIANCA MARQUES OLIVEIRA CANDIANI - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** biancandiani@gmail.com

### RESUMO

O presente trabalho de pesquisa monográfica, em um primeiro momento busca expor a finalidade do Direito Penal e seus objetivos básicos. Em seqüência busca analisar o procedimento do Tribunal do Júri, bem como seus princípios norteadores. Ademais, é feita uma análise sobre o nascimento da imprensa e a introdução da mídia televisiva na sociedade brasileira e conseqüentemente se existe uma influência midiática sensacionalista sobre o juízo de valoração dos jurados, que são responsáveis pelo veredicto nos julgamentos de crimes dolosos contra a vida, bem como, analisa se há uma violação do princípio da presunção de inocência do acusado. A presente pesquisa será de cunho explicativo. O método que embasa este trabalho é o hipotético-dedutivo. O delineamento da pesquisa será feito por meios bibliográficos através de livros, doutrinas, revistas, artigos contidos na internet, etc.

**Palavras-Chave:** INFLUÊNCIA DA MÍDIA, CRIMES DOLOSOS, DIREITO PENAL



## O TRATAMENTO ALTERNATIVO DE RESÍDUOS SÓLIDOS E A PÁTRIA LEGISLAÇÃO AMBIENTAL

*Daniel Aparecido Souza - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** danielsouza.souza@outlook.com

### RESUMO

É cediço que hodiernamente em nosso país o destaque e a luta pelos direitos alcança patamares inimagináveis, contudo, o grande problema e a grande luta da sociedade no século XXI é justamente pugnar pelo caminho à evolução, ao desenvolvimento e equilíbrio ecológico pelo viés da sustentabilidade, razão pela qual a proteção ambiental está em voga no cenário jurídico nacional e internacional. Neste sentido, no Brasil nossa Carta Maior de 1988, mais precisamente em seu artigo 225 instituiu a garantia de que nós, brasileiros e estrangeiros que aqui residem, temos o direito de dispormos de um meio ambiente ecologicamente equilibrado. Legislações infraconstitucionais a exemplo da Lei 12.305/2010 definem os resíduos sólidos e semissólidos, mas apesar de formalmente discriminados, pouco temos acerca de modelos de gestão e efetiva implantação destes resíduos. O presente trabalho possui como núcleo temático a problemática dos resíduos semissólidos domiciliares produzidos no campo, isto é, distantes das estações de coleta e tratamento de água e esgoto (ETE'S), os quais são dispostos inadequadamente em fossas negras, em cursos de água ou mesmo a céu aberto, tornando um dos precípuos problemas relacionados a contaminação dos recursos naturais bem como os principais causadores de reações patológicas na sociedade. Nesta esteira, um projeto que está sendo implantado em fazendas, sítios, pequenas propriedades rurais como alternativa a fossa negra, chamado de fossa séptica biodigestora. O projeto é de simples implantação e manuseio, sendo também de um baixo custeio, aliando a objetividade a praticidade. A dinâmica é simples, são 3 caixas d'água instaladas de maneira estratégica, onde a primeira receberá o resíduo semissólido da residência; deposita-se um (1) litro de esterco bovino para cada dez litros de água a ser tratada, ocorrerá a biodigestão dos resíduos, ao chegar na segunda caixa já estará 70% livre de coliformes fecais e ao atingir a terceira caixa, estará 100% livre dos coliformes, podendo e devendo ser reutilizada para rega de plantas, pastos e outras culturas que não sejam de natureza alimentícia, e o melhor, une-se saúde pública e utilidade pública à sustentabilidade; é um projeto que não existe margem para pontos negativos, não se conhece neste projeto pontos negativos, apenas a positividade de tratar das pessoas e do meio ambiente de maneira digna e eficaz.

**Palavras-Chave:** SUSTENTABILIDADE; CONSTITUIÇÃO FEDERAL; LEI 12.305/2010; LEGISLAÇÃO AMBIENTAL





## OS ACORDOS DE LENIÊNCIA À LUZ DA LEI ANTICORRUPÇÃO: UMA VISÃO ADMINISTRATIVA DE SEUS EFEITOS NO SISTEMA JURÍDICO BRASILEIRO

*Sarah de Pádua Abrão - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** sarahdepaduaabrao@gmail.com

### RESUMO

A corrupção infelizmente é uma característica marcante quando se trata do Brasil. E isso se confirma mais quando analisamos a história deste país vasto com dimensões continentais. Em detrimento deste detestável fato, há que se convir que a justiça teve que caminhar junto com seu avanço com o objetivo de coibi-lo. Deste modo, foram sendo criados vários mecanismos de repressão a corrupção, os quais, dentre todos, se situa a Lei Anticorrupção, nº 12.846/2013, que regulamenta, entre outras coisas, os acordos de leniência. Esse instrumento é utilizado principalmente para reprimir condutas ilícitas de pessoas jurídicas que lesem a Administração Pública. Sendo assim, o ponto chave desse trabalho é avaliar a efetividade deste dispositivo frente à seara administrativa.

**Palavras-Chave:** CORRUPÇÃO; LEI ANTICORRUPÇÃO; DIREITO ADMINISTRATIVO; ACORDOS DE LENIÊNCIA; EFETIVIDADE.



## OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DO TRABALHO E A INCONSTITUCIONALIDADE DA TERCEIRIZAÇÃO DA ATIVIDADE

*Débora R. Mavel Candido Marques - Libertas - Faculdades Integradas; Michele Cia - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** deboramavel@yahoo.com.br

### RESUMO

O presente trabalho visa a análise de constitucionalidade da possibilidade de terceirização da atividade-fim, que pretenda regulamentar a figura da terceirização permitindo que esta se dê no conjunto das atividades empresariais, bem como analisar se esta poderia equivaler à autorização do ingresso da figura da intermediação de mão de obra no ordenamento jurídico brasileiro. Nesses termos, o trabalho se desenvolve por meio da análise histórica, normativa e jurisprudencial da terceirização, perpassando pelos seus efeitos sob a classe trabalhadora. Na sequência, desenvolve-se a conceituação e aplicabilidade dos seguintes princípios constitucionais do trabalho: da Valorização do Trabalho, da Justiça Social, da Função Social da Empresa e da Dignidade da Pessoa Humana. E, por fim, busca-se concluir pela inconstitucionalidade ou não do modelo de terceirização proposto no artigo 4º, §2º, do Projeto de Lei n. 4.330/04 e no artigo 4º-A, §1º e §2º da Lei n. 13.429, de 31 de março de 2017, os quais, ante a possibilidade de aprovação do primeiro e recente aprovação da segunda, configuram-se como os mais relevantes textos atuais que tratam do tema terceirização.

**Palavras-Chave:** TERCEIRIZAÇÃO, ATIVIDADE-FIM, PRINCÍPIOS, INCONSTITUCIONALIDADE.





## OS REFLEXOS NO DIREITO SUCESSÓRIO DA REPRODUÇÃO ASSISTIDA HOMÓLOGA POST MORTEM

*Layne Dielly Vidigal - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** laynevidigal@hotmail.com

### RESUMO

O concebido post mortem afigura-se em um limbo jurídico no que tange ao direito sucessório, eis que há muitas dúvidas se esses herdeiros deveriam possuir direito à sucessão. Juridicamente, a doutrina civilista contrapõe-se no sentido de que os concebidos após a morte do pai deveriam ter direito à sucessão, enquanto outros entendimentos comungam a tese do direito apenas à sucessão testamentária. Neste mister, torna-se premente a formulação de legislação própria definindo o prazo da concepção póstuma, pois assim os direitos desses novos herdeiros estariam mais delineados e as dúvidas pertinentes ao tema seriam sanadas, ao mesmo tempo que os demais herdeiros não seriam prejudicados pela atual ausência de previsão temporal de aludida concepção. Atualmente, preleciona o artigo 1.798 do Código Civil, que somente as pessoas nascidas ou já concebidas no momento da abertura da sucessão é que seriam legítimas à sucessão, vislumbrando-se que a inseminação póstuma não está prevista legalmente, demandando a adoção de critérios hermenêuticos do aplicador do direito face aos princípios da Constituição Federal, razão pela qual, pugnamos pela urgente necessidade de regulamentação legislativa no que se refere aos procedimentos de reprodução, procriação medicamente assistida.

**Palavras-Chave:** DIREITO SUCESSÓRIO; REGULAMENTAÇÃO LEGISLATIVA; PROcriação MEDICAMENTE ASSISTIDA



## POLUIÇÃO SONORA: UM ESTUDO DOS INSTRUMENTOS LEGAIS PARA SUA PREVENÇÃO E REPRESSÃO

ANGELICA MATOS DA SILVEIRA - *Libertas - Faculdades Integradas*; SILVANA MARQUES - *Libertas - Faculdades Integradas*

E-MAIL: ANGELICAMATOSSILVEIRA@GMAIL.COM

### RESUMO

Diante da degradação ambiental decorrente das atividades que produzem ruído, com seus efeitos nocivos a saúde humana, buscam-se meios jurídicos para coibir esse dano tão presente na vida moderna, diante de fatores como: o crescimento das cidades, a aglomeração de pessoas, a industrialização, as festas particulares, os sons automotivos, shows, casas de festas, o trânsito dos automóveis, as construções e até eventos sociais promovidos pelo Poder Público, tornando a poluição sonora como uma epidemia. Os efeitos a saúde causados pela poluição sonora são devastadores, tanto, físicos quanto psicológicos. Percebe-se a omissão do Estado, e conseqüentemente, a falta de planejamento, repressão, conhecimento e percepção dos danos à saúde que a poluição pode causar tornando-se necessária urgência para solução de um fato tão relevante nos dias de hoje. A partir dessa premissa, busca-se no ordenamento jurídico brasileiro, com apoio na doutrina e jurisprudência, todo um aparato para mudar a realidade atual. Verificam-se na Constituição Federal as ordens pertinentes ao tema, no Direito Ambiental os princípios, os instrumentos de política urbana para o combate a poluição sonora e o poder de polícia ambiental. Aborda-se a importância da ação civil pública e popular como recursos eficazes. E a análise da poluição sonora como crime, estatuído no artigo 54 da lei 9.605/98, e também como contravenção penal, conforme previsto, no artigo 42 da lei 3.688/41. Logo, é notória, a existência de meios no direito para solucionar o problema, o que falta é ação.

**Palavras-Chave:** DIREITO AMBIENTAL; POLUIÇÃO SONORA; PREVENÇÃO; REPRESSÃO.



## PRECEDENTES JUDICIAIS E SEGURANÇA JURÍDICA NO DIREITO BRASILEIRO

*Matheus Rodrigues Esterci - Libertas - Faculdades Integradas; Marco César de Carvalho - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** teoesterci56@outlook.com; marco\_cdo@hotmail.com

### RESUMO

Resumo: A partir da introdução de certos mecanismos de precedentes de cunho obrigatório pelo Código de Processo Civil de 2015 faz-se necessário o estudo do mesmo enquanto fonte de direito desde suas raízes no direito dos costumes até os dias atuais num sistema de direito positivo hierárquico. Sendo o objetivo do presente contextualizar o precedente ao cenário pátrio far-se-á seu estudo com base nos princípios de otimização constantes da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988. Pretende-se uma conclusão que abarque um possível cenário de risco ao princípio da segurança jurídica e outros, essenciais ao Estado Democrático de Direito.

**Palavras-Chave:** DIREITO, CONSTITUIÇÃO, JURISDIÇÃO, PRECEDENTES, PROCESSO CIVIL.



## PRECEDENTES JUDICIAIS: APLICAÇÃO, ELEMENTOS E CONCEPÇÕES DO TERMO.

*Guilherme Sabi de Mello Antunes - Libertas - Faculdades Integradas; Vanessa Dutra Pereira de Jesus Silva - Libertas - Faculdades Integradas; Marco Cesar de Carvalho - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** guilhermesabi@gmail.com; vanessa.dutrassp@hotmail.com; marcoesar\_cdo@hotmail.com

### RESUMO

Notamos a crescente influência do Common law no ordenamento jurídico brasileiro, originalmente baseado na lei, o que pode ser verificado na elaboração do Novo Código de Processo Civil. O maior reflexo do Direito baseado nos costumes está nos precedentes judiciais sendo adotado cada vez mais pela legislação, buscando assim uma maior segurança jurídica e mais rapidez no processo. Surge assim a figura dos precedentes judiciais e do stare decisis que tem origem inerente à teoria declaratória do Direito, onde os julgadores do sistema Common Law se baseiam nas decisões anteriores para atuarem em um novo caso concreto. A maior diferença entre os precedentes no Civil Law e no Common Law é que no primeiro os precedentes servem como forma de complementação para a aplicação da lei ao caso concreto não vinculando o julgador a decidir conforme o caso anterior, salvo no caso de Súmula Vinculante, é esse o fator chave na discussão, pois é assim que surgem decisões diferentes de casos idênticos julgados pelo mesmo tribunal. Um sistema que adota a lei como fonte primária de direito carrega com si o ônus da interpretação errônea do julgador é daí que se extrai a importância da consolidação dos precedentes judiciais como forma de evolução, uniformização e compatibilização das normas e do direito dentro do ordenamento jurídico fazendo com que casos semelhantes sejam julgados de maneira semelhante. Quando um precedente judicial tem forma de espécie normativa de caráter obrigatório e deve ser utilizado pelos magistrados em suas decisões é chamado de stare decisis, tal precedente é elaborado por um Tribunal Superior e deve obrigatoriamente ser adotado pelos órgãos inferiores nos seus julgados. Dentro do ordenamento que onde se adota o common Law existe alguns institutos como o "overruling" que é a superação de um precedente normativo de maneira expressa ou tácita e o "distinguishing", que ocorre quando o caso concreto em julgamento apresenta particularidades que não permitem aplicar adequadamente a jurisprudência do Tribunal pacificada em um precedente normativo. Cabe evidenciar a importância da utilização dos precedentes judiciais pela sua capacidade de fornecer uma uniformização do direito através da coerência na aplicação das leis no Civil Law e na aplicação dos Costumes no caso do Common Law, a utilização dos precedentes gera uma unidade para o sistema no qual são utilizados, dando assim uma maior segurança jurídica para todos.

**Palavras-Chave:** PRECEDENTES; STARE DECISIS; OVERRULING; DISTINGUISHING; CONCEPÇÕES.





## REFUGIADOS AMBIENTAIS À MARGEM DO DIREITO INTERNACIONAL

*Rosilda Martins Borges de Souza - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** rosildaborges2009@hotmail.com

### RESUMO

A presente pesquisa tem como objeto o estudo sobre as condições dos haitianos no Brasil ante a questão do refugio ambiental, a questão legal e a dignidade dos deslocados ambientais. O objetivo é analisar o tratamento concedido aos haitianos no Brasil, tanto no âmbito legal, em relação ao visto de permanência concedido por meio do "visto humanitário", como também no âmbito de políticas públicas, para analisar se a dignidade da pessoa humana está sendo respeitada, pesquisa dividida em quatro capítulos. No primeiro capítulo há uma reflexão sobre os Deslocamentos Humanos numa abordagem histórica relatando desde a pré-história até a contemporaneidade. No segundo capítulo são abordados o posicionamento acerca dos "Princípios Constitucionais e do Direito Internacional acerca dos Deslocamentos Humanos". No terceiro capítulo fará descrição da evolução legislativa e no quarto capítulo relatar-se-á sobre a Problemática dos "Deslocados Ambientais", a realidade dos haitianos no Brasil, deve ser considerada a partir da ideia fundamental da dignidade da pessoa humana e as políticas públicas ofertadas a eles dão condições de se atingir este objetivo. Quanto à metodologia, o Trabalho de Conclusão de Curso foi exposto por meio da pesquisa bibliográfica.

**Palavras-Chave:** REFÚGIO AMBIENTAL, VISTO HUMANITÁRIO; HAITIANOS



## RELEITURA DO PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO SOBRE O PRIVADO À LUZ DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

*Elisângela Silva Costa Lauro - Libertas - Faculdades Integradas; Humberto Luis Versola - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** elisangela\_costa\_ssp@hotmail.com; humberto.versola@yahoo.com.br

### RESUMO

O princípio da supremacia do interesse público sobre o privado é considerado um dos princípios basilares do Direito Administrativo. O interesse público é o objetivo fim do Estado, todos os atos administrativos devem estar pautados para esta finalidade, ou seja, atender ao interesse da coletividade. Tais atos abrangem o poder de polícia, poder discricionário, os processos desapropriatórios, dentre outros. Ademais, o princípio da supremacia do interesse público sobre o privado tem suas raízes no Estado Absolutista, arbitrário, onde constituía a irresponsabilidade do Estado com seus povos. Destarte, diante da evolução histórica da sociedade, surgem diversas conquistas, constituindo o Estado Social e Democrático de Direito com fundamento nos paradigmas da dignidade da pessoa humana, dos direitos fundamentais, da democracia participativa e da cidadania inclusiva. Diante deste contexto, o regime jurídico administrativo e o exercício do poder político somente alcançam sentido quando relacionados à supremacia da dignidade humana, que se constitui como um dos fundamentos do Estado Democrático de Direito, de acordo com a Constituição da República Federativa de 1988. Assim, os direitos fundamentais surgem como elemento normativo ao poder do Estado. Portanto, é de suma importância a releitura do princípio em análise e a sua aceção diante do ordenamento atual, utilizando-se de critérios de ponderação em caso de conflitos entre o interesse público e direitos fundamentais.

**Palavras-Chave:** DIREITOS FUNDAMENTAIS; PRINCÍPIO DA SUPREMACIA DO INTERESSE PÚBLICO; PONDERAÇÃO DE INTERESSES.





## RESPONSABILIDADE CIVIL: ABANDONO AFETIVO E MATERIAL DOS FILHOS PARA COM OS PAIS IDOSOS

*Laís Acerbi Belo Lovo - Libertas - Faculdades Integradas; Luiz Fernando Pimenta Gil -*

**E-MAIL:** laislovo@hotmail.com

### RESUMO

Com o aumento da população idosa se fez necessário criar políticas públicas e direitos essenciais para fornecer e atender as necessidades dos idosos, proporcionando-lhes uma vida digna. Os direitos dos idosos encontram-se respaldados na Constituição Federal, na Política Nacional do Idoso, na Lei Orgânica de Assistência Social (Lei nº 8.742/93), no Estatuto do Idoso e no Código Civil. Dentre esses direitos estão presentes os direitos fundamentais, tais como: o direito à vida, à saúde, à alimentação, à moradia, à dignidade da pessoa humana. O ordenamento jurídico traz em seu texto legal as pessoas responsáveis a resguardar tais direitos e cumprir as imposições legais, quais sejam: família, sociedade, comunidade, Estado. Assim, a obrigação da família, no caso os filhos, estão amparados pelos diplomas legais citados acima. Com relação a responsabilidade civil a obrigação de indenizar e reparar o dano moral e patrimonial causado a outrem deve conter os seguintes requisitos: conduta humana (ação ou omissão), culpa, no caso da responsabilidade civil subjetiva, dano e nexo de causalidade. Quanto ao dano material, os pais idosos têm direito de receber dos filhos pensão alimentícia quando não possuem meios, de manutenção própria ou renda suficiente para tanto. A responsabilidade entre pais e filhos vai além da obrigação material (pecuniária), uma vez que esta não é suficiente para assegurar uma vida digna. O não amparo e assistência familiar causa danos à personalidade do idoso, causando dor, sofrimento e angústia. O abandono afetivo gera o dever de indenizar e essa indenização tem caráter punitivo, ou seja, pune aquele que descumprir uma obrigação jurídica; compensatório, que tem a finalidade de compensar os danos sofridos e pedagógica, que tem como objetivo prevenir que outros filhos tenham os mesmos comportamentos.

**Palavras-Chave:** RESPONSABILIDADE CIVIL, ABANDONO MATERIAL, ABANDONO AFETIVO, IDOSO.





## SERVIDÕES ADMINISTRATIVAS AÉREAS SOBRE IMÓVEIS RURAIS: CRITÉRIOS DE UMA JUSTA INDENIZAÇÃO EM RAZÃO DAS LIMITAÇÕES E RESTRIÇÕES IMPOSTAS AO PROPRIETÁRIO

*jose roberto de abreu - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** joseroabreu@yahoo.com.br

### RESUMO

O que ficou evidenciado em nosso trabalho é que a análise dos métodos e metodologias apresentados com o fito a realizar a “justa indenização”, que embora existam algumas fórmulas para se calcular o efetivo prejuízo causado pela servidão, a maioria dos pesquisadores prefere tabelar o resultado, o que não deixa de ser uma forma de perpetuar o trabalho. Em avaliações em massa, o uso de tabelas é um facilitador, mas não existe uma única tabela, e sim várias, ficando o critério de escolha a cargo do engenheiro de avaliações. Dispõe a norma NBR 14.653-3, que a indenização pela servidão deve equivaler aos danos e prejuízos causados ao imóvel, obtida pela diferença entre o valor da gleba nas condições “antes e depois”. Apesar de ideal, o método do “antes e depois”, pudemos constatar que tem pouca praticidade, pois a diferença de valores entre os dois momentos da avaliação é de difícil mensuração. Vários são os critérios utilizados para apuração do valor das perdas pela ocupação, e para estimar o valor da indenização pelos danos e restrições impostas à área expropriada, descritos nos métodos aqui mencionados, os quais são constantemente objeto de discussão em Congressos de Engenharia de Avaliações. Contudo, toda a gama de aplicações de fórmulas, métodos e critérios encontram dificuldades na individualização do problema e na identificação de danos, em razão da complexidade e da diversidade de situações vivenciadas na prática. De modo geral, a experiência e o bom senso são algumas das ferramentas que o engenheiro de avaliações não pode deixar de utilizar. Por isso não existem explicações matemáticas para os diversos pesos sugeridos, onde na prática, verifica-se que isso, em processos judiciais, tende apenas a causar discussões e atrasos sem fim, onde não prevalece o cálculo. Assim, parece-nos mais justa, o método adotado pela Eletrosul, o qual se utiliza de coeficiente de servidão, o qual estaria mais próximo do princípio da justa indenização, tendo em vista que, neste método as limitações da servidão estariam sendo avaliadas individualmente e conforme o seu grau de impacto negativo sobre o imóvel, exprimindo assim, uma perda real do valor do imóvel. Contudo o que fica científico é que há de se levar em consideração, situações que devem ser analisadas individualmente, não sendo possível estabelecer uma regra genérica, tal qual a conceptualização de “justa indenização”.

**Palavras-Chave:** LIMITAÇÃO DA PROPRIEDADE, SERVIDÕES, SERVIDÃO ADMINISTRATIVA, LIMITAÇÕES E RESTRIÇÕES.





## SÍNDROME DE BURNOUT: CONSEQUÊNCIAS PARA TRABALHADORES E EMPRESAS

*Paula Carolina de Souza Silva - Libertas - Faculdades Integradas; Marco Cesar de Carvalho -*

**E-MAIL:** paulacarolinap@hotmail.com

### RESUMO

Nos dias atuais, o mercado de trabalho brasileiro cresce positivamente ganhando força dentro e fora do Brasil. A integração com outros países contribuiu muito para o desenvolvimento do comércio, a formação dos blocos econômicos regionais é um exemplo de como isso trouxe grandes benefícios. Coelho (2010, p.47) determina como esse processo de globalização foi positivo para o Brasil: “A globalização da economia, processo de superação das fronteiras nacionais no desenvolvimento do comércio, ao mesmo tempo em que possibilita, também força a integração regional”. Todos os fatores acima, podem melhorar a produtividade da empresa e a colocar em um patamar considerável frente às outras, mas também podem acarretar consequências severas aos trabalhadores, diante da tensão e do estresse laboral diário; que resultam em doenças. Diante do exposto surgiu o tema relacionado à Síndrome de Burnout, sendo mais especificado em: Síndrome de Burnout: consequências para trabalhadores e empresas. A Síndrome de Burnout é resultado do estresse laboral crônico, o qual traz com o tempo desordens tanto emocionais, como mentais e físicas ao trabalhador. Trata-se de uma doença psicossocial, que tem crescido em todo o mundo e que traz consequências logicamente também à empresa contratante do trabalhador que dela passa a sofrer. Dessa forma, o estudo apresenta como problema de pesquisa, a seguinte questão: A preocupação das empresas diante da Síndrome de Burnout em seus empregados é garantia de rendimento para a mesma, portanto é inconcebível ignorar tal ocorrência quando a meta em um mercado globalizado é desempenho eficaz? Este estudo tem como objetivo geral estudar e revelar aos leitores as consequências para trabalhadores e empresas quanto a Síndrome de Burnout. Quanto aos objetivos específicos, foram definidos os seguintes: definir a Síndrome de Burnout; explicar como surgiu a Síndrome de Burnout e como se encontra na atualidade; apontar os sintomas; mostrar o tratamento e seus benefícios aos trabalhadores e empresas. Esta pesquisa terá uma abordagem qualitativa, descritiva e bibliográfica, espera se alcançar os objetivos propostos e responder o problema de pesquisa.

**Palavras-Chave:** SÍNDROME DE BURNOUT- ESGOTAMENTO PROFISSIONAL, EMPRESAS





## TEORIA DOS FRUTOS DA ÁRVORE ENVENENADA

*Leticia Bueno Riva de Lima - Libertas - Faculdades Integradas; Paulo Gustavo Pereira Macedo - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** leticiabuenolima@outlook.com; pg\_macedo@hotmail.com

### RESUMO

A teoria dos frutos da árvore envenenada tem origem na jurisprudência norte americana e trata sobre a obtenção de provas ilícitas por derivação. É um vício obtido por violação de regras de direito material, e todas as demais provas produzidas a partir dessa prova ilícita, se tornarão também provas suspeitas e ilícitas. Com a edição da Lei 11.690/08 foram alterados diversos dispositivos acerca da Prova no Código de Processo Penal, onde no seu Art. 157, § 1º, a teoria dos frutos da árvore envenenada foi disciplinada. As provas decorrentes de forma direta de uma prova ilícita, conseqüentemente serão inadmissíveis por derivação, exceto quando não evidenciado o nexo de causalidade entre elas, ou quando puderem ser adquiridas por uma fonte independente da prova ilícita, de acordo com o artigo 157 do Código de Processo Penal. A Teoria da Fonte Independente entende que quando uma prova possui duas fontes, uma lícita e outra ilícita, a prova derivada deverá ser admitida e considerada. . Podemos citar de exemplo, a obtenção de informação do local onde se encontra o produto do crime, através da confissão do suspeito submetido à tortura ou realização de escutas telefônicas sem autorização judicial. Uma vez declarada ilícita a prova, deve esta ser desentranhada do processo e, em hipótese alguma, pode servir de base para uma futura condenação judicial. Com uma análise doutrinária podemos destacar que grande parte dos autores admite a prova ilícita se for o único meio de se provar a inocência do acusado, pois estaria em jogo outra garantia fundamental, que é o direito de defesa e conseqüentemente a sua liberdade. Doutrinadores justificam esta tese tem como base o princípio da proporcionalidade, que busca estabelecer equilíbrio entre as garantias em conflito, de forma a causar a menor lesividade à relação processual.

**Palavras-Chave:** ÁRVORE, FRUTOS, PROCESSO PENAL



## VALOR IRRISÓRIO NO PEDIDO DE FALÊNCIA DA EMPRESA, IMPOSSIBILIDADE.

*Vanessa Pereira de Jesus Silva Dutra - Libertas - Faculdades Integradas; Guilherme Saab de Melo Antunes - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** vanessa.dutrassp@hotmail.com; guilhermesabi@gmail.com

### RESUMO

A Lei no 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, Lei de Falências, instituiu no ordenamento jurídico brasileiro a recuperação judicial, extrajudicial, a possibilidade do pedido de falência frente a impontualidade do devedor e extinguiu a antiga concordata. A lei 11.101, tem em seu escopo o objetivo de recuperar e preservar empresas que possuam características de viabilidade econômica na tentativa de reerguê-las mantendo suas contribuições fiscais e empregos gerados que sustentam nossa economia, porém há um certo ponto na lei de falências que se mostra controverso com tal objetivo. Em seu artigo 94 inciso I, a lei estipula um valor mínimo de 40 salários mínimos para que seja decretada a falência do devedor que não paga pontualmente sua obrigação, porém em seu inciso II, também será decretada a falência ao executado por qualquer quantia, e aqui destacamos a expressão "qualquer quantia", que não paga, não deposita e não nomeia bens suficientes à penhora. A falência objetiva a excluir do mercado o devedor empresário que não salda seus compromissos, porém alguns credores vêem na possibilidade de utilizar a via falimentar um meio de coagir o devedor. E apesar de estar expressamente previsto a possibilidade do pedido, diante de qualquer valor, os tribunais em sua maioria têm decidido que não tem reduto no princípio da razoabilidade eliminar uma empresa com base em uma dívida de valor possivelmente irrisório, devido a repercussão não só ante ao empresário devedor mas aos reflexos à todos que dependem da empresa. O ajuizamento de uma ação com base em valor irrisório demonstra ausência de interesse processual ficando claro a desproporcionalidade entre o pedido e abrindo precedentes ao uso indiscriminado desta via transformando o processo falimentar em meio de execução e cobrança, quando realmente só deveria ser utilizado como último meio para satisfação das obrigações do devedor perante aos credores. Assim fundamenta o Ministro Luis Felipe Salomão da 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça, que afirma: “a Constituição Federal/88 consagra a proteção e a preservação da empresa por duas razões basilares, sendo a primeira formada pela conservação da propriedade privada e a segunda pela preservação da função social, ou seja, do papel socioeconômico que a empresa desempenha junto à sociedade como fonte de riquezas e como este promovedor de empregos”. Fica, assim notória a posição majoritária da doutrina e dos tribunais em relação ao pedido de falência baseado em cré

**Palavras-Chave:** FALÊNCIA, VALOR IRRISÓRIO, EXECUÇÃO, DEVEDOR EMPRESÁRIO, IMPONTUALIDADE, DOCTRINA.





## A IMPORTÂNCIA DA EQUOTERAPIA NO TRATAMENTO DE CRIANÇAS COM DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM

*Luiz Gustavo de Castro - Associação do Centro de Reabilitação Neurológica e Equoterapia (Amorequo)*

**E-MAIL:** luizgcastro.to@gmail.com

### RESUMO

A equoterapia pode ser definida como um método terapêutico que utiliza o cavalo como recurso facilitador, objetivando promover saúde física, social e emocional. Nos últimos anos, a equoterapia tem sido utilizada por pessoas com diferentes patologias, sendo esta prática um campo emergente no tratamento de crianças com dificuldades de aprendizagem. O Terapeuta ocupacional tem se utilizado, cada vez mais, de propostas de intervenção que vão além dos espaços terapêuticos tradicionais, recorrendo a outros dispositivos, como a equoterapia, que buscam a social, a autonomia e a melhora da qualidade de vida das pessoas que, por motivos variados, encontram-se em dificuldades de inserção e participação social, sendo um profissional qualificado para trabalhar com a equoterapia no tratamento de crianças com dificuldades de aprendizagem (DA). Este estudo tem como objetivo verificar, através de uma revisão sistemática da literatura, as possíveis contribuições do terapeuta ocupacional no tratamento de crianças com dificuldades de aprendizagem com vistas à equoterapia como recurso terapêutico. A revisão foi feita através dos descritores “equoterapia”, “terapia ocupacional” e “dificuldades de aprendizagem” nas bases de dados Lilacs, Scielo e Bireme e nos periódicos Cadernos de Terapia Ocupacional da UFSCar e Revista de Terapia Ocupacional da USP para seleção de artigos que abordem a temática da equoterapia junto a dificuldade de aprendizagem. A partir do material coletado, foi possível perceber que apesar de não estarem claramente correlacionados o tratamento da equoterapia e a dificuldade de aprendizagem, há uma forte influência entre eles visto que a interação com o cavalo propicia tanto o desenvolvimento de fatores emocionais como melhora da autoestima, quanto fatores motores como a melhora do tônus, equilíbrio e coordenação; sendo todos esses envolvidos no processo de ensino/aprendizagem. O terapeuta ocupacional tem grande potencial para utilizar a equoterapia como recurso terapêutico para o tratamento de crianças com dificuldades de aprendizagem, porém há uma escassez de estudos sobre assunto, sendo assim uma lacuna da fundamentação teórica deste profissional no espaço equoterápico.

**Palavras-Chave:** EQUOTERAPIA, DIFICULDADES DE APRENDIZAGEM, TERAPIA OCUPACIONAL



## A INEFICÁCIA NO CUMPRIMENTO DA MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO

*Janaína Mariana da Silva - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** janaina.mariana@outlook.com

### RESUMO

O atual direito da criança e do adolescente é fruto de uma evolução histórica, que parte da desconsideração da criança e do adolescente como sujeitos de direito para uma doutrina de proteção integral, adotada no Brasil, por intermédio da Lei 8.069/1990 que instituiu o Estatuto da Criança e do Adolescente. O Estatuto traz o processo de apuração de ato infracional praticado por adolescente, e dita como serão aplicadas as chamadas medidas socioeducativas. Entre as medidas, está a de internação, aplicada ao adolescente que cometer ato infracional mediante violência ou grave ameaça à pessoa ou ainda quando esse adolescente não cumprir, por motivo injustificado, outra medida anteriormente imposta. A medida de internação é cumprida em uma unidade de internação, onde esse adolescente, em tese, terá todo o suporte para sua estruturação psicológica e todos seus direitos garantidos, fazendo com que se desvincule totalmente da criminalidade. Porém, a finalidade da medida de internação não é atingida e os direitos do adolescente infrator não são respeitados, pois o sistema encontra grandes dificuldades em colocá-lo em prática, conforme a legislação determina, o que deixa evidente que a medida de internação tem sua aplicação prejudicada, sendo ineficaz no cumprimento de sua finalidade, qual seja, a ressocialização do adolescente. A falha no sistema é em grande parte atribuída ao Estado, responsável pelas medidas socioeducativas sem meio fechado, em decorrência da falta de investimento para melhorar a sua aplicação e conseguir atingir seu objetivo. O presente tema possui grande relevância social e jurídica, pois ele busca demonstrar que a medida socioeducativa de internação é ineficaz, através de uma análise da evolução histórica, da legislação específica e da aplicação dos direitos e garantias do adolescente nas unidades de internação. Trata-se de um tema atual de grande repercussão na sociedade, que clama a todo o momento por justiça.

**Palavras-Chave:** ESTATUTO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE, MEDIDA SOCIOEDUCATIVA DE INTERNAÇÃO, ADOLESCENTE INFRATOR



## ADOLESCENTES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA SEXUAL: UM ESTUDO BIBLIOGRÁFICO

*Nariman de Felício Bortucan Lenza - Libertas - Faculdades Integradas; Iácara Santos Barbosa Oliveira - Libertas - Faculdades Integradas; Andréa Cristina Alves - IFSULDEMINAS; Marielly Fernanda dos Santos Alves - Libertas - Faculdades Integradas; Dieyzon Valério Pereira, Máira Marques Duarte - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** narimanlenza@gmail.com; iacara.oliveira@yahoo.com.br; andrea.alves@ifsuldeminas.edu.br; mariellyalves17@gmail.com; dieyzon@gmail.com; mamamarquesduarte@gmail.com

### RESUMO

O ECA proíbe qualquer tipo de violência contra a crianças e adolescentes, trazendo no Artigo 5º que “Nenhuma Criança ou Adolescente será objeto de qualquer forma de negligência, e discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão, punindo, na forma da lei, qualquer atentado, por ação ou omissão aos seus direitos fundamentais” (BRASIL, 1990). A maioria dos casos acontece na própria casa, por alguém conhecido e na maioria das vezes não é notificado, devido a fatores como medo, falta de credibilidade no sistema legal e o silêncio cúmplice que envolve as vitimizações sexuais. As vítimas de agressão sexual enfrentam múltiplas ameaças, adquirem doenças, podem ter uma gravidez indesejada, além do trauma psicológico e lesões físicas. O objetivo deste trabalho foi realizar um levantamento bibliográfico acerca de adolescentes vítimas de violência sexual e o papel da enfermagem. Foi feita pesquisa no banco de dados do LILACS, SCIELO e MEDLINE, com os descritores adolescente; delitos sexuais e cuidados de enfermagem. No LILACS foi utilizado 01 artigo; no SCIELO nenhum e no MEDLINE foram encontrados 04 artigos, totalizando 05 artigos. Resultados e Conclusões: Os estudos mostram que a maioria das vítimas de violência sexual é do sexo feminino, com idade entre 14 e 18 anos, cor branca, cursa o ensino fundamental. Dentre os agressores, a maioria é do sexo masculino, pai ou padrasto da vítima, sendo a grande parte desempregados ou com ensino fundamental incompleto, além de que a maioria reside com a mãe da vítima. A utilização de drogas e álcool pelos agressores está presente em pelo menos 50% dos casos de violência, onde às vezes, as próprias vítimas também são obrigadas a fazer uso. A enfermagem é pouco abordada, e tal fato reflete na necessidade de se criar serviços especializados e capacitados que possam prestar atendimento a crianças e adolescentes que sofreram abuso sexual, assim como a capacitação da equipe de enfermagem, que possui um papel fundamental frente aos cuidados estabelecidos para as crianças e adolescentes vítimas de delitos sexuais. Porém a um grande problema ser enfrentado, trata-se da falta de qualificação dentre profissionais da área quanto a este tema, o que pode causar um abalo significativo quando se trata do acolhimento e cuidados, para que se possa suprir as reais necessidades das vítimas.

**Palavras-Chave:** ADOLESCENTE; DELITOS SEXUAIS; CUIDADOS DE ENFERMAGEM





## DIFICULDADES SENTIDAS POR CUIDADORES DE PACIENTES EM CUIDADOS PALIATIVOS

*Denize Alves de Almeida - Libertas - Faculdades Integradas; Sandramar de Lima Silveira - Libertas - Faculdades Integradas; Nariman de Felício Bortucan Lenza - Libertas - Faculdades Integradas; Walisete de Almeida Godinho Rosa - Libertas - Faculdades Integradas; Mariana Gondim Mariutti Zeferino; Iácara Santos Barbosa Oliveira - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** denizealmeida1@gmail.com; sandra.mar.mg@hotmail.com; narimanlenza@gmail.com; walisete@terra.com.br; mgmariutti@yahoo.com.br; iacara.oliveira@yahoo.com.br

### RESUMO

A população idosa com neoplasia constitui um grupo diferenciado no que se refere aos cuidados necessários à sua saúde e bem-estar, já que conforme o tipo de tumor, das manifestações e do tratamento que for submetido, o idoso se torna mais suscetível às necessidades e limitações impostas pela doença. Diante destas limitações, este idoso em cuidados paliativos necessita de cuidados em casa, que em sua maioria, são prestados por cuidadores familiares e por uma equipe multidisciplinar. O objetivo deste trabalho foi descrever as dificuldades que os cuidadores de pacientes em cuidados paliativos em casa, referem ao cuidar destes pacientes. Metodologia: Pesquisa de campo, descritiva, do tipo transversal, de abordagem qualitativa, por meio de entrevistas semiestruturadas, que foram transcritas e categorizadas. Foram entrevistados 10 cuidadores familiares de pessoas em cuidados paliativos que faziam parte da Associação de Combate ao Câncer (ACCa) de uma cidade do interior de Minas Gerais. Esses cuidadores podem desenvolver sobrecarga física, psíquica e social ao desenvolver esses cuidados diários. Nas entrevistas eles relataram que muitas vezes são deixados de lado, que se sentem desamparados, pois na maioria das vezes, o foco do profissional da saúde é somente a pessoa doente e não o cuidador. É importante que os profissionais se atentem para esses cuidadores, pois precisam de auxílio e apoio em relação aos cuidados oferecidos. De acordo com os cuidadores entrevistados as dificuldades encontradas para realização dos cuidados encontram-se relacionadas às próprias limitações devido à idade, além das limitações físicas. Eles também colocam que precisaram abandonar suas atividades laborais para se dedicar integralmente ao familiar idoso em cuidados paliativos e sentem medo de realizar determinadas tarefas, como a administração de medicamentos. Relatam sentir medo da responsabilidade de medicar, ficando esta ao encargo do próprio idoso muitas vezes. A equipe de enfermagem tem papel de extrema importância na capacitação deste familiar que irá oferecer cuidados paliativos adequados ao idoso em cuidados paliativos no domicílio, de modo que possam enfrentar suas dificuldades, com menos ansiedade e mais tranquilidade e segurança.

**Palavras-Chave:** CUIDADOS PALIATIVOS; ENFERMAGEM; CUIDADORES





## ESCALA DE CINCINNATI : CONHECIMENTO DA EQUIPE DE ENFERMAGEM DA UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO DE UM MUNICÍPIO DO INTERIOR DE MINAS GERAIS

*Rosa Cristina Silva Cassiano - Libertas - Faculdades Integradas; Natássia Carmo Lopes Queiroz Ferreira - Libertas - Faculdades Integradas; Mariana Gondim Mariutti Zeferino - Libertas - Faculdades Integradas; Iácara Santos Barbosa Oliveira - Libertas - Faculdades Integradas; Natália Máximo Fonseca - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** rcristinacassianobraga@gmail.com; natassiaferreira@libertas.edu.br; mgmariutti@yahoo.com.br; iacara.oliveira@yahoo.com.br; maximo.nf@hotmail.com

### RESUMO

O Acidente Vascular Encefálico (AVE) é uma doença que acomete a região cerebral podendo causar sequelas e até mesmo a morte. A Escala de Cincinnati, instrumento de classificação pré-hospitalar do AVE, que identifica os achados queda facial, a debilidade dos braços e a fala anormal do paciente, tem sido utilizada nas Unidades de Pronto Atendimento (UPA) como uma ferramenta fundamental para o diagnóstico precoce da doença. Este estudo objetivou identificar o conhecimento da equipe de enfermagem da UPA sobre a Escala de Cincinnati e seus achados clínicos. Trata-se de uma pesquisa de campo, descritiva, com abordagem quantitativa, realizada com 28 técnicos de enfermagem e 09 enfermeiros que trabalhavam na unidade, por meio de um questionário. A pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa e os dados foram analisados por meio da estatística descritiva simples. Constatou-se que 84% dos profissionais eram do sexo feminino, com média de idade de 31 a 49 anos. Verificou-se que 15 (55%) técnicos de enfermagem afirmaram conhecer a Escala de Cincinnati, 12 (41%) afirmaram desconhecer e 01 (4%) não respondeu a questão. Com relação aos enfermeiros, 67% afirmaram conhecer a Escala de Cincinnati, 22% desconhecem e 11% com ausência de resposta. Quando questionados sobre quais eram os achados clínicos da escala, constatou-se que 17 (61%) técnicos de enfermagem e 06 (78%) enfermeiros afirmaram corretamente tais sinais. Entretanto 39% dos técnicos de enfermagem e 22% dos enfermeiros não apresentaram resposta quanto a classificação pré-hospitalar de AVE, demonstrando desconhecerem os achados. Conclui-se que uma quantidade expressiva dos profissionais de enfermagem apresenta conhecimento adequado sobre a classificação pré-hospitalar do AVE. Tal fato é importante, uma vez que ambas as categorias são responsabilizadas pela triagem do paciente no serviço de urgência e emergência em estudo. Fortalece-se, então, a ideia de que o enfermeiro tem como competência a realização de uma anamnese completa e qualificada, conseguindo dessa maneira detectar os sinais e sintomas da doença e podendo realizar intervenções necessárias em tem hábil. Nota-se a necessidade de capacitações frequentes da equipe de enfermagem quanto a identificação precoce dos sinais e sintomas do AVE e aplicação da Escala de Cincinnati de forma rápida para que com isso aumente a chance de sobrevivência desses pacientes.

**Palavras-Chave:** ACIDENTE VASCULAR CEREBRAL. ENFERMAGEM EM EMERGÊNCIA. ENFERMAGEM.





## FATORES DE RISCO PARA USO DE SUBSTÂNCIAS PSICOATIVAS NA GESTAÇÃO

*Isabela Cristina Cordeiro Rodrigues, Milena Nascimento de Assis - Libertas - Faculdades Integradas; Mariana Gondim Mariutti Zeferino - Libertas - Faculdades Integradas; Iácara Santos Barbosa Oliveira - Libertas - Faculdades Integradas; Denize Alves de Almeida - Libertas - Faculdades Integradas; Natássia Carmo Lopes Queiroz Ferreira - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:**; marianazeferino@libertas.edu.br

### RESUMO

O consumo de substâncias psicoativas é danoso para o binômio mãe-bebê, sendo considerado um problema de saúde pública, levando alterações na consciência e no comportamento. Na gestação o uso de álcool e de outras drogas podem levar a danosas consequências, pois ultrapassam a barreira feto-placentária e hematoencefálica e estudos mostram que não há quantidade segura para consumo dessas substâncias na gravidez. Objetivou-se realizar uma revisão bibliográfica sobre o tema fatores de risco para o uso de substâncias psicoativas em gestante; Investigar as consequências do uso de substâncias psicoativas na gestação e a atuação da equipe de enfermagem no pré-natal diante do risco ou uso de substâncias psicoativas. Trata-se de uma revisão bibliográfica de caráter descritiva e exploratória. Os dados foram coletados no banco de dados LILACS, utilizando as palavras-chave: Equipe de enfermagem; Gestantes; Fatores de risco; Drogas ilícitas. Foram definidos como critérios de inclusão, artigos publicados há menos de 05 anos (2012 a 2017), no idioma português e pertinente ao tema de estudo, e os critérios de exclusão foram definidos como os estudos que não se enquadravam nos critérios de inclusão. Os dados foram analisados por meio da análise temática, ou seja, análise de conteúdo na qual foi selecionada uma amostragem de 06 publicações, as quais foram submetidas a análise, resultando em três temas. Na primeira categoria foi dada ênfase aos fatores de risco relacionados ao uso de substâncias psicoativas na gestação mostrando que os fatores de risco estão ligados a aspectos culturais, biopsicológicos, problemas pessoais e familiares, também inclui ausência ou pouca estrutura familiar, carência afetiva e história de transtorno psiquiátrico; Na segunda categoria, foram abordadas as consequências do uso para o binômio mãe-bebê, os danos ao feto incluem consequências fisiológicas e psicossociais como síndrome da abstinência fetal, síndrome alcóolica fetal (SAF) trazendo danos ao Sistema Nervoso Central, malformações congênitas, deficiência cognitiva e do aprendizado, problemas psiquiátricos, irritabilidade, problemas comportamentais e baixo peso e nas gestantes pode ocorrer risco de aborto, parto prematuro, alteração na produção e qualidade do leite, descolamento prematuro de placenta, problemas cardiovasculares, risco de abuso sexual e violência contra a mulher, depressão, irritabilidade e distúrbios do sono e a terceira categoria foi abordada a atuação da equipe de enfermagem no pré-natal diante do risco ou do uso de substâncias psicoativas, mostrando que é preciso estar atento no pré-natal aos fatores de risco a fim de minimizar o risco para o consumo na gravidez levando a uma evolução saudável diminuindo as consequências que as substâncias psicoativas podem causar. Conclui-se que é importante que sejam realizados mais trabalhos científicos sobre o tema, pois acredita-se que os resultados encontrados possam ajudar no conhecimento da realidade e na identificação dos fatores de risco e das consequências, do uso para uma intervenção efetiva e eficaz da equipe de enfermagem.

**Palavras-Chave:** EQUIPE DE ENFERMAGEM; GESTANTES; FATORES DE RISCO; DROGAS ILÍCITAS





## PAPEL DO ENFERMEIRO NO DIAGNÓSTICO PRECOCE E TRATAMENTO DA FENILCETONÚRIA – REVISÃO BIBLIOGRÁFICA

*Daiane Maria de Oliveira Silva - Libertas - Faculdades Integradas; Natássia Carmo Lopes Queiroz Ferreira - Libertas - Faculdades Integradas; Nariman de Felício Bortucan Lenza - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** dodaiane53@gmail.com; natassiaferreira@libertas.edu.br; narimanlenza@gmail.com

### RESUMO

A fenilcetonúria é uma rara doença congênita e genética, na qual o indivíduo não tem capacidade de quebrar adequadamente a fenilalanina por falta da enzima responsável por essa ação. Uma das principais manifestações da doença é o atraso do desenvolvimento físico e psicomotor. A triagem neonatal ou “teste do pezinho”, exame utilizado para detecção da doença, é garantido pelo Sistema Único de Saúde, a todos os recém-nascidos (RN), e deve ser realizado do 3º ao 5º dia de vida. Assim, a pesquisa teve por objetivo discutir o papel do enfermeiro no diagnóstico precoce e tratamento da doença, por meio de uma revisão bibliográfica. Os artigos científicos foram pesquisados no banco de dados LILACS, e incluídos àqueles publicados no período de 2007 a 2017 com idioma Português. Foram encontrados 60 publicações no cruzamento das palavras chaves. Entretanto, foram excluídos 54 artigos mediante os critérios de inclusão, restando seis publicações. Dessas, apenas três estavam relacionados ao tema. A triagem neonatal é realizada pelo enfermeiro na Atenção Primária à Saúde. A sensibilização dos pais para a importância do teste deve ser iniciada ainda na maternidade e, após a alta, a Estratégia de Saúde da Família (ESF) deve dar seguimento, realizando a captação precoce do RN, com visitas domiciliares realizadas pela equipe, sob supervisão do enfermeiro. Após a realização do exame e diante do resultado positivo para fenilcetonúria, o enfermeiro, tem papel fundamental de orientar os familiares sobre essa desordem, que por ser de caráter hereditário é comum a manifestação em mais irmãos; bem como realizar o acompanhamento da criança por meio de consultas de enfermagem no programa de puericultura na ESF, local este responsável pela promoção à saúde, prevenção de agravos e recuperação de doenças; o enfermeiro também pode direcionar e supervisionar as ações da equipe de saúde, para atender de forma integral o portador da doença. O tratamento deve ser contínuo, seguido por uma equipe especializada, com orientações sobre a alimentação com restrição de fenilalanina, evitando o consumo de alimentos que contenham elevado grau de proteínas. A nutrição adequada deve ser seguida por toda vida, principalmente na fase de desenvolvimento, levando o indivíduo a ter uma vida saudável. A comunidade e os profissionais de enfermagem devem estar orientados acerca desse distúrbio, já que se trata de uma patologia pouco conhecida e tratável. A cura não é garantida, mas por meio do acompanhamento é possível assegurar uma melhor qualidade de vida.

**Palavras-Chave:** FENILCETONÚRIA. TRIAGEM NEONATAL. ENFERMAGEM.



## PERCEPÇÃO DO ENFERMEIRO DA UNIDADE DE SAÚDE DA FAMÍLIA EM RELAÇÃO AO GERENCIAMENTO DE CONFLITO

*Flávia Cristina Ribeiro - Libertas - Faculdades Integradas; Mariana Gondim Mariutti Zeferino - Libertas - Faculdades Integradas; Nariman de Felício Bortucan Lenza - Libertas - Faculdades Integradas; Denize Alves de Almeida - Libertas - Faculdades Integradas; Walisete de Almeida Godinho Rosa; Iácara Santos Barbosa Oliveira - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL::** mgmariutti@yahoo.com.br walisete@terra.com.br

### RESUMO

O trabalho em equipe é visto como um processo interdisciplinar e de grupo, no qual se observa cooperação e responsabilidade coletiva, devendo ter um compartilhamento de objetivos comuns e interação entre os membros. A função gerencial é uma função importante executada pelo enfermeiro, assim como a capacidade de lidar com as pessoas, conhecer as suas necessidades e motivá-las, faz-se necessário que o profissional saiba lidar com situações conflituosas e desenvolva habilidades em realizar negociações. Objetivou-se conhecer a visão de enfermeiros em Unidade de Saúde da Família em um município no interior de Minas Gerais; identificar quais são os conflitos mais frequentes e como são solucionados pelo enfermeiro das Unidades de Saúde da Família. Trata-se de uma pesquisa descritiva de abordagem qualitativa, realizada em um município do interior do Sudoeste do Estado de Minas Gerais, cuja a amostra foi de 6 enfermeiros, que responderam uma entrevista semi-estruturada e a análise dos dados foi realizada através da análise de conteúdo. Os resultados foram divididos em categorias, na primeira categoria foi dado ênfase as causas dos conflitos, os quais fazem parte do cotidiano de trabalho, sendo que a maioria ocorre por conta de características e comportamentos das pessoas, como pensamentos divergentes, além de ser influenciado por fatores externos, ou seja, problemas pessoais e familiares. Também pode estar relacionado com a personalidade das pessoas e como elas se relacionam; Na segunda, foram abordadas as dificuldades encontrada para solucionar conflitos, dentre os obstáculos citou-se o déficit de qualificação, a falta de estabilidade dos profissionais, as precárias condições de trabalho, a falta de experiência no desempenho do trabalho gerencial e de algumas características importantes do enfermeiro para ocupar o cargo de conflitos. Na terceira categoria, abordou-se a atuação e a percepção de enfermeiros em relação ao gerenciamento, mostrando que a maioria sabe que esta função é inerente ao cargo que exercem e que há maneiras diferentes de cada enfermeiro em lidar com as situações, sendo o diálogo visto como uma das melhores alternativas para se buscar uma solução. Espera-se que este estudo possa levar a reflexão do tema podendo contribuir para o pensar no exercício de conflitos melhorando o trabalho da equipe, o desempenho no trabalho, assistência aos usuários e trazendo produção de conhecimento da área.

**Palavras-Chave:** PALAVRAS-CHAVE: RELAÇÕES INTERPESSOAIS; EQUIPE DE ENFERMAGEM; SERVIÇOS DE SAÚDE.





## PERFIL DE CUIDADORES DE PACIENTES EM CUIDADOS PALIATIVOS

*Denize Alves de Almeida - Libertas - Faculdades Integradas; Sandramar de Lima Silveira - Libertas - Faculdades Integradas; Nariman de Felício Bortucan Lenza - Libertas - Faculdades Integradas; Iácara Santos Barbosa Oliveira - Libertas - Faculdades Integradas; Mariana Gondim Mariutti Zeferino; Walisete de Almeida Godinho Rosa - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** denizealmeida1@gmail.com; sandra.mar.mg@hotmail.com; narimanlenza@gmail.com; iacara.oliveira@yahoo.com.br; mgmariutti@yahoo.com.br; walisete@terra.com.br

### RESUMO

As neoplasias malignas atualmente são consideradas um importante problema de saúde pública. A OMS estima para o ano de 2030, 27 milhões de novos casos de câncer, 17 milhões de mortes e 75 milhões de pessoas vivas com câncer nos países em desenvolvimento como o Brasil. Atualmente, os avanços científicos e tecnológicos na área da saúde aumentaram as chances de tratamentos, índices de cura e sobrevivência a muitas doenças, inclusive as neoplasias malignas, aumentando-se a necessidade da utilização dos serviços de cuidados paliativos. Atualmente muitos são os pacientes em cuidados paliativos e na grande maioria os cuidadores são os próprios familiares. Uma vez que o cuidador familiar tem o compromisso de oferecer cuidados no domicílio, é importante conhecer o perfil do cuidador familiar sob os vários aspectos, de forma que se possa oferecer o suporte necessário pela equipe de enfermagem. O objetivo deste trabalho foi descrever o perfil de cuidadores de pacientes em cuidado paliativos no domicílio. Metodologia: Pesquisa descritiva, transversal, de abordagem quantitativa, por meio de um questionário estruturado. Resultados: Dos 10 cuidadores familiares, oito eram do sexo feminino (80%) e dois do sexo masculino (20%). Quanto à idade um (1) cuidador tinha 22 anos (10%), cinco tinham idade de 47 a 57 anos (50%) e quatro de 66 a 72 anos (40%). Em relação à escolaridade em anos de estudo variou de zero a oito, sendo que a maioria (seis participantes) tinham quatro anos de estudo (60%). Quanto à profissão, todos relataram ser apenas cuidadores e não ter outro serviço, com exceção de uma cuidadora que também era estudante. Quanto ao grau de parentesco com o idoso, dois eram filhos (20%), seis esposos(as) (60%), uma enteada (10%) e uma irmã (10%). Em relação ao tempo que cuidavam dessas pessoas, oito relataram que cuidavam há mais de um ano (80%), e dois há menos de um ano (20%). A renda familiar desses cuidadores variou entre um (1) a três salários mínimos, sendo que quatro famílias recebiam um (1) salário (40%), três recebiam dois salários (30%), uma família recebia três salários (10%) e duas com um pouco mais de um salário (20%). Conclusões: Os cuidadores em geral apresentam baixo nível socioeconômico e cultural e não tem bem definido o que são cuidados paliativos, mas em seu dia a dia os praticam em dimensões variadas, sendo assim importante que sejam realizadas ações de enfermagem para orientação desses cuidadores sobre os cuidados paliativos.

**Palavras-Chave:** CUIDADOS PALIATIVOS; ENFERMAGEM; CUIDADORES





## PERFIL DE GESTANTES ATENDIDAS EM UNIDADES DE SAÚDE DE ITAMOGI-MG

*Marisa Garcia Nicésio - Libertas - Faculdades Integradas; Nariman de Felício Bortucan Lenza - Libertas - Faculdades Integradas; Andréa Cristina Alves - IFSULDEMINAS; Mônica Isabel Alves - Prefeitura Municipal de Franca-SP; Iácara Santos Barbosa Oliveira; Walisete de Almeida Godinho Rosa. - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL:** marisagarcianicesio@hotmail.com;; narimanlenza@gmail.com;  
andrea.alves@ifsuldeminas.edu.br; monicaisabelalves@yahoo.com.br; iacara.oliveira@yahoo.com.br;  
walisete@terra.com.br

### RESUMO

O objetivo deste trabalho foi descrever o perfil das gestantes, em seguimento de pré-natal, atendidas na atenção primária à saúde de Itamogi- MG. Trata-se de uma pesquisa descritiva, exploratória, quantitativa, que utilizou as fichas alimentadas pelo SisPreNatal, de quatro Unidades de Saúde da Família (I, II, III e IV) e no Centro de Saúde. A amostra foi constituída de 231 fichas referentes ao período de janeiro de 2015 a dezembro de 2016. Os dados coletados foram idade, escolaridade, número de consultas, vacinação, raça/cor, situação demográfica, antecedentes obstétricos, exames laboratoriais e nascidos vivos, todos disponíveis e alimentados no sistema, após foram lançados em planilhas eletrônicas no Excel e analisados. Resultados: A faixa etária das gestantes variou de 14 a 47 anos, predominando de 20 a 29 anos nos dois anos consecutivos (39,74% no ano de 2015 e 43,59% em 2016); a maioria era branca, 64,91% em 2015 e 52,99% em 2016 e vivia na área urbana (87,72% em 2015 e 76,92% em 2016), uma grande porcentagem cursou até o ensino médio completo (23,68% em 2015 e 32,48% em 2016). Quanto aos antecedentes clínicos observou-se que aumentou em 2016 a porcentagem de gestantes com hipertensão (3,51% para 6,84%), diabetes gestacional (1,75% para 2,56%) e pré-eclâmpsia (0,88% para 1,71%). A grande maioria realizou mais de seis consultas de pré-natal, sendo que 72,83% em 2015 e 47,01% realizaram de seis a quinze consultas, seguindo as orientações do Ministério da Saúde (MS) que preconiza a realização de no mínimo 06 consultas no período gravídico. Com relação aos exames laboratoriais, em 2015, 67,54% das gestantes realizaram todos os exames laboratoriais em 2016, e 2015 foram 50,43%, em relação a situação vacinal, em 2015, 82,56% estavam com a situação vacinal em dia e em 2016, 89,74%. Em 2015, 92,98% dos bebês foram nascidos vivos e em 2016 foram 91,45%. Muitas fichas não foram preenchidas completamente, mostrando que o município não segue orientações e protocolos recomendados pelo MS para o completo preenchimento da ficha no sistema, trazendo lacunas para avaliação correta dos programas e indicadores de saúde, mas, mesmo com muitos dados faltando nas fichas do SisPreNatal, o município tem conseguido atingir metas favoráveis no que se diz respeito à assistência ao pré-natal.

**Palavras-Chave:** GESTANTE; CUIDADOS PRÉ-NATAL; ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE.



## PÓS-OPERATÓRIO DE CIRURGIA ORTOGNÁTICA: DIFICULDADES DA EQUIPE DE ENFERMAGEM

*Flávia Lopes Silva - Libertas - Faculdades Integradas; Iácara Santos Barbosa Oliveira - Libertas - Faculdades Integradas; Nariman de Felício Bortucan Lenza - Libertas - Faculdades Integradas; Mariana Godim Mariutti Zeferino - Libertas - Faculdades Integradas; Walisete almeida Godinho Rosa - Libertas - Faculdades Integradas*

**E-MAIL::** iacara.oliveira@yahoo.com.br; narimanlenza@gmail.com; mgmariutti@yahoo.com.br; walisete@terra.com.br

### RESUMO

A cirurgia ortognática é o tratamento de uma deformidade dentofacial qualificado pela discrepância das estruturas esqueléticas da face devido à falta de simetria óssea, que pode acarretar a vários problemas, como na mastigação, deglutição, fonação e respiração. Após o procedimento operatório a equipe de enfermagem oferece cuidados importantes que auxiliam de forma significativa nas necessidades e recuperação do paciente. Trata-se de uma pesquisa de campo descritiva de abordagem qualitativa, realizada na Santa Casa de Misericórdia de São Sebastião do Paraíso, Minas Gerais, teve como objetivo identificar as dificuldades da equipe de enfermagem sobre os cuidados no pós-operatório de cirurgia ortognática. Fizeram parte da pesquisa 23 profissionais, entre técnicos de enfermagem e enfermeiros. Para a coleta de dados aplicou-se um instrumento semi-estruturado e para a análise de dados utilizou-se a análise de conteúdo. Em relação aos resultados, 60% dos participantes do estudo disseram que não apresentam nenhuma dificuldade em realizar cuidados no período de pós-operatório, outros discutiram sobre algumas dificuldades encontradas, como não ter acompanhante para auxiliar na aplicação do gelo, os profissionais orientam o paciente, mas após a anestesia o paciente fica um tempo sonolento e não conseguem segurar a bolsa de gelo, outros profissionais relatam a dificuldade de manter a restrição alimentar, cabeceira elevada e colocação de tampão nasal. Concluímos que as dificuldades na assistência existem, por mais que os participantes alegam não ter dificuldade em prestar os cuidados, fica evidente no estudo que eles atribuem cuidados que não estão relacionados à cirurgia ortognática, e ainda desapreciam os cuidados desse tipo de cirurgia alegando não existir altos riscos, pelo fato dos pacientes estarem bem fisicamente e devido a operação ser na face, os membros superiores e inferiores ficam livres, podendo se locomoverem normalmente. Palavras-Chave: Cuidados de enfermagem; Cirurgia Ortognática e Pós-operatório.

### Palavras-Chave:





## UM OLHAR SOBRE O ACOLHIMENTO MATERNO NO CONTEXTO DAS PUÉRPERAS PORTADORAS DO HIV

*Marina Aló de Melo Tanus Chiarelli - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG-Passos); Beatriz Dutra Brazão Lélis - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Carla de Paula Gonçalves - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Cleide Augusta Queiroz - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos); Glória Vitória Ferreira Livinhale - Universidade do Estado de Minas Gerais (UEMG - Passos)*

**E-MAIL:** marinaaloo15@gmail.com; biadbl@hotmail.com; biadbl@hotmail.com;  
cleide.queiroz@uemg.br; vlivinhale@gmail.com

### RESUMO

A Síndrome da Imunodeficiência Humana Adquirida - AIDS atualmente é uma patologia que vem assumindo grande importância no Brasil, sendo diagnosticados os primeiros casos de HIV (Vírus da Imunodeficiência Humana) /Aids na década de 80. No decorrer dos anos, a incidência do HIV/AIDS no sexo feminino vem aumentando gradativamente, influenciando as várias fases da vida adulta de uma mulher, inclusive a maternidade, um momento que requer cuidados especiais, dedicação, uma boa aceitação e preparação. Este estudo tratou-se de uma pesquisa descritiva, com abordagem qualitativa, que teve como objetivo compreender entre as puérperas com sorologia positiva para o HIV os seus sentimentos, suas dificuldades e implicações relacionadas a este contexto. Para tal, foram realizadas entrevistas semi-estruturadas gravadas com 06 puérperas cadastradas no Ambulatório Escola da cidade de Passos/MG que tiveram o parto no ano de 2014. As entrevistas, depois de transcritas, permitiram a criação de seis categorias e quatro subcategorias que abrangeram sentimentos como: surpresa, medo, alegria, desejo em ser mãe, tristeza, ansiedade, impotência e aceitação. Foi possível identificar as repercussões e de que modo isso se insere em sua dinâmica de vida, se houve planejamento familiar, os aspectos psicológicos relacionados ao acolhimento e atendimento, apoio do parceiro, da família, da equipe e entre outras questões que ainda são poucos explorados e que foram abordados durante o estudo. Mulheres com HIV devem receber o acolhimento e atendimento humanizado durante todo o período gestacional e puerpério, que vai muito além da receptividade e da triagem. Desse modo, os profissionais, principalmente a enfermagem, devem compreender e incorporar em seu cuidado os aspectos biológicos, emocionais, sociais e culturais que circundam a mulher soropositiva, para assim prestar-lhe um acolhimento qualificado.

**Palavras-Chave:** MATERNIDADE; PUÉRPERAS; HIV.



6º SIMPÓSIO DE  
**INICIAÇÃO CIENTÍFICA**  
LIBERTAS - FACULDADES INTEGRADAS



REVISTA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA  
**LIBERTAS**

ISSN 2238-782X.  
São Sebastião do Paraíso, v. 7, n.2, dez. 2017  
<http://riclibertas.libertas.edu.br/>